



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

ANGELO JOSÉ FRANCIOSI DE SOUZA

IRANI (1912): DE CAMPO DE BATALHA A LUGAR DE MEMÓRIA

CHAPECÓ

2022

ANGELO JOSÉ FRANCIOSI DE SOUZA

IRANI (1912): DE CAMPO DE BATALHA A LUGAR DE MEMÓRIA

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Angelo Jose Franciosi de
IRANI (1912), DE CAMPO DE BATALHA A LUGAR DE MEMÓRIA
/ Angelo Jose Franciosi de Souza. -- 2022.
155 f.:il.

Orientador: Doutor Jaisson Teixeira Lino

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2022.

1. Batalha do Irani, Guerra do Contestado, Irani,
Lugares de Memória, Patrimônio Cultural.. I. Lino,
Jaisson Teixeira, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

ANGELO JOSÉ FRANCIOSI DE SOUZA

IRANI (1912): DE CAMPO DE BATALHA A LUGAR DE MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção de título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 15/12/22.

(Assinado digitalmente em 13/02/2023 20:22)

ANTONIO LUIZ MIRANDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.41.13)
Matrícula: 2028051

(Assinado digitalmente em 27/01/2023 12:49)

DELMIR JOSE VALENTINI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.41.13)
Matrícula: 1768122

(Assinado digitalmente em 13/02/2023 14:57)

JAISSON TEIXEIRA LINO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.41.13)
Matrícula: 1771549

À minha pequena Ana Cristina, que vem aí,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores doutores que de forma incisiva, me auxiliaram na composição deste trabalho. Ao meu orientador, o professor Doutor Jaisson Teixeira Lino, que pacientemente apontou os caminhos para essa construção, sendo essa a segunda vez em que o arqueólogo/historiador me incentiva nos surpreendentes caminhos da pesquisa. Aos historiadores Paulo Pinheiro Machado e Delmir José Valentini, que, por serem referências na historiografia da Guerra do Contestado, muito me honraram ao aceitarem participar da banca de qualificação e da defesa desta dissertação. Os apontamentos e críticas dos dois foram essenciais. Agradeço o professor Antonio Luiz Miranda e o arqueólogo Rossano Lopes Bastos, pela participação no momento mais esperado do curso, a banca de defesa de dissertação, realizada no dia 15 de dezembro de 2022.

Sou grato às pessoas que de alguma forma cooperaram para que esse projeto se realizasse. Em especial, aos funcionários da prefeitura de Irani: Flávio de Melo, Luciane Oliveira, Raul Lennom Matos Nogueira e Jamir Antonio Grissa, que atenciosamente me receberam na cidade e de quem obtive a maioria dos materiais utilizados na pesquisa.

Agradeço ao Vicente Heleodoro de Paula Telles (Vicentinho) e sua esposa, a cantora Nancy Lima, os Guardiões do Mensageiro, pelos materiais fornecidos e pela emoção de ter assistido à sua apresentação de músicas temáticas do Contestado compostas por Vicente Telles, dando um toque de poesia para a pesquisa.

Ao arquiteto Ires Lopez da Silva, que compartilhou seus conhecimentos sobre o Contestado e suas obras. À arquivologista Noêmia Fátima Lopes da Silva Debastiani, que disponibilizou acesso ao Acervo Diocesano de Chapecó e ao Memorial Dom José Gomes. Ao professor Fábio Araújo, pelo auxílio na confecção dos mapas. Sou grato a minha colega na PMSC, Gabriela Grosbelli leite, que fez a tradução do resumo para o idioma inglês. À Angélica Kaufmann, mestre em estudos linguísticos pela UFFS, responsável pela revisão de todo o texto.

Agradeço ao serviço público, que através de meu ofício junto à Polícia Militar do estado de Santa Catarina, na garantia de meus direitos, possibilitou períodos de dedicação exclusiva à esta pesquisa.

À minha esposa Carine, que me acompanhou nessa jornada, sendo paciente e incentivadora nos meus momentos de desânimo e, depois de mim, foi a principal entusiasta em relação a este trabalho.

RESUMO

Nessa dissertação, buscamos entender a transformação de um lugar que foi de campo de batalha para um lugar de memória. O atual município de Irani foi criado no mesmo espaço territorial que, em 22 de outubro de 1912, ocorreu a Batalha do Irani, primeiro confronto da Guerra do Contestado (1912-1916). Constatamos que em Irani foram construídos e também conservados patrimônios culturais relacionados à memória da batalha e da guerra. Contemplamos uma possibilidade de abordagem dessa história cultural, dos contextos políticos e sociais que influenciaram na formação dos patrimônios e do movimento de rememoração do Contestado em Irani, iniciados a partir do final da década de 1970 e que repercutem até os dias atuais. Para apresentar e analisar as políticas de desenvolvimento do patrimônio cultural de Irani, buscamos as fontes na própria região. Os documentos que analisamos são compostos por atas, estatutos, regimentos, peças judiciais, propagandas dos patrimônios culturais, produções culturais, projetos arquitetônicos e a legislação específica do Contestado em Irani. As fontes foram obtidas nos acervos da prefeitura municipal de Irani, no Memorial do Contestado, no arquivo da Fundação Contestado, no arquivo diocesano em Chapecó e em um acervo particular em Xanxerê. O conjunto de dados que reunimos permitiram a exposição das principais ações em prol da rememoração do Contestado em Irani e desenvolvimento patrimonial, ocorrida em diferentes momentos das últimas quatro décadas. Constatamos que a trajetória do movimento do Contestado em Irani confunde-se com a de Vicente Telles, principal protagonista na divulgação da cultura do Contestado e responsável pelo registro da Fundação Contestado, organização que até a sua extinção em 2021, administrou o Sítio Histórico de Irani e os projetos estruturantes. Demostramos pelas análises documentais que a atuação de Vicente Telles e da Fundação Contestado foi acompanhada pelo interesse das administrações e legislaturas municipais, que almejavam aproveitar o fator de Irani ser um local de memória e incrementar o turismo histórico/cultural.

Palavras-chave: Batalha do Irani. Guerra do Contestado. Patrimônio Cultural. Lugares de Memória.

ABSTRACT

In this dissertation, we seek to understand the transformation of a place that was a battlefield to a place of memory. The current Irani county, was created in the same territorial space that on October 22, 1912 took place the Battle of Irani, the first confrontation of the Contestado War-1912-1916. We discovered that in Irani was built and also preserved a cultural patrimony related to the memory of the battle and war. We contemplate a possibility of approaching this culture, the political and social contexts that influenced the formation of the patrimony and the remembrance movement, initiated from the end of 1970 to nowadays. To present Irani's cultural heritage and development policies, we look for sources in the region itself. The analysed documents are composed by minutes, statutes, regiments, court documents, advertisements of cultural patrimony, architectural projects and the specific legislation of the Contestado. The sources were obtained in the archive of the Irani town hall, in the Contestado Memorial, in the archive of the Contestado Foundation, in the Chapecó's diocesan archive and in a private collection in Xanxerê city. The set that we gathered allowed an exhibition of the main actions in favor of the Contestado's memory in Irani and patrimonial development, which took place at different times in the last decades. We discovered that the trajectory of the Contestado movement in Irani can be easily confused with that of Vicente Telles, the main protagonist in the dissemination of the Contestado culture and responsible for the registration of the Contestado Foundation, an organization that until its extinction in 2021, manages the Historic Site of Irani and structuring projects. We demonstrate by documents analysis that the work of Vicente Telles and the Contestado were accompanied by the interest of the Contestado municipal legislatures, which aimed to increase the local memory factor of Irani and historical/cultural tourism.

Key words: Irani Battle. Contestado War. Cultural Patrimony. Memory Places.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do território de Irani	13
Figura 2 – Região de conflagração da Guerra do Contestado após 1913.....	22
Figura 3 – A Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912	27
Figura 4 – João Gualberto e banda musical em União da Vitória. Acervo de Dorothy Jansson Moretti.	33
Figura 5 – Mausoléu de João Gualberto no cemitério São Francisco de Paula em Curitiba....	36
Figura 6 – Pintura representando o monumento Mãos de Cimento, pintada no muro de escola em Irani.....	46
Figura 7 – Prainha de Irani, onde o destaque é a escultura representando Maria Rosa.	47
Figura 8 – Imagem de Irani, a localização do Sítio Histórico e rodovias que cruzam a cidade.	49
Figura 9 – Propaganda oficial de Irani.	53
Figura 10 – Vicente Telles com sua vestimenta típica.	61
Figura 11 – CD Epopeia do Contestado - História em Música	66
Figura 12 – Monumento Mãos de Cimento, em Irani	75
Figura 13 – Museu Histórico do Contestado (Museu José Maria)	77
Figura 14 – Cemitério do contestado em Irani	78
Figura 15 – Sepultura do Monge José Maria.....	79
Figura 16 – Local da batalha (1912).....	80
Figura 17 – A Vala dos 21	81
Figura 18 – Memorial do Contestado em Irani.....	82
Figura 19 – Maquete do Parque Temático do Contestado.....	97
Figura 20 – Projeto do anfiteatro, parte do desenho dos arcos e a estrutura central.	103
Figura 21 – Fachada do Anfiteatro	104
Figura 22 – Estruturas do anfiteatro construídas no Sítio Histórico de Irani.	105
Figura 23 – Projeto de revitalização do Anfiteatro.....	107
Figura 24 – Projeto da Cidade Santa com visão do conjunto das obras e do terreno.....	109
Figura 25 – Projeto das 24 casas da Cidade Santa e Quadro Santo.....	110
Figura 26 – Projeto da fachada da casa padrão	110
Figura 27 – Planta Baixa da Casa da Memória	112
Figura 28 – Projeto da planta baixa da Capela do Monge.....	114
Figura 29 – Fachada da Capela do Monge	115

Figura 30 – Planta baixa da estação de embarque da locomotiva.	116
Figura 31 – Folder do Parque Temático do Contestado	119
Figura 32 – Símbolo da OCEESS	123
Figura 33 – Letra ‘L’ bordada na capa do líder da OCEESS	124
Figura 34 – Indumentária ritualística da OCEESS.....	125
Figura 35 – Anúncio da Romaria da Terra e da Água 2011.....	127
Figura 36 – A cruz da Romaria da Terra e da Água, erguida ao lado do Monumento Mão de Cimento.	128
Figura 37 – Cartaz do evento comemorativo dos 166 anos da PMPR	132
Figura 38 – Documento do Acordo de Paz entre Irani e a Polícia Militar.	136
Figura 39 – Desfile em Ordem Unida no Acordo de Paz.....	141
Figura 40 – Vicente Telles discursando no Acordo de Paz.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVM	Associação Vila Militar
AMAUC	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
CNPJ	Certidão Nacional de Pessoa Jurídica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONJUR	Consultor Jurídico
DEINFRA	Departamento Estadual de Infraestrutura
EB	Exército Brasileiro
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
OCEESS	Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
P5	Departamento de Comunicação Social das Polícias Militares.
PR	Paraná
SPHAM	Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Irani
SC	Santa Catarina
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TI	Terra Indígena
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

UNEB Universidade Estadual da Bahia

UNB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO LUGAR CHAMADO IRANI	19
2.1	A BATALHA DO IRANI: O PRINCÍPIO DA GUERRA DO CONTESTADO..	23
3	IRANI – SC, A CIDADE BERÇO DO CONTESTADO	43
4	A MEMÓRIA DO CONTESTADO E PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM IRANI. PRIMEIRO PERÍODO DA ANÁLISE – 1978 A 2000	57
4.1	O PROJETO CONTESTADO (1979): POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM IRANI	68
4.2	OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS COMPONDO A MEMÓRIA DA BATALHA DO IRANI.....	73
5	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM IRANI: SEGUNDO PERÍODO DA ANÁLISE – 2000 A 2021.....	84
5.1	A FUNDAÇÃO CULTURAL MEMÓRIA VIVA DO CONTESTADO DA REGIÃO DO IRANI (2000)	86
5.2	O PROJETO DO PARQUE TEMÁTICO DO CONTESTADO (2001-2002)	96
5.3	A ORDEM DOS CAVALEIROS DO EXÉRCITO ENCANTADO DE SÃO SEBASTIÃO – OCEESS	119
5.4	A ROMARIA DA TERRA E DA ÁGUA EM IRANI.....	126
5.5	O “ACORDO DE PAZ” ENTRE O MUNICÍPIO DE IRANI – SC E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ EM 2017 – A MORTE DE VICENTE TELLES EM 2017	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho propomos uma reflexão, visando entender como um lugar de batalha foi se tornando um lugar de memória, mostramos e analisamos as políticas culturais constituídas a partir do final da década de 1970, no município de Irani. Os patrimônios culturais construídos ou que foram mantidos no Sítio Histórico de Irani fazem menção à Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912, evento considerado a primeira batalha da Guerra do Contestado¹. Os patrimônios culturais construídos em conjunto entre associações de direito privadas, as administrações públicas municipais com apoio do estado, junto a diversas outras ações legislativas e culturais, constituem uma tentativa de mostrar Irani como um lugar onde ocorreu uma batalha e que preserva essa memória.

As análises abordam de forma ampla e genérica a historiografia da primeira batalha da Guerra do Contestado². Esse movimento, ou revolta cabocla/sertaneja, ocorrido em territórios do Paraná e Santa Catarina foi combatido pelo exército brasileiro, por civis e regimentos de segurança³ dos respectivos estados por quatro anos, de 1912 a 1916. O primeiro combate dessa guerra, travado por uma tropa do regimento de segurança do Paraná e civis sertanejos, foi registrado no lugar onde hoje é o município de Irani – SC.

O ambiente específico da pesquisa que apresentamos adquire duas dimensões que se conectam entre si. Em primeiro plano, está a exposição do Sítio Histórico, onde teria ocorrido a Batalha do Irani e por consequência do primeiro, mas de igual importância, buscamos entender as políticas de valorização da cultura patrimonial e da memória de batalha. O município de Irani é um dos lugares de memória da Guerra do Contestado onde o patrimônio cultural está bem visível para a coletividade. O lugar apresenta essa característica única na microrregião da qual faz parte e, sobre os lugares de memória, Pierre Nora (1993, p. 21), afirma que:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que tornam interessante, mas também complexa: Simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo sobressaindo a mais

¹ Em 22 de Outubro de 1912, os campos de Irani, na época pertencentes a Palmas-PR, foram cenário da primeira batalha da Guerra do Contestado e nela morreram os dois comandantes em oposição, respectivamente: O líder caboclo José Maria e João Gualberto, Comandante do Regimento de Segurança do Paraná.

² Conflito que aconteceu principalmente no planalto catarinense entre 1912 e 1916. Para Delmir Valentini e José Carlos Radin (2012), “a guerra do contestado eclodiu com o combate do Irani no ano de 1912, porém é possível encontrar condicionantes anteriores a partir da formação da Brazil Railway Company, que além de construir a ferrovia entre os rios Iguaçú e Uruguai, também atuou pioneiramente nos ramos madeireiro e colonizador” (VALENTINI; RADIN, 2012, p. 51).

³ Os regimentos de segurança são o equivalente às atuais polícias militares estaduais e a brigada militar no Rio Grande do Sul.

abstrata elaboração. Os lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.

Milton Santos define o lugar pela perspectiva do social, marcada pela sensação de pertencimento do indivíduo ao espaço geográfico, com o território em que habita e mantém o cotidiano de suas relações pessoais e de sociedade. O autor escreve também que o lugar é percebido pelo dia a dia das pessoas, sendo perspectivas que se completam. Conforme Santos (1993, p. 62) “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, é também um dado simbólico [...]. A territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos”.

São diversas as formas de manifestações culturais e de expressões ligadas às memórias de grupos da sociedade brasileira que constituem patrimônio. A Constituição Federal de 1988 no seu Art. 216 trata dos patrimônios materiais e imateriais e assim define o texto no Caput⁴: “Constituem patrimônios culturais brasileiros bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Apesar da legislação brasileira citar e apontar para duas vertentes de análise do patrimônio, direcionando os bens culturais para o aspecto material e as manifestações de natureza imaterial, o fato é que na prática, ambas as formas têm uma mesma finalidade enquanto patrimônio cultural. Márcia Chuva (2012, p. 2) afirma que:

No Brasil, a singularidade das trajetórias de formação do campo do patrimônio levou a uma configuração dicotômica dessa categoria dividida entre material e imaterial, não há, hoje vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto.

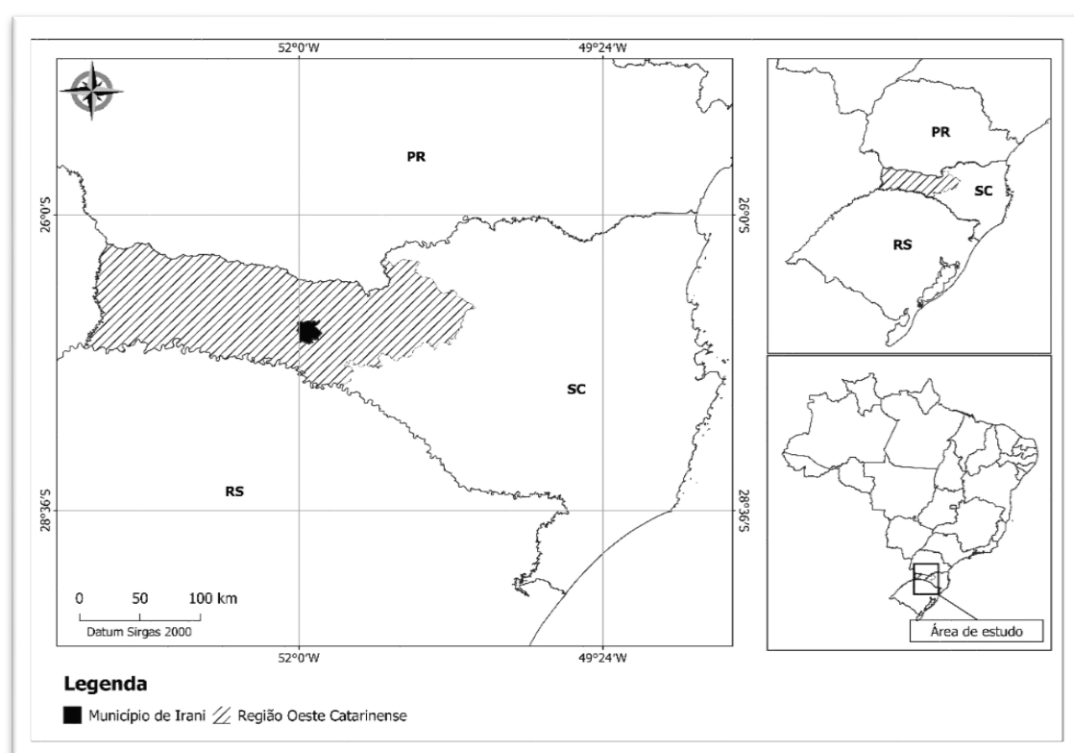
Nosso estudo de caso é Irani, na perspectiva de lugar que se edifica em um espaço que foi campo de batalha. Buscamos entender as políticas culturais que tratam dessa memória, conferindo uma característica singular a Irani. Mostraremos as ações, os projetos e políticas que resultaram em um lugar que possui patrimônios culturais que remetem à Guerra do Contestado. Nas últimas quatro décadas, entidades culturais e o poder público municipal atuaram para que não houvesse o esquecimento do passado e fizeram isso principalmente pela divulgação, preservação do lugar e através das construções de patrimônios culturais ligados ao Contestado. Para Pierre Nora (1993, p. 12): “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos.

⁴ Fonte: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em 21 set. 2021.

A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.

Irani está localizada geograficamente na região meio oeste do estado de Santa Catarina, distante 530 quilômetros da capital do estado. Possui divisas territoriais⁵ com os municípios catarinenses de: Ponte Serrada, Concórdia, Lindoia do Sul, Vargem Bonita, Catanduvas e Vargem Bonita. O município é integrante da AMAUC⁶ (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense).

Figura 1 – Localização geográfica do território de Irani



Fonte: arquivo dos autores.

No lugar onde ocorreu a batalha do Irani em 22 de outubro de 1912, surgiu a Vila de Irani e essa comunidade foi elevada à condição de município em 11 de setembro de 1963⁷, deixando de pertencer a Joaçaba (antiga Cruzeiro). O atual município se apresenta como um lugar com origens na migração sertaneja/cabocla e história social ligada à Guerra do

⁵ Fonte: <https://www.irani.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/53343>. Plano municipal de agricultura 2005/2008. Consulta em 04/09/2021.

⁶ Atualmente existem 21 associações oficiais regionais de municípios em Santa Catarina. A AMAUC é formada por 14 cidades, sendo Concórdia a principal.

⁷ O município de Irani foi criado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1963, pela lei número 916/1963. Fonte: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1963/916_1963_Lei_promulgada.html. Consulta em 13/08/2021.

Contestado. No período pós-Guerra, com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916 e a consequente criação de quatro municípios em 1917 por Santa Catarina: Chapecó, Cruzeiro (Joaçaba), Mafra e Porto União, a região de Irani foi inicialmente integrada ao município de Joaçaba.

O histórico da cidade apresenta constantes menções à Guerra do Contestado (1912-1916) e na contemporaneidade as representações e a memória desse passado são visíveis nas políticas culturais da cidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é uma base para estudo do município, no entanto, é provável que os dados apresentados já não reflitam a realidade atual de Irani. O último censo nacional completo foi realizado pelo instituto em 2010, porém a estimativa populacional para o ano de 2020 apontava que a cidade possuía em torno de 10.489 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0.748⁸, número considerado alto para os padrões brasileiros e catarinenses.

A Federação Catarinense de Municípios – FECAM possui banco de dados de todos os municípios catarinenses. Os arquivos são acessados no IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável e apresentam os dados sócio/econômicos dos municípios. Pesquisando sobre Irani, observamos que o município possui área territorial de aproximadamente 325.737 quilômetros quadrados⁹. A mesma fonte informa que o PIB – Produto Interno Bruto da cidade era de 190.182,91 em estimativa no ano de 2015, enquanto a população total era de 10.285 na última contagem em 2017. O IDMS possui uma pontuação para avaliação dos indicadores socioambientais, econômicos, ambientais e político institucional, que vai de 0 a 1. No município de Irani, território onde concentramos a biografia do lugar, o índice é de 0,613.

A biografia, enquanto gênero de pesquisa histórica, comumente utilizada para retratar trajetórias individuais, será utilizada para escrever sobre um território, uma sociedade e o patrimônio cultural. A biografia tem sua importância reconhecida para o conhecimento humano, conforme afirma Borges (2008, p. 215):

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma Biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a Sociedade em que ela viveu. Mas, de forma não tão evidente, a biografia tem sido considerada uma Fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes.

Ao utilizarmos o termo biografia para escrever sobre um lugar de batalha, estamos nos apropriando de uma área da pesquisa que de forma ampla e variada descreve trajetórias

⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/irani/panorama>. Consulta em 18/08/2021.

⁹ Fonte: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2022/codMunicipio/121>. Consulta em 09/05/2022.

humanas, história de indivíduos. Porém, conforme já nos mostrou Santos, lugares e pessoas não estão dissociados e aplicamos conceitos semelhantes para falar de um espaço geográfico, político e social, tentando compreender suas continuidades, mudanças, apropriações e desenvolvimento do patrimônio cultural ao longo das últimas quatro décadas. As análises dos lugares de batalha no pós-conflito e os objetivos a serem alcançados, utilizando o conceito de biografia do lugar, são definidos por Sorensen e Rose (2015, p. 6):

Este conceito de uma biografia do lugar, com sua implicação de progressão através de diferentes fases, bem como junções formativas, transições e transformação, nos ajuda a extrair e investigar lugares em termos de mudança, impactos e consequências. Qual era a situação do lugar antes do conflito, como foi (materialmente, culturalmente e politicamente) afetado pelo conflito, e o que se seguiu depois? Quais foram as decisões cruciais em cada fase de sua vida? Quem os fez, com que intenções e em que contextos? Essas características são, por necessidade, colocadas dentro de seus contextos culturais específicos.

As biografias de lugares de batalha na Europa, onde grandes exércitos nacionais se confrontaram no século XX, mostram lugares com elevado nível de destruição das estruturas materiais e que deixaram muitas marcas. São realidades muito distantes daquela que temos em Irani, onde apenas uma batalha ocorre entre nacionais. A batalha travada em ambiente rural não deixou grandes danos materiais ou mesmo ruínas, fragmentos que fossem úteis para o estudo do conflito, no entanto, a problemática da pesquisa, que busca entender o lugar de batalha no pós-conflito através de uma descrição detalhada, encontra nesses estudos as bases que nos ajudam, a fim de pensarmos a nossa pesquisa, porque as perguntas podem ter convergências.

Constatamos a existência de uma política oficial que busca destacar as particularidades do lugar, porque em Irani ocorreu a primeira batalha da Guerra do Contestado e nesse lugar aconteceram as primeiras baixas, em outubro de 1912. Segundo Lino (2012, p. 191), “o resultado da refrega foram dezenas de mortos”. Uma forma de destacar o lugar de início de uma guerra se expressa na forma da frase, escrita junto ao Monumento do Contestado com o dizer: “Irani (1910-1912): Berço do Contestado”¹⁰. Em praticamente todos os órgãos e ambientes de atendimento públicos municipais, existem cartazes com a frase acompanhada do monumento Mãos de Cimento. Também é possível visualizar esse modelo de divulgação em alguns espaços de caráter privado em Irani.

O Sítio Histórico de Irani é o lugar onde teria ocorrido a batalha, na localidade de Banhado Grande e atualmente guarda os patrimônios culturais. Os patrimônios são constituídos

¹⁰ Junto ao Monumento do Contestado. Monumento onde duas mãos encravadas por projéteis de arma de fogo erguem-se para o alto, representando a luta dos vencidos na Guerra do Contestado, foi colocada uma placa de madeira com os dizeres: “Irani – Berço do Contestado”.

por fragmentos que remetem ao período da guerra e por construções temáticas concluídas nos anos 1980 e por ruínas que mostram tentativas de desenvolvimento patrimonial, realizadas nos anos 2000. Essa trajetória, que constatamos existir no município pesquisado, de construção e manutenção do patrimônio cultural, parece concordar com a afirmação de Joel Candau (2016, p. 164), afirmando que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo um projeto de afirmação de si mesma. Esse projeto está destinado a permanecer sempre inacabado, ele pode mesmo se esgotar na esperança de chegar a uma memória total”.

Atualmente é o poder público municipal que, através da secretaria da cultura, mantém o Sítio Histórico do Contestado em Irani. O recorte temporal da pesquisa são as últimas quatro décadas, a partir dos anos finais da década de 1970, até o presente tempo. Apresentaremos fontes e referências que repercutem na tentativa de transformação de um lugar de batalha para um lugar de memória coletiva da população e sua identificação com o lugar, com a guerra e com os antigos moradores locais, sertanejos comumente lembrados na cidade como caboclos.

O material básico para nossa investigação, análise e explanação dessa história social e patrimonial são os arquivos documentais que localizamos no acervo da prefeitura municipal, em Irani, no acervo do Memorial do Contestado, em Irani e no acervo particular do arquiteto Ires Lopes da Silva, em Xanxerê. Com essas fontes analisamos a construção dos patrimônios materiais. Pelas fontes documentais e a historiografia, queremos também discutir a construção da memória coletiva da cidade, em relação à batalha de 1912, marcada pela morte do monge José Maria na terra iraniense¹¹.

As referências são encontradas nas obras mais conhecidas da historiografia do Contestado. As fontes localizadas e apresentadas na pesquisa são variadas e reforçam o caráter interdisciplinar para o estudo. Apresentamos pontos da legislação, do direito, do *marketing*, da arquitetura, de organizações civis e militares e, principalmente, abordamos a atuação do folclorista Vicente Telles, o principal nome relativo ao Contestado em Irani. De forma específica as fontes são:

- A legislação municipal do Contestado em Irani.
- As atas de reuniões da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, escritas no período inicial do ano 2000 e final do ano 2012.
- A ação civil pública e o processo judicial que extinguiu a Fundação Contestado.
- O estatuto da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani.
- O regimento interno da Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião.

¹¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, gentílico dos habitantes de Irani-SC.

- O projeto do Parque Temático do Contestado, autoria do arquiteto Ires Lopez da Silva.
- As propagandas oficiais de Irani apresentadas no formato de folders.
- Documentos referentes ao cerimonial do evento chamado “Acordo de Paz”, documento assinado pelo prefeito de Irani e oficiais da Polícia Militar do Paraná em 2017.
- Produções de Vicente Telles e materiais fotográficos obtidos pelos autores em Irani.

As análises deste trabalho consideram e problematizam que os patrimônios culturais construídos e mantidos no Sítio Histórico de Irani têm influência na memória coletiva da população, que pela visão, incorporam o sentimento de pertencimento ao lugar. A perspectiva e metodologia de pesquisa é o estudo da história patrimonial do lugar, que vai contribuir na formação de uma suposta identidade comum, que une o município de Irani à Batalha de 22 de outubro de 1912.

O interesse social vai sendo manifestado em ações culturais, na forma de diversas leis apresentadas e aprovadas em Irani, tratando da conservação e ampliação dessa memória e simbologia do lugar. Parcela dos atuais moradores celebram datas, fatos e personagens do passado, ligados à Guerra do Contestado, levando-nos a constatar que existe na cidade um conhecimento popular, uma espécie de cultura do Contestado, transmitida entre as gerações. A assimilação dessa herança comum é utilizada para formular um conceito de patrimônio cultural por Antonio Rosa Mendes (2012, p. 13) que afirma: “podemos com propriedade afirmar que todos somos herdeiros e que o patrimônio cultural é a nossa herança cultural”.

No estudo das fontes que tratam dos patrimônios culturais em Irani, dois personagens são protagonistas em momentos distintos, mas que ao final fundem-se enquanto elementos essenciais na estrutura textual que almejamos alcançar: no estudo da historiografia do Contestado, o monge José Maria (1912) e o no período mais recente Vicente Telles (1978 a 2017). Essa possibilidade de o pesquisador escolher ou de optar por seguir uma linha de pensamento e escrita é baseada em referências, entre elas apontamos Alun Muwslow (2009, p. 9) que diz:

Hoje, poucos historiadores argumentam que podemos escrever a verdade sobre o passado. É amplamente reconhecido o fato de que a história escrita é contemporânea, ou orientada pelo presente, na medida em que em nós, historiadores, não somente ocupamos um lugar no aqui e agora, mas também sustentamos posição com base na visão que temos da relação com o passado e suas pistas e na maneira como extraímos significado dessas pistas.

Essa introdução constitui o primeiro capítulo dessa dissertação. O texto é formado por outros quatro capítulos, onde a memória de batalha em Irani é abordada pela perspectiva do lugar.

Iniciamos a discussão proposta no trabalho e, no segundo capítulo deste trabalho, incluímos uma breve busca na historiografia da colonização de Irani e em um subtítulo abordaremos a batalha do Irani.

No terceiro capítulo, apresentamos a cidade de Irani, abordamos as leis municipais específicas do Contestado. Mostramos que na cidade existem esculturas, pinturas e outras marcas que mostram a cidade como um lugar de memória do Contestado.

No quarto capítulo, mostramos e analisamos o início das atividades de Vicente Telles em 1978 e o começo do desenvolvimento patrimonial em Irani.

No quinto e último capítulo incluímos as análises dos principais acontecimentos de relevância para a memória e patrimônio cultural em Irani, ocorridos entre os anos 2000 a 2017. Nesse período as atividades culturais em Irani têm à frente a Fundação Contestado, em que grandes eventos foram realizados e novos projetos de desenvolvimento patrimonial foram iniciados.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO LUGAR CHAMADO IRANI

Estudos arqueológicos demonstram que a região de Irani, atualmente inserida no espaço geográfico e político chamado meio oeste catarinense, foi povoada inicialmente pelos povos indígenas. Os amplos territórios do atual Sul do Brasil foram ocupados há muito tempo e antes da chegada e conseqüente dominação exercida pelos portugueses e espanhóis, os povos indígenas se estabeleceram e deixaram marcas de sua ocupação na terra sulista e, conforme Lino (2015, p. 92),

De fato, foram estes grupos humanos os pioneiros na ocupação do território sulino, transformando o ambiente e culturalizando a paisagem. Não há espaço que não tenha sido previamente ocupado ou explorado quando da chegada e povoamento dos primeiros povoadores não indígenas na região, poucos anos após a chegada de portugueses e espanhóis, que disputaram por muito tempo a posse do território.

O povoamento e ocupação indígena no que entendemos hoje por região Sul do Brasil, foi realizada por povos nativos de variadas etnias, sendo que na região a predominância étnica e cultural foi exercida pelos integrantes da etnia Kaingang. Essa presença é também confirmada pela presença das várias Terras Indígenas na Região. Nacke (2007, p. 33) afirma que:

Os Kaingang constituem um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Sua população de aproximadamente 25 mil habitantes se concentra em sua maioria nas Terras Indígenas (TIs), localizadas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma parcela deste total vivem em áreas que se encontram em processos de regulamentação.

No território onde atualmente é o estado de Santa Catarina, são três as etnias indígenas que se agruparam em diferentes regiões e assim foram descritas por Brighenti (2012, p. 1):

O território Kaingang compreende as terras altas, desde o interior do estado de São Paulo até o centro norte do estado do Rio Grande do Sul; o território Xokleng compreende a região intermediária, do planalto ao litoral e do Paraná ao Rio Grande do Sul. Evidências arqueológicas indicam que os Kaingang e Xokleng teriam ocupado primeiro o estado com posterior ocupação Guarani.

O próprio nome Irani é um exemplo incontestado da presença indígena e sua influência. O município, que assim como muitos outros na região, tem seu nome originado na língua nativa dos primeiros habitantes do lugar. Irani é uma forma de adequação ao idioma português, de palavras e significados da língua Kaingang. D'Angelis (1978, p. 82) afirma que:

O que, por fim, confirma o fato de que a “Campina chamada Irani”, de que fala pinto Bandeira, é a campina que existe na cabeceira do Rio Irani e a toponímia Kaingang do lugar. Segundo os Kaingang, Irani é corruptela de Reni, que significa: “no campo”, “no gramado” ou “na campina”.

Na página da prefeitura municipal de Irani¹² consta a informação da colonização do município de Irani. De forma genérica, sem apresentar detalhes, a informação oficial da administração municipal afirma que os grupos humanos que colonizaram o lugar foram formados por: caboclos, indígenas, italianos e alemães. Nota-se que no site existe o cuidado de incluir as pessoas identificadas como caboclas em primeiro plano na informação e, segundo a página, os primeiros colonizadores e exploradores da região de Irani teriam vindo no século XIX, principalmente da região norte do Rio Grande do Sul.

Os Campos do Irani atraíram numerosos grupos de migrantes e entre os mais numerosos a chegar na região estava a família com sobrenome Fabrício das Neves. A informação oficial do município sobre alguns personagens da colonização encontra referências na historiografia, notavelmente os dados referentes à própria família Fabrício das Neves. Essa família, em um episódio que de certa forma demonstra sua influência e importância no lugar, recebeu o famoso monge José Maria em sua derradeira passagem por Irani em 1912. O encontro entre membros da família Fabrício das Neves com o monge José Maria de Santo Agostinho, na ocasião de sua última estada em Irani, dias antes da batalha de 22 de outubro de 1912, foi escrito por Vinhas de Queiroz (1966, p. 97):

José Maria há muito conhecia o povo e Irani. Considerava-o a sua gente. Não é de estranhar que, perseguido em território sob jurisdição catarinense, tenha surgido, em princípios de novembro¹³ de 1912, no chamado faxinal dos Fabrícios. Desde Santa Catarina acompanhavam-no cerca de quarenta homens armados. Hospedou-se, primeiro, na casa de Thomaz Fabrício das Neves.

Encontramos referências sobre o processo de colonização e do povoamento da região de Irani em obras de diversos pesquisadores de reconhecida importância na historiografia do Contestado. Machado (2004, p. 13) escreveu sobre a chegada das primeiras famílias vindas do estado do Rio Grande do Sul:

A região do Irani foi povoada na última década do século XIX principalmente por pequenos lavradores e fazendeiros gaúchos, que, vieram com suas famílias e agregados, muitos sendo antigos combatentes de ambos os lados da Revolução Federalista. No Irani, havia muita tensão acumulada em torno da disputa de terras com uma companhia frigorífica, que estava ameaçando açambarcar as terras de fazendeiros e pequenos sítiantes da região, então sob jurisdição paranaense.

Apesar da referência aos migrantes vindos do Rio Grande do Sul, que teriam chegado primeiro na região de Irani, o processo de colonização incorporou outros grupos humanos e no

¹² Fonte: Página oficial do município de Irani-SC, opção de consulta no histórico do município. Disponível em <https://www.irani.sc.br>. Acesso em 06/06/2021.

¹³ Preservou-se a informação original encontrada na obra, no entanto, é provável que o autor se referia a “princípios de outubro de 1912”.

final do século XIX e avançando no século XX intensificou-se a imigração de descendentes de europeus para o Oeste de Santa Catarina, o que incluiu a região de Irani a partir de 1916. Radin (2016, p. 164) aponta que:

O processo de colonização da fronteira sul teve seu auge no final do século XIX até meados do seguinte, abrangendo áreas do norte e oeste gaúcho, todo o grande oeste catarinense, partindo do vale do rio do Peixe até o extremo oeste e do sudoeste paranaense. Em grande parte, nessas novas áreas, repetiu-se o modelo adotado nas antigas áreas coloniais. Claramente predominou a economia centrada na pequena propriedade agrícola, que naquele período constituía-se na base econômica da região, permanecendo hegemônica por décadas.

Na mesma direção, Monica Hass (1999, p. 25) esclarece que a colonização do Oeste Catarinense, realizada pela inserção de imigrantes, ou de descendentes de imigrantes de etnias europeias, se realizou pela atuação de empresas colonizadoras, que contavam com a aprovação do governo em seus projetos de colonização:

A estratégia de ocupação do Oeste Catarinense envolveu um casamento de interesses entre o governo estadual e as empresas colonizadoras, que incentivou a vinda de imigrantes, dando início ao processo de ocupação capitalista da região.

A partir de seu desmembramento de São Paulo em 1853. A província do Paraná assume as antigas indefinições e disputas de fronteiras que a província de São Paulo tinha com Santa Catarina. Os impasses resultam em disputas judiciais nos tribunais superiores e as províncias, depois, estados no período republicano, disputam uma área de mais de 40.000 quilômetros, conforme afirma Blasi (2012, p. 248):

O objeto do litígio era uma área de cerca de 48.000 quilômetros quadrados de terras situadas no planalto catarinense, tendo por limites: ao norte, os rios Negros e Iguaçu; ao sul os rios Canoas e Uruguai; ao leste, a Serra Geral; e ao oeste, a fronteira do Brasil com a Argentina, conforme laudo pericial do presidente Cleveland.

O território, em uma visão generalizada, nos dias atuais em Santa Catarina, corresponde principalmente ao território que forma a região meio oeste e Oeste Catarinense, enquanto para o Paraná, a área de terras é o atual Sudoeste paranaense. Marli Auras (1984, p. 25) assim escreveu sobre o início da disputa por territórios travada pelos dois estados:

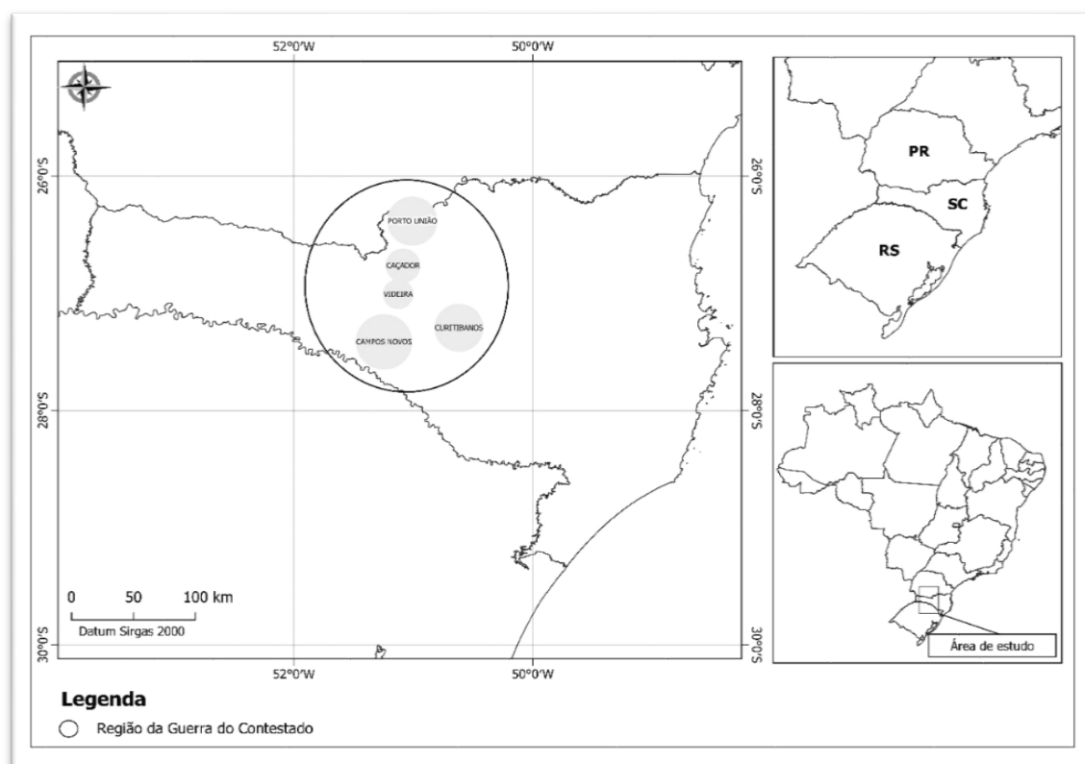
A questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná-que permeia a Guerra do Contestado e lhe confere o título- tem seu início em 1853, quando paranaenses desmembrados da província de São Paulo, procuram firmar a posse sobre as terras do oeste barriga-verde, alargando seu já mais extenso território.

Em meio à disputa entre os estados, a região assiste ao avanço capitalista e da colonização e isso somado a fatores políticos e sociais que resultam na expropriação e perseguição dos habitantes sertanejos da região. Diversas condicionantes formam o contexto

onde surge o conflito, que opôs os civis sertanejos contra as forças oficiais na Guerra do Contestado. Com exceção à Batalha do Irani, ocorrida no território sob jurisdição do Paraná, os principais confrontos que aconteceram a partir de 1913 ocorreram no território administrado por Santa Catarina. Nilton Cesar Fraga (2006, p. 31) afirma:

Afora o singular combate do Irani (SC), em 1912, todas as ações bélicas do evento se registraram ao leste do rio do Peixe, em área Contestado, mas na maior parte administrada por Santa Catarina, tendo por limite, ao sul, os Campos de Curitibaanos e Campos Novos, e ao leste as escarpas da Serra Geral.

Figura 2 – Região de conflagração da Guerra do Contestado após 1913



Fonte: arquivo do autor.

As delimitações de fronteiras, muito além de ser um fator puramente geográfico e de sentimento de pertencimento que as pessoas têm pelo território em que vivem é, também, uma demonstração simbólica e prática de poder político das camadas dominantes. Fraga (2006) afirma que:

A região e o território são expressões das formas de poder que delimitam faixas de fronteiras. Estas fronteiras estão estabelecidas, reconhecidas e firmadas pelos atos simbólicos do poder - a força da lei. Mas é preciso ter-se em mente que esta divisão obedece a critérios que atribuem fundamentos e elementos de semelhança.

Apesar de que não haviam registros de confrontos armados diretos entre os regimentos de segurança dos estados do Paraná e Santa Catarina, as escaramuças eram frequentes. As

usurpações de divisas financeiras de ambos os lados litigantes, pela instalação de postos de cobrança de impostos e de divisas físicas, foram fatores que contribuíram para que a tensão na região estivesse sempre em alta. É claro que as decisões judiciais repercutem em diferentes períodos da disputa, um exemplo foi em 1904 quando ocorre uma decisão favorável à Santa Catarina e o Paraná reagiu. O evento é explicado por Machado (2004, p. 130):

Após a divulgação da notícia da primeira sentença do STF em favor de Santa Catarina, em 1904, os ânimos se exaltam na região contestada. Os paranaenses passam a interpretar quaisquer medidas administrativas dos catarinenses na região contestada como uma forma de execução à força, da primeira sentença, que ainda era objeto de recurso.

Decisões proferidas em 1904 e 1909, ratificadas em 1910 deram causa à reclamação de Santa Catarina e a tensão na região aumentou, culminando em 1912 com o deslocamento de um grupo de pessoas, lideradas por um religioso chamado monge José Maria que, saindo da área sob administração catarinense, desloca-se para a região de Irani, em disputa com o Paraná. O movimento em torno do monge e sua entrada no território em disputa judicial, passa a ser entendida como provocação, gerando a quase imediata repressão por parte do Paraná. A apreensão gerada no governo paranaense ao saberem da chegada do monge ao Paraná é assim descrita por Vinhas de Queiroz (1966, p. 94):

O governo do Paraná recebeu com extrema inquietação as notícias do movimento em torno do novo monge. Chegou a julgar que se tratava de manobra por parte de Santa Catarina a fim de guarnecer o Contestado com tropas federais e garantir assim a sentença do Supremo Tribunal Federal, no caso dos limites.

Para Delmir Valentini (2000, p. 43), a disputa territorial e indefinições entre os estados teve influência na deflagração da Guerra: “não há como negar que a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná também serviu de fermento ao episódio bélico que ocorreu pouco antes de ser desfecho”.

Um grande efetivo de militares do regimento de segurança paranaense, formado por oficiais e praças, sob o comando do Coronel João Gualberto é mobilizado. Saindo de Curitiba a tropa segue em trem rumo a Porto União da Vitória e em seguida marcham para Irani, com o objetivo de desfazer o ajuntamento em torno de José Maria. A repressão militar encontra reações e em 22 de outubro de 1912 acontece a Batalha do Irani.

2.1 A BATALHA DO IRANI: O PRINCÍPIO DA GUERRA DO CONTESTADO

A Batalha do Irani, considerada o primeiro evento bélico da Guerra do Contestado ocorreu em 22 de outubro de 1912, na localidade de Banhado Grande do Irani, parte sul do

território de Palmas – PR. A batalha deu-se no encontro entre militares integrantes do regimento de segurança do Paraná e civis sertanejos, também chamados genericamente de caboclos. A refrega entre os dois grupos em oposição teve o protagonismo de dois personagens, o coronel João Gualberto e o monge José Maria, ambos junto à significativa parcela de seus comandados, morrem na batalha. Pesquisar e ter o conhecimento da trajetória do oficial comandante da tropa do regimento paranaense é facilitada pela própria característica da função pública que exercia antes da fracassada missão no Irani. Conforme Campos (2016, p. 82):

Foi no período inicial de outubro de 1912 que o comandante do Regimento de Segurança do Paraná, o capitão João Gualberto Gomes de Sá, recebeu as ordens de dissolver o ajuntamento em torno de José Maria. Famoso por seu temperamento impetuoso, o coronel aceitou prontamente a missão e chegou a declarar para os seus amigos e familiares: - Levarei comigo cordas para fazer desfilarem pelas ruas de Curitiba aqueles que sobreviverem ao meu ataque!

No geral, os oficiais têm origem nas camadas médias da população, ou, ao ingressarem nas academias de formação são aceitos nos círculos das elites políticas e sociais. Assim, João Gualberto, pernambucano de nascimento, mas atuando no Paraná, circulava nos ambientes de política curitibana. A proximidade entre a classe política e o oficialato não é nenhuma novidade, sabemos que na história da república foram vários os exemplos dessa conjugação de interesses em que detentores do poder das tropas e armas, assumem cargos de origem e função eminentemente civis. O capitão do exército brasileiro, João Gualberto, era um engenheiro militar e em 1912 estava se destacando entre a elite paranaense e em ascensão na carreira, sendo cotado para assumir cargos políticos na capital paranaense. Marli Auras (1984, p. 71) escreveu sobre a chegada do oficial no comando do regimento de segurança paranaense, dessa forma:

Pela popularidade que gozava João Gualberto, o governador Carlos Cavalcanti, em 1912, no início de sua gestão, teve a ideia de nomeá-lo para a prefeitura de Curitiba. Entre os políticos, no entanto, houve séria oposição a tal proposta, receosos dessa provável proximidade dele com o poder. Afinal depois de muito bate-boca, achou-se por bem convidar Gualberto para o comando do regimento de segurança do Estado.

Os anos anteriores à Batalha do Irani em 22 de outubro de 1912 foram marcados pelas disputas políticas/judiciais pelo território Contestado entre Paraná e Santa Catarina e também por inflamadas narrativas opostas da imprensa escrita da época, principalmente em jornais de Curitiba e Florianópolis. A imprensa de Curitiba demonstrava apoio à expedição do regimento de segurança ao Irani, sob o comando de João Gualberto ao qual destinava constantes os elogios. A imprensa paranaense atuava na criação da imagem de liderança em torno da pessoa de João Gualberto. Matérias dos jornais de Curitiba, entre eles o Diário da Tarde, que na edição

do dia 11 de outubro de 1912, dia anterior à batalha, exaltava as supostas qualidades do oficial. Conforme Dalfre (2014, p. 95):

Soldado que honra o Exército Nacional, jornalista vigoroso, engenheiro de vasta competência, patriota abnegado, amigo dedicadíssimo, indivíduo que cultua as mais altas virtudes cívicas, chefe de família verdadeiramente modelar, o dr. João Gualberto é uma dessas raras figuras que se impôs (...) pela capacidade do trabalho e pelas fulgurações da sua inteligência.

Enquanto temos uma definição biográfica mais clara da trajetória de João Gualberto, militar que do posto de capitão do exército brasileiro é nomeado como combatente do regimento de segurança do Paraná, recebendo promoções, atingindo rapidamente o posto de coronel e tem seu nome exaltado pela imprensa paranaense, não se pode dizer que é uma tarefa igualmente fácil traçar o caminho percorrido por José Maria na região Contestada entre Paraná e Santa Catarina, até sua morte em Irani e escrever sobre ele é de fato, mais desafiador. Ao contrário da exaltação ao nome de Gualberto no antes e pós-batalha, as referências ao monge nas páginas da imprensa escrita não são de elogios, mas de crítica e imposição de culpa, conforme Dalfre (2014, p. 108):

Desde a primeira notícia referente ao conflito, uma das principais preocupações do Diário da Tarde foi designar os culpados. Seus narradores, ao relatarem os acontecimentos do Irani, construíram representações relacionadas não somente à imagem dos militares, mas também daquele que consideraram ser o líder dos sertanejos que combateram as forças de João Gualberto: o monge José Maria.

Miguel Lucena de Boaventura, conhecido como o monge José Maria, que apareceu publicamente nos momentos anteriores ao primeiro combate e que após sua morte permanece emprestando a representação simbólica de seu nome aos videntes que ditam a organização dos ajuntamentos civis/sertanejos na Guerra do Contestado, vem de uma antiga tradição do catolicismo rústico praticado nas regiões do Contestado. Antes de José Maria houveram outros religiosos que peregrinaram entre a população sertaneja, muitas vezes em oposição aos sacerdotes ordenados pelo catolicismo romano tradicional. Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 81) escreveu sobre dois monges anteriores a José Maria e sua misteriosa origem e o fez dessa forma:

A história do catolicismo rústico no Contestado está ligada de forma definitiva às peripécias reais às peripécias e às lendas a respeito de alguns monges, beatos rezadores itinerantes cuja passagem pelo Sul do país deixou marcas visíveis até os dias de hoje. Em contraste com o padre – porta voz de uma instituição estranha – que, saindo de sua sede paroquial uma cidade ou vila, também percorria o sertão, o monge vivia no sertão. Se o padre era frequentemente um estrangeiro, de cujo sotaque as crianças caçoavam, os dois primeiros monges conhecidos também o eram, e o último, se não havia nascido fora do Brasil, como seus antecessores, tinha uma vida pregressa igualmente cercada de mistérios.

Na sua obra sobre o Contestado, onde analisa o movimento sob o aspecto messiânico, publicada no ano de 1974, Duglas Teixeira Monteiro já afirmava sobre as produções da história geral da Guerra do Contestado que: “muita coisa sobre esse assunto já foi escrita” (1974, p. 09). Nas quatro décadas seguintes até os nossos dias, muito material novo foi produzido por variadas especialidades, que abordam o Contestado pelas mais diversas nuances sociais, políticas, econômicas, religiosas e antropológicas. Kunrath (2020, p. 67) comenta a chegada de José Maria à região do Contestado, provavelmente no começo do século XX e o fez dessa forma:

Considera-se mais plausível a hipótese de que a incursão desse indivíduo no território Contestado tenha sido durante a Federalista, ainda sob o nome de Miguel Lucena de Boaventura. Com o findar do conflito, assim como tantos outros participantes, decidiu permanecer na região. Por ter conhecimento de ervas medicinais, começou a atender enfermos e, talvez inspirado pelo contato que possa ter tido com o monge João Maria, passou a adotar o nome de José Maria.

O fato é que com o aparecimento e manifestação pública de José Maria na região Contestada, especialmente em um momento de elevada agitação política/social, a população sertaneja que tem acesso ao novo monge parece encontrar refúgio no carisma em volta de sua pessoa, que se apresenta como sucessor dos monges anteriores: João Maria de Agostinho e João Maria de Jesus, homens considerados “santos” pela população sertaneja em seu tempo de peregrinação. Marli Auras (1984, p. 58) assim escreveu sobre a chegada de José Maria: “Desde João Maria (desaparecido por volta de 1906), as gentes do interior estão esperando um novo messias”.

José Maria se apresenta como irmão do segundo monge de fama e, sua aparição repentina no interior é marcada pelo assédio da população à sua volta, mesmo que pouco ou nada soubessem sobre quem era aquele homem. Vinha de Queiroz (1966, p. 81) assim escreve sobre José Maria: “em 1912 já era homem maduro de seus quarenta e poucos anos de idade. Vários autores referem que pertencera às fileiras do Regimento de Segurança do Paraná, onde havia chegado ao posto de cabo, antes de desertar”.

O monge José Maria e o oficial João Gualberto são personagens muito diferentes. José Maria se encerra no mundo rural, com costumes e religiosidade típicos, em que os monges anteriores eram muito considerados e, ao mesmo tempo, parece ter o seu próprio carisma que faz com que, mesmo tendo tido uma breve passagem, parte significativa dos sertanejos tenham confiança nas suas palavras e liderança, José Maria circulava entre os seus. João Gualberto, no entanto, vem de outra realidade, vivendo na urbana Curitiba, circula entre a elite econômica e política e obtém através da política as promoções, galgando o oficialato superior de forma rápida, não parece ter muitas experiências com o operacional, ou seja, com a realidade de

confrontos. Constatamos pela historiografia que entre os dois personagens havia uma clara distância social e os diversos contextos econômicos, políticos e sociais levam ao confronto. João Gualberto a serviço da elite política e José Maria liderando o povo sertanejo se enfrentam na Batalha do Irani, retratada em quadro homônimo.

Figura 3 – A Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912



Fonte: Página oficial da polícia militar do Paraná. Opção “histórico da polícia militar do Paraná”, campanha do Contestado.

A imagem é uma amostra que serviu ao discurso que representava a visão dos vencedores da Guerra do Contestado (1912-1916), na qual os sertanejos/caboclos são visibilizados frente às forças oficiais e aos governos. No primeiro plano, no centro da imagem está o oficial, o Coronel João Gualberto, vivo, sem ferimentos e com a sua arma elevada ao alto parecendo ainda liderar a tropa. Ao lado do coronel foi retratado outro oficial do regimento com a espada¹⁴ também apontada para cima. Os dois oficiais estão em pé, parecem figuras imponentes enquanto os demais membros parecem ser as praças (soldados) do regimento de

¹⁴ Apenas oficiais têm a espada como sua indumentária militar, soldados não possuem o símbolo da espada.

segurança que combatem com a metralhadora e fuzil com baioneta¹⁵, alguns já tombaram feridos na batalha.

Os militares estão sozinhos nesse plano, parecem estar distantes dos oponentes. Em um segundo plano, o autor retratou a batalha entre policiais montados e sertanejos a pé e que aparecem em maior número, mas sem destaque. Ao fundo da representação visualizamos casas junto a uma mata com vários pinheiros, que representam as florestas de araucárias típicas da região e também o que parece ser um número grande de pessoas montadas em cavalos brancos, que estão apenas observando a luta que está sendo travada pelos soldados e sertanejos. Luiz Paulo da Silva (2017, p. 211), em análises das obras sobre o Contestado em museus de Santa Catarina e Paraná, afirma:

Nesta pintura, Gualberto é representado como figura de destaque em primeiro plano, um tanto deslocado do combate, “olhando” para o observador da pintura. A composição privilegiou o Regimento de Segurança e deixou ao fundo os caboclos, numericamente superiores, envoltos pela fumaça da refrega. Excluíram-se os detalhes encarniçados do combate. Não há sangue, apenas o desejo de engrandecer a figura do Cel.

O terreno retratado na pintura demonstra ser lamacento, úmido, talvez seja referência aos registros da historiografia que diz que, na escuridão da madrugada do dia 22 de outubro de 1912, a tropa de João Gualberto marchou sob chuvas para a localidade de Banhado Grande, onde ocorreu a batalha. O admirador da tela, que desconhece minimamente a trajetória da Guerra do Contestado (1912-1916), pode pensar que os militares estavam “do lado certo” e que venceram a luta contra aqueles anônimos que aparecem em segundo plano. Porém, essa impressão é desfeita ou questionada quando estudamos a historiografia produzida por diversos autores que escreveram sobre a Guerra do Contestado. A Guerra do Contestado foi, também, um dos resultados das políticas capitalistas aplicadas à região; a chegada da estrada de ferro, colonização e a expropriação do sertanejo que habitava a região, conforme aponta Valentini (2000, p. 48):

Profundas mudanças estavam acontecendo na região, o capitalismo chegava, mostrando a sua face. Desenvolvimento, progresso, colonização, etc., eram termos desconhecidos para o vocabulário simplificado do sertanejo que vivia naquelas terras. Os “espaços vazios” que o governo brasileiro pretendia ocupar não eram tão vazios assim, foi preciso torna-los vazios antes de implantar a nova ordem emergente.

Grandes foram a repercussão e consequências resultantes das ações de um homem, o monge José Maria que com um pequeno grupo de pessoas, provavelmente não superior a 50

¹⁵ Baioneta são espécies de facas que são conectadas às pontas das armas de fogo e servem as batalhas onde o corpo a corpo vai ocorrer, pode ser usada como uma lança.

homens, realiza um deslocamento ou fuga pelo território catarinense. O monge, saindo da região de Campos Novos, chegando no Rio do Peixe faz a travessia da divisa, entrando no território sob jurisdição paranaense. José Maria saiu em peregrinação de Campos Novos e Curitiba, regiões já integrantes de Santa Catarina em 1912, atravessando o Rio do Peixe, entrando nos sertões do Paraná passando por Catanduvas, onde acampa, e nessa localidade o monge continua exercendo seu ministério de pregação religiosa e também a ministração de ervas medicinais aos doentes. Vinhas de Queiroz (1966, p. 94) registra essa passagem de José Maria por Catanduvas (atualmente município de mesmo nome na região meio oeste de Santa Catarina), destacando fatos que parecem demonstrar que seria difícil o monge não ser notado por onde ele peregrinava:

Soube-se que estava o monge acampado com seus homens no lugar Catanduvas, a cinco léguas da ferrovia. Iam levantar uma grande cruz, ajudados por muitos sertanejos da localidade, entre os quais alguns que já se diziam curados por José Maria. Este continuava receitando. De Catanduvas dirigiu-se para os Campos Irani, no município de Palmas.

Nos primeiros dias do mês de outubro de 1912, José Maria e seus seguidores chegam em segurança nos Campos Irani, localidade administrada por Palmas – Paraná e que estava dentro da área de contestação territorial entre os respectivos estados de Paraná e Santa Catarina. A região de Irani, formada por florestas ombrófilas mistas e grandes extensões de campos aptos para a criação de gado haviam sido há muito ocupadas por um coronel local chamado Juca Pimpão, que registrou em cartórios paranaenses terras que abrangiam as margens do Rio Xapecozinho ao Uruguai e chamou essa “propriedade” de Fazenda Irani. Devido à abundância dessas terras, numerosos grupos de pessoas vindos do Norte do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do próprio estado do Paraná se estabeleceram na Fazenda e foram construindo e vivendo como posseiros.

Em 1912, a família com mais membros, igualmente com mais destaque em Irani, era a família Fabrício das Neves. Chegando em Irani, José Maria e seguidores foram recebidos e hospedados na propriedade de Thomaz Fabrício das Neves e também na casa de Miguel Fabrício. Da mesma forma como procedeu em Catanduvas, onde o monge pode exercer seu ministério, em Irani, a procura por suas rezas e ervas medicinais só faziam aumentar a fama do monge e a procura dos sertanejos pela sua ajuda. Vinhas de Queiroz (1966, p. 97) escreveu sobre esse momento de José Maria nos primeiros dias de novembro de 1912, período em que esteve com os Fabrício das Neves:

Desde Santa Catarina, acompanharam-no cerca de quarenta homens armados. Hospedou-se primeiro na casa de Thomaz Fabrício das Neves. Atraídos pela sua fama

de curandeiro, numerosas pessoas foram fazer consultas e muitas se deixavam ficar pelos arredores assistindo e acompanhando seus terços, aos quais havia quem chamasse de missa.

Ao que parece, nos poucos dias que o monge esteve abrigado em Irani, sua atuação junto aos sertanejos e posseiros da região fez aumentar o número de seus amigos, pessoas que ele considerava com estima e o sentimento parecia ser correspondido, ou, pela amizade ou por reconhecimento de sua condição de novo líder religioso, sucessor dos antigos monges, homens considerados santos pelos sertanejos. José Maria podia contar com muitas pessoas dispostas a lhe prestar auxílio.

A presença do monge atraía não apenas pessoas doentes, mas também interessadas em conhecer o personagem de reconhecida fama, entre eles, dois posseiros da fazenda Irani: José Júlio Farrapo e João Varela, que vieram a conferenciar com José Maria em 15 de novembro de 1912. Vinhas de Queiroz (1966, p. 97) escreveu: “ambos tinham ido verificar o que haveria de verdade sobre o monge, a respeito do qual circulavam boatos sem conta”. A presença do monge em Irani, aliada às necessidades da população sertaneja, faz aumentar rapidamente o número de seus seguidores e também a ameaça de repressão. Antônio Pedro Tota (1983, p. 40) assim afirma:

Em Irani, as notícias de que José Maria havia chegado naquela região fez com que mais pessoas o procurassem para curas, rezas e outros tipos de ajuda. Muitas delas permaneciam acampadas em redor da gente do monge, aumentando assim os seus seguidores. Rapidamente espalhou-se a notícia de que uma força policial do Paraná estava marchando para dispersar os crentes.

Mesmo considerando as tensões políticas e sociais acumuladas pelas décadas de disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, levando em conta também que José Maria, ao sair de Santa Catarina e entrar na zona contestada, poderia provocar o aumento dessa tensão, pela sua capacidade de reunir seguidores. É notável que em pleno ano de 1912, considerando todas as limitações das primeiras décadas do século XX, limitações nas comunicações, na logística de transporte de materiais e recursos humanos, esse deslocamento de pessoas é acompanhado e reprimido tão rapidamente por forças oficiais em uma movimentação de elevada complexidade, que exigiu o emprego de tropas e materiais em uma operação de grande vulto para a época, que começou com o envio de tropas do regimento de segurança de Curitiba para Irani, em uma viagem de trem de Curitiba até União da Vitória e a partir desse ponto, com montarias ou em marchas a pé.

A justificativa oficial do governo paranaense para a pressa em organizar a operação e enviar as forças militares para o interior do território e dissolver rapidamente o ajuntamento de

sertanejos junto ao monge, era de que o movimento seria uma provocação catarinense para forçar o cumprimento de sentenças do Supremo Tribunal Federal, favoráveis à Santa Catarina, na questão de limites. Valentini (2000, p. 80) assim escreveu sobre esse episódio:

O governador do Paraná, sabendo da chegada de José Maria e de seus homens em território paranaense, julgou tratar-se de manobras do governo catarinense, a fim de guarnecer o Contestado com tropas federais e garantir assim a execução da sentença do Supremo Tribunal Federal no caso dos limites.

Fica evidente que entre os governos dos estados (Paraná e Santa Catarina) haviam constantes trocas de comunicações, de informes acerca das atividades e deslocamentos de José Maria e que foi dada importância e atenção para a liderança exercida pelo terceiro monge sobre os sertanejos do Contestado. Ao que parece, na questão José Maria, os governos dos estados litigantes nas questões de limites, não tiveram problemas em se unir para combater um inimigo comum, idealizado na figura do monge, que tem suas possibilidades de organização social superestimadas. No entanto, sabemos que a repressão a José Maria foi uma desculpa oficial encontrada para encobrir a repressão direcionada para toda uma classe social que vinha sendo despojada com o avanço do capitalismo e da colonização da região: os sertanejos/caboclos.

Levando em conta também que a questão de limites entre os estados era tema constante na imprensa escrita da época e que cada periódico externava o momento político do lugar onde era editado, o deslocamento de José Maria foi notícia em periódicos de Curitiba e Florianópolis em 1912, afinal, conforme Kunrath (2019, p. 3) “nesse período, cada jornal deixa a entender que se dirige a um tipo de leitor específico, tendo acentuada participação na cena política do período”. Em outubro de 1912, o governo do Paraná organiza a expedição do regimento de segurança do estado, nomeando o capitão do exército brasileiro, João Gualberto, como comandante. Essa força desfila pelas ruas de Curitiba nos dias anteriores à partida. Os números são conflitantes, mas a informação oficial do estado do Paraná, que consta no histórico da polícia militar do estado, afirma que no dia 13 de outubro de 1912 partiram de Curitiba um contingente de 265 homens do regimento de segurança, em uma viagem de trem até União da Vitória e depois a pé ou a cavalo rumo a Palmas e Irani¹⁶, permanecendo no comando o então coronel João Gualberto.

Auras (1984, p. 70) afirma que João Gualberto de Sá Filho era natural do Estado de Pernambuco, “cursou a Escola Militar de Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, recebendo o título de engenheiro militar”. João Gualberto já era em 1912 capitão do exército brasileiro, mas, ao ser nomeado para o comando do regimento de segurança do estado do Paraná, foi promovido

¹⁶ Fonte: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>. Acesso em 16/06/2021.

ao posto de coronel¹⁷. O ingresso de militares das forças armadas brasileiras nas instituições estaduais foi por muito tempo facilitada, era o, assim chamado, ingresso de “soldados prontos”¹⁸. Peixoto (1920, p. 133) escreveu sobre a promoção do capitão João Gualberto e do objetivo da missão a ele destinada, que não era apenas a dispersão de José Maria e seguidores, pois havia a necessidade de realizar prisões das lideranças sertanejas reunidas em Irani:

Ao mando do capitão do exército João Gualberto, que estava comissionado no posto de coronel na direção do regimento de segurança do Paraná, seguiu um grande contingente daquela corporação a fim de aprisionar os chefes dos fanáticos reunidos nas proximidades de Palmas ou nos Campos do Irany.

O efetivo do regimento de segurança chega em União da Vitória entre 14 de outubro de 1912 e, nessa cidade, registros fotográficos mostram que o comandante João Gualberto organizou desfiles militares na cidade, com a participação de banda musical do regimento de segurança. Busmann (2013, p. 358) apresenta dados sobre o efetivo da força pública:

A força comandada por João Gualberto partiu de Curitiba no final do dia 13 de outubro de 1912, composta por 158 homens, entre oficiais e praças, com 17 cavalos e 5 muares, embarcadas em composição ferroviária, com destino a Porto União da Vitoria, via Ponta Grossa, chegando ao destino na noite dia seguinte, após cansativa viagem.

Os fatos que a historiografia registra em União da Vitória ajuda no entendimento da trajetória de acontecimentos que levam à batalha e seu resultado. Não localizamos nenhum registro da historiografia apontando que o oficial ou alguma das praças conheciam a região e, em uma demonstração de força e controle da situação, o oficial se ocupa em mobilizar uma banda musical para desfiles militares, o que parece ser uma atitude que mistura a prepotência de um oficial, somado ao aparente despreparo em perceber o difícil ambiente geográfico e social para o qual estava direcionado sua tropa.

¹⁷ Começando nas escolas como aluno oficial e aspirante a oficial, os postos dos oficiais militares das forças públicas estaduais são: Tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel e Coronel.

¹⁸ Militares ainda em idade apropriada ao serviço ativo que podiam servir nos regimentos estaduais ao darem baixa nas forças armadas brasileiras, essa modalidade de ingresso hoje em desuso que dispensava concursos, eram feitas por nomeação.

Figura 4 – João Gualberto e banda musical em União da Vitória. Acervo de Dorothy Jansson Moretti



Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2016/07/04/ha-100-anos-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado/>

O efetivo do regimento de segurança do Paraná seguiu em marcha rumo a Palmas, onde chegaram no dia 17 de outubro de 1912, caminho para o Irani, onde esperavam encontrar e prender José Maria e seus seguidores. O efetivo parou a marcha na localidade de Horizonte e nesse lugar o regimento de segurança dividiu-se em dois. Parte do efetivo seguiu rumo à Vila de Palmas, permanecendo com João Gualberto apenas uma fração do efetivo. A maioria das referências historiográficas apontam um número em torno de 60 homens, efetivo pequeno que posteriormente, vai demonstrar ser outro erro do oficial.

Antes do confronto, mais um momento em que aparece a fragilidade de avaliação do oficial, um líder político local, de nome Domingos Soares tentou mediar o conflito. O homem foi emissário de uma carta escrita por João Gualberto, na qual o oficial intimava para que o monge comparecesse no acampamento militar, a fim de explicar o ajuntamento de pessoas armadas em torno dele. A carta é assim reproduzida na íntegra, em Auras (1984, p. 67):

Acampamento do Regimento de Segurança nos Campos do Irani em vinte de 1912. Senhor José Maria. Deveis comparecer a esse acampamento com a maior urgência a fim de explicardes o motivo da reunião de gente armada em torno de vossa pessoa, alarmando os habitantes dessa zona e infligindo as leis do Estado e da República. Caso não atenderdes a essa intimação que me ditou o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que dar-vos-ei já franco combate a todos que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio a fim de voltar a essa zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham que os considerarei criminosos se não concordarem com o vosso comparecimento ao meu

acampamento, evitando por essa forma terrível desgraça. Comunico-vos ainda que além de forças minhas que vos sitiam por várias estradas, outras expedições vos perseguem também, tornando-se por essa forma impossível vossa fuga ou resistência no Território Nacional. No caso de resistência deveis fazer retirar com urgências mulheres e crianças que ali estiverem. Coronel João Gualberto, comandante do Regimento de Segurança do Paraná.

A carta chega ao monge José Maria, mas ele demonstra saber do contexto perigoso em que seu ministério foi direcionado e que seria retirado do convívio social pelas autoridades quando fosse capturado, tinha conhecimento do poder dos coronéis e políticos e poderia estar temendo pela sua vida. Assim, da mesma forma como ocorreu diante das intimações do coronel Albuquerque em Santa Catarina, recusou comparecer perante o oficial do Paraná, temendo pela sua integridade física e do destino que seria reservado aos seus companheiros. Auras (1984, p. 68) afirma: “José Maria, porque temia maus-tratos e porque nada tinha com o Paraná recusa a intimação do comandante. E solicita a Soares apenas garantias para voltar a Santa Catarina essa área contestada estava sob administração do Paraná”.

Pela ampla mobilização de efetivo, não seria plausível pensar que o Regimento de Segurança retornasse a Curitiba sem os presos, especialmente o monge José Maria. João Gualberto trouxe cordas para levar os sertanejos presos e desfilar com eles em Curitiba em uma demonstração de força militar e controle do território pelo Paraná. Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 185) analisou e escreveu sobre essa possibilidade de que João Gualberto não tinha toda a discricionariedade jurídica ou política de decisão na questão envolvendo o monge José Maria e seus seguidores.

Muito se atribuiu ao ímpeto pessoal do coronel João Gualberto o ataque aos sertanejos, que demonstravam, mais uma vez, o desejo de não lutar. No entanto é importante registrar que esse oficial partiu de Curitiba com ordens muito precisas, não apenas de dissolver o ajuntamento, mas de trazer alguns sertanejos para fazê-los desfilar amarrados nas ruas da capital, numa demonstração de força do estado do Paraná.

O que vai se configurando é a disposição e também o que parece uma imposição política para que João Gualberto ataque o ajuntamento de José Maria e o leve preso a Curitiba. Ao mesmo tempo, o monge está decidido a não se entregar para o regimento de segurança porque nada teria feito ao Paraná e seu governo. Vinhas Queiroz (1966, p. 102) escreve que: “José Maria insistiu logo no início, que a presença do coronel João Gualberto não iria por temer maus-tratos”. Estavam prontas as condições para o iminente confronto entre os sertanejos de José Maria e os soldados de João Gualberto. No dia 21 de outubro de 1912 já não havia mais espaço para negociação, a batalha iria acontecer e começar a matança no Contestado.

Na manhã de 22 de outubro de 1912, João Gualberto ordenou a marcha do efetivo do regimento de segurança rumo a Irani. Os números não são exatos em todos os registros, porém, são unânimes em destacar que o regimento de segurança do Paraná estava em inferioridade numérica, sendo os sertanejos muito mais numerosos que as seis dezenas de homens escolhidos por João Gualberto para o ataque. Delmir Valentini (2000, p. 82) afirma que “na madrugada do dia 22 de outubro de 1912, à frente de 64 homens, João Gualberto atacou o reduto, onde haviam mais de 200 sertanejos”.

Ao amanhecer, o regimento de segurança chegou na localidade de Banhado Grande e nesse lugar aconteceu o combate entre o regimento de segurança, com armas de fogo, e os sertanejos que estavam lutando principalmente com armas brancas. Os sertanejos tiveram a seu favor a superioridade numérica e o conhecimento do terreno. A luta se transformava em combates corpo a corpo e os sertanejos se impuseram, sendo que, ao final, os sobreviventes do regimento de segurança se evadiram do lugar do confronto (provavelmente os que ainda estavam montados), sem prender ninguém e deixando no campo de batalha, suas baixas (mortos e feridos graves), assim como muitos materiais bélicos: armas e munições. Dezenas de baixas fatais e feridos ocorreram para ambos os lados, incluindo os dois líderes em oposição, o coronel João Gualberto e o monge José Maria que morrem no combate. O confronto termina com a fuga dos integrantes do regimento de segurança que sobreviveram no combate e não puderam retirar do campo de batalha as suas baixas.

A batalha de Irani possui muitas particularidades, sendo que algumas perfazem o imaginário popular, pois não há forma de comprovar. Porém, esse dito é frequente em Irani: Em Banhado Grande ocorreu em 1912 a única batalha em que os dois comandantes morrem no campo de batalha. Vinhas de Queiroz (1966, p. 102) escreve sobre a baixa do monge José Maria e do coronel João Gualberto:

O auge do combate se produziu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo à força do Paraná, João Gualberto – que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo – foi cercado por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos.

Sempre existiu diferenças no tratamento dado pelas autoridades aos oficiais em relação às praças e à Batalha do Irani é uma amostra dessa distorção. Somente o coronel João Gualberto teve o corpo resgatado e recebeu homenagens militares nos quartéis e também pela população civil nas ruas de Curitiba, sendo que para a guarda definitiva de seus restos mortais, o estado

do Paraná construiu um mausoléu¹⁹. Ao contrário do oficial, enquanto isso, nenhuma das praças teve seus restos mortais resgatados do campo de batalha.

O oficial foi muito homenageado, sendo lembrado de diversas formas no estado do Paraná, talvez em uma tentativa de construir uma narrativa favorável ao seu desempenho, na operação em Irani. João Gualberto é o nome de muitas ruas das principais cidades do estado, inclusive em uma das principais avenidas centrais de Curitiba. A polícia militar do Paraná nomeou um batalhão com o nome do militar. Em cerimônias militares são entregues pela corporação a medalha de honra ao mérito, coronel João Gualberto. Junto ao corpo do coronel, foi resgatada a metralhadora, que teria falhado na Batalha do Irani. Atualmente A Metralhadora Maxim está exposta em um quartel da polícia militar paranaense, localizada na região metropolitana de Curitiba. Bussmann (2013, p. 364) escreve sobre o resgate do oficial, da arma e abandono das praças no campo de batalha:

Muitos historiadores e pesquisadores costumam ressaltar o descaso atribuído aos governantes do Paraná, em relação aos milicianos sacrificados na inglória missão, cujo ápice ocorreu em 22 de outubro de 1912, quando, na sequência do combate, foi resgatado o cadáver do pranteado comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, e recuperada a fatídica metralhadora Maxim, hoje exposta no Museu da Polícia Militar, situado na Academia Militar Policial Militar de Guatupé, em São José dos Pinhais.

Figura 5 – Mausoléu de João Gualberto no cemitério São Francisco de Paula em Curitiba



Fonte: <https://curtaturitiba.com.br/2018/06/25/historias-que-atraem-turistas-aos-cemiterios-de-curitiba/>

¹⁹ O Jazigo-monumento de João Gualberto foi construído no cemitério municipal São Francisco de Paula, em Curitiba, é um dos mais imponentes jazigos do cemitério e recebe visitas frequentes pela sua impressionante arquitetura. Fonte: <https://curtaturitiba.com.br/2018/06/25/historias-que-atraem-turistas-aos-cemiterios-de-curitiba/>. Acesso em 19/06/2021.

O monge José Maria teria sido enterrado em uma sepultura rasa nas proximidades de onde ocorreu o combate, na linha Banhado Grande. O suposto lugar onde o monge foi enterrado foi demarcado por pedras que formam um círculo e ao centro uma cruz, sendo que o local nos dias atuais faz parte das atrações do Sítio Histórico de Irani, denominado Sepultura do Monge. Os soldados e sertanejos mortos no combate foram enterrados juntos em uma vala comum na mesma localidade onde ocorreu o combate. O suposto local de enterro desses combatentes tombados na Batalha do Irani é, nos dias atuais, conhecido como Vala dos 21²⁰, também fazendo parte das atrações do Sítio Histórico de Irani. Uma placa foi colocada pela prefeitura de Irani, com apoio de instituições afins. Em uma delas, as polícias militares do Paraná e Santa Catarina destacam os nomes dos mortos na Batalha do Irani de outubro de 1912. São os nomes de doze civis sertanejos e nove militares paranaenses mortos no local. A polícia militar do Paraná admite oficialmente a morte de mais três combatentes²¹ em razão de ferimentos da batalha, totalizando doze combatentes mortos.

Caboclos/Sertanejos: “Miguel Vidal, Manuel Francisco, Domiciano Melo, Valeriado Gomes, João da Cruz, Francisco Gomes, José Quirino, França de Campos, Marcelino Domingues, Emídio Pedro, Salvador Vidal e Guilherme Santos”. Os doze, somados ao líder José Maria resultam em 13 baixas entre os civis.

Militares/Praças: “2º Sgt. Joaquim Virgílio da Rosa, 2º Sgt. Luiz Pinto de Macedo, Cabo Benedito Pereira da Silva, Anspeçada João Benedito Pereira da Silva, Soldado Romão dos Santos, Soldado Amâncio de Oliveira, Soldado João Abló e Soldado João Marques”. A página oficial da polícia militar do Paraná²² informa os mesmos nomes e graduações e na página consta a informação que mais três militares baixaram (morreram) posteriormente, em consequência dos ferimentos sofridos na batalha. Considerando esse número e incluindo o coronel João Gualberto, o número total de baixas seriam: 13 baixas nas fileiras militares.

Os números das baixas registradas pela historiografia, ou apresentadas por órgãos oficiais, são outro fato controverso da Batalha do Irani e faz pensar que podem ter sido subestimados de forma proposital, especialmente pela força pública paranaense para formar um discurso menos desfavorável, diante da derrota sofrida pela força oficial na refrega com os civis liderados pelo monge José Maria. A conta de combatentes mortos do lado sertanejo, somando o total dos sertanejos, incluindo o monge José Maria foram treze mortos. O regimento de

²⁰A Vala dos 21 é uma das atrações do Sítio Histórico de Irani. No local estão identificados os nomes de 12 caboclos e 9 soldados mortos na batalha de 22 de outubro de 1912.

²¹Fonte: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>. Consulta em 19/06/2021.

²² Fonte: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>. Consulta em 06/09/2021.

segurança do Paraná teria tido dez mortos no local, incluindo o coronel João Gualberto e mais três mortos posteriormente em decorrência de ferimentos de combate. Então, essa batalha, além de ter fator único de que os dois líderes em oposição baixaram no combate, também teria resultado em igual número total de mortos, para ambos os lados, em um total de treze mortos.

Saber o número exato, ou ter uma certeza absoluta de quantos homens foram baixados na Batalha do Irani em nada mudaria a grandiosidade do evento no contexto em que se desenvolveu a Guerra do Contestado e o número oficial de 21 mortos na batalha consta no inquérito policial que investigou o acontecimento de 22 de outubro 1912, através do Processo Irani em 1913, aberto na comarca de Palmas – PR. Kunrath (2020, p. 126) pesquisou o processo e escreve sobre o enterro dos 21 combatentes:

Foi justamente a tumultuada dispersão das tropas do Regimento de Segurança e a retirada dos seguidores de José Maria que fez com que os mortos ficassem espalhados pelo chão até que alguém fosse enterrá-los. Tal tarefa recaiu nos ombros de Heleodoro Pereira da Silva, subcomissário de Polícia do Rio do Peixe. Um dia após o combate, reuniu alguns homens e dirigiu-se ao Banhado Grande para realizar os enterramentos. Heleodoro declarou, no inquérito do Processo Crime do Irani, que ao chegar no local do confronto, por volta do dia vinte e cinco, encontrou “[...] vinte e um cadáveres, dispostos pela grama”.

Observa-se um espaço de tempo de três dias do combate até o momento em que o agente público chega em Irani e registra 21 mortos entre os militares e civis, nisso advém a possibilidade de dúvida, mesmo considerando o número oficial que está registrado no processo Irani, é passível de questionamento a suposição de que por três dias nenhum corpo tenha sido removido do lugar de combate, ou que tenha tombado nas matas próximas ao local de combate. Apontando que não existe uma certeza quanto aos mortos em Irani, Auras (1984, p. 69) afirma:

Entre mortos e feridos, um terço das forças policiais foi destroçado. Muitos sertanejos também morreram (para alguns 6, para outros muito mais). Estava, desta forma, concluída essa batalha, nos Campos de Irani, na manhã de 22 de outubro de 1912. José Maria, o monge que assumiu, a contragosto, o comando dos sertanejos em direção a esta luta armada, estava morto. Estava morto também João Gualberto, comandante da força policial.

Outra fonte encontrada, acrescenta dados que aumentam as possibilidades de questionamento do número de mortos na Batalha do Irani. Os dados vêm de um texto atribuído ao presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, que na mensagem anual direcionada ao Congresso Legislativo do estado em 1913, informa um número diferente e mais

elevado de militares “tombados²³” no combate em Irani e assim como um grande número de civis de Irani, que teriam sido igualmente baixados no combate.

Tendo a nossa tropa atingido os campos de Palmas, no dia 18 de outubro, completaram-me ²⁴de justa satisfação, infundindo-me a natural esperança de ver em breves dias restabelecidas a paz e a ordem, naquela parte do Estado. Infelizmente, porém a normalidade da situação ali não havia de voltar, senão após a morte do comandante da nossa valente milícia que sacrificou-se juntamente com uma pequena fração de seus bravos soldados em defesa da lei, nesse sangrento recontro que ficou conhecido por combate do Irani, no qual tombaram dos 50 homens que compunham aquela fração, 02 oficiais²⁵ e 24 praças²⁶, assim como 94 homens do bando, inclusive o próprio chefe. (PARANÁ, 1913, p. 09).

O texto do mandatário paranaense não apresenta fontes dessa informação, a citação aos que tombaram na Batalha do Irani em 22 de outubro de 1912 surgem no contexto de diversas outras informações enviadas para assembleia do estado do Paraná, na mensagem enviada no início de 1913. No mesmo documento²⁷, o mandatário paranaense afirma que foram organizados socorros para as viúvas e órfãos dos mortos em Irani. O texto cita também o resgate do corpo do oficial João Gualberto e suas homenagens na capital paranaense. O número de “tombados” apontado pelo presidente do Paraná, mesmo analisando que naquele momento ele tenha usado a palavra para se referir a mortos e feridos em combate é contraditório ao número apontado pela própria polícia militar do Paraná, que admite um número bem menor.

O fato de que apenas os restos mortais do oficial João Gualberto foram resgatados demonstra a diferença de tratamento destinada às praças. Mesmo no começo século XX os registros da historiografia apontam que as praças (soldados, cabos, sargentos, suboficiais) continuavam sofrendo castigos físicos, conforme afirmou Paulo Eduardo Parucker (2006, p. 46), ao escrever sobre a Revolta da Chibata em 1910:

Amotinados contra os pesados castigos corporais a que eram submetidos, ‘a bem da disciplina’ e contra as péssimas condições de vida a bordo, os marinheiros ameaçavam bombardear a capital. Anistiados, em seguida foram presos e muitos morreram nas prisões.

O evento ocorrido em Irani, em 22 de outubro de 1912 parece ser o resultado de decisões políticas e flagrantes erros de avaliação do oficial militar João Gualberto, que visivelmente

²³ Costumemente no jargão militar a palavra “tombado” se refere a militar morto em serviço, já a palavra “baixado” tem um sentido mais amplo, podendo ser militar sem condição física/psicológica para o serviço fim, de forma temporária por estar doente ou ferido, ou, definitivamente por estar morto.

²⁴ Atualizamos a grafia e mantemos as palavras conforme o texto original.

²⁵ Os Oficiais militares são os postos administrativos e de comando das organizações militares.

²⁶ As Praças militares são as graduações destinadas ao serviço fim, o serviço de rua.

²⁷ Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Mensagens-de-Governo>.

Consulta em 02/03/2022.

subestimou a capacidade de organização e defesa de um grupo de civis refugiado nos sertões do território, João Gualberto, ao avançar contra os sertanejos com apenas parte do efetivo que foi colocado em seu comando, demonstra essa prepotência e subestima a capacidade de reação dos sertanejos. Apesar do fracasso da operação militar em Irani, a polícia militar do Paraná tenta criar um aspecto de heroísmo para as ações de João Gualberto, conforme afirma Mota (2021, p. 127):

Além de participar como agente do processo de heroicização dessa morte em combate demarcando seu espaço de atuação, desde o início do culto cívico à memória de João Gualberto, o Regimento de Segurança demonstrou extrema preocupação em zelar por sua própria reputação institucional no trágico episódio bélico do Banhado Grande.

Oficiais militares são treinados e acostumados com o comando e, usando os regulamentos disciplinares, recebem a obediência de suas tropas. Muitas vezes essa mesma deferência e obediência são esperadas por eles (os oficiais) na interlocução com civis, pela imposição de símbolos que trazem consigo enquanto representantes do poder armado estatal e por consequência pelo poder das armas. Seguindo nessa análise e mesmo considerando que a Batalha do Irani tenha ocorrido em um período tão remoto, é possível pensar a atuação de Gualberto através de conceitos ainda hoje estudados para entender e interpretar a atuação policial diante do público externo, leia-se população civil de um determinado espaço ou Estado.

Os agentes são preparados para diversas situações, entre elas, o “uso progressivo da força”²⁸ o que é uma forma de expressão que poderia ser entendida como o “uso legítimo da força” advindo do monopólio da violência do Estado, situações observadas e conceitos descritos nas décadas iniciais do século XX, por Max Weber (WEBER, 2004) e reproduzidos em muitas obras posteriores nas áreas nas ciências humanas e jurídicas:

O Estado concentrou todo o poder em suas “mãos”, amparado pelo direito racional e por leis estatutárias. Com isso, centralizou o monopólio legítimo da violência, pois a coação é um meio normal ou o único para se manter forte diante de todos, uma vez que o que está em jogo é o poder. Em face disso, o Estado moderno reclama para si esse monopólio legítimo da coação física, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita.

A urgência da repressão ao monge José Maria e seus seguidores nos dois estados que disputavam a região do Contestado, culminando com a Batalha do Irani na região administrada pelo Paraná, foi uma tentativa de demonstração de força, organização e controle sobre o

²⁸ Ensino teórico e prático das academias policiais, que prevê o uso de tecnologia “menos letal” na contenção de distúrbios públicos ou individuais, podendo ser escalonado para a tecnologia letal em determinadas situações de risco.

território que o Paraná teria sob a região em disputa. A repressão também é uma amostra da forma de tratamento a que a população sertaneja já vinha sendo tratada, retirada e expulsa sem direito algum de suas terras. A população vinha a tempos submetida a ameaças, mortes e incapacidade de reação diante do avanço capitalista, fazendo com que o surgimento de um líder popular como José Maria, com capacidade de organizar a população sertaneja fosse considerado uma ameaça aos planos das elites e a força pública foi posta para o fim de repressão, seguindo uma tradição apontada por Paulo Eduardo Castelo Parucker²⁹ (2009, p. 21), que assim escreveu:

Historicamente, a instituição militar tem atuado, sobretudo nos países do capitalismo periférico, como o suporte último da dominação de classe no interior das formações sociais específicas, sempre que a ordem social se encontra supostamente ameaçada. Sem embargo, é forçoso reconhecer também um outro aspecto de seu comportamento político.

Após a Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912, os sertanejos se dispersam e os problemas sociais da população cabocla do Contestado continuam inalterados: o capitalismo e a imigração continuam avançando e expulsando os sertanejos de suas terras. Os sertanejos já não têm mais a presença física do monge José Maria, mas a morte do personagem não significa seu fim, pelo contrário, agora os sertanejos têm uma força mística para se fortificar. José Maria deixa o plano físico e ingressa no imaginário. O monge faz parte da crença de um povo que vai se apoiar em suas profecias que falam de seu retorno para liderar novamente o povo, rumo à vitória, estando à frente de um grande exército celestial. Auras (1984, p. 69) afirma:

José Maria, aliás, não morrerá. Um de seus fiéis, que participou da luta, disse que viu quando ele estava “fugindo pelas nuvens num cavalo”. Ele não havia morrido, apenas “desaparecera”. Para não atrapalhar o seu reaparecimento, a cova que o corpo do monge foi “deitado” não foi coberta por uma camada de terras, como costumeiramente se faz, mas sim por taboas.

A vitória dos sertanejos diante do regimento de segurança em Irani vai ter consequências nos anos subsequentes. Foram atribuídas palavras a José Maria e essas palavras transformam-se em profecias do homem conhecido por ser o terceiro monge, monge de breve passagem pela região do Contestado, mas de igual fama aos seus antecessores. As palavras de José Maria, propagadas aos sertanejos por intercessores que teriam visões do monge, vão inspirar na reorganização dos sertanejos nos ajuntamentos, também chamados de redutos ou Cidades Santas.

A própria vitória cabocla frente aos militares do Paraná foi, talvez, um símbolo. Podemos pensar e questionar que, se a força paranaense lograsse êxito na missão e acabasse

²⁹ Paulo Eduardo Castelo Parucker. Praças em Pé de Guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos em Brasília.

com o ajuntamento de sertanejos em Irani, levando José Maria preso e exposto publicamente em Curitiba, o movimento sertanejo, que vai se reorganizar com muito mais força, não teria um fator positivo para se apoiar. A vitória em Irani, poderia ser repetida e exemplificada como possibilidade real de vitória nos novos combates que seriam travados pelos sertanejos contra as forças oficiais.

Pela importância relegada ao personagem no contexto político/social e religioso em que se desenvolveu a Guerra do Contestado, é pouco comum localizar um trabalho de referência que não cite José Maria. Ficando apenas nos livros, são muitos e de relevância para a temática do Contestado: Peixoto (1920), Vinhas de Queiroz (1966), Valentini (2000), Machado (2004), Martins (2012). O monge é citado em numerosos trabalhos acadêmicos e também inspirou romances como o encontrado na obra de Godofredo (1916). As diversas formas de abordagem ajudam na interpretação de sua personalidade e forma de atuação junto ao povo sertanejo. Em 1913, a guerra iniciada em Irani recomeça no território administrado por Santa Catarina e as forças oficiais apoiadas por grupos civis combatem os sertanejos em diversos ajuntamentos e a Guerra do Contestado, na qual os sertanejos foram vencidos, vai ser oficialmente encerrada em 1916.

Como uma das consequências do acordo de limites, a região de Irani deixa de pertencer ao Paraná e passa a integrar de forma definitiva ao estado de Santa Catarina. O acordo foi patrocinado pelo presidente da república Wenceslau Brás, assinado por Felipe Schmith, governador do estado de Santa Catarina e por Affonso Camargo, presidente (governador) do estado do Paraná. O documento foi assinado no Palácio do Catete, na então capital federal Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916. Cavalcanti (1983, p. 61) reproduz o texto falando das novas fronteiras dos estados:

Os limites entre os dois estados passam a ser de agora em diante os vão em seguida: a) no litoral, entre o oceano e o Rio Negro, a linha divisória que tem sido reconhecida pelos dois estados desde 1771; b) no interior, o Rio Negro desde suas cabeceiras até a foz no Iguazú e por este até a ponte da estrada a de ferro S. Paulo Rio Grande, pelos eixos dessa ponte e da estrada de ferro até sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até seu encontro com o Rio Jangada; e por esse até suas cabeceiras, e daí, em linha reta em direção ao meridiano até sua intercepção entre as águas do Rio Iguazú e Uruguai, e por essa linha divisória das ditas águas na direção geral de oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras do Rio Santo Antonio e Pepiriguassu na fronteira argentina.

3 IRANI – SC, A CIDADE BERÇO DO CONTESTADO

Nesse capítulo escrevemos sobre a cidade de Irani. Mostraremos como a propaganda oficial da cidade catarinense utiliza a expressão Cidade Berço do Contestado, que é citada muitas vezes no município, sendo encontrada nas propagandas oficiais, no hino do município e no Monumento Mãos de Cimento, no Sítio Histórico. Constatamos que, apesar de estar vinculada aos patrimônios culturais e aos órgãos públicos, não existem leis municipais específicas se referindo ou afirmando através de lei que Irani é a cidade Berço da Guerra do Contestado.

A pesquisa que apresentamos possui uma lacuna temporal localizada entre a data da Batalha do Irani em 1912 e o começo da atuação de Vicente Telles no ano de 1978. Esse espaço de tempo existe porque não localizamos materiais sobre a memória de guerra e patrimônio cultural em Irani produzidos no período que somassem de forma significativa no trabalho. Esse período de mais de seis décadas, quando parece haver um esquecimento dos assuntos do Contestado na cidade, ou, espaço de tempo em que não foram feitos registros dos acontecimentos referentes à memória de batalha na cidade, faz com que a atuação central desempenhada por Vicente Telles fique bem demarcada e seja o princípio de um movimento que reuniu pessoas de diferentes condições sociais e entidades de diversos segmentos.

O movimento que busca criar a associação do lugar Irani com o patrimônio cultural e a memória de guerra, atua também forjando a identidade dos habitantes com o lugar onde vivem, lugar que foi palco de batalha. Apresentamos dados que julgamos pertinentes para a pesquisa, com destaque para a atuação das administrações municipais a partir do final da década de 1970, diante da memória da batalha de 22 de outubro de 1912. Não localizamos fontes ou referências que apontem ações culturais oficiais que liguem Irani ao Contestado em anos anteriores a 1978, quando a memória do lugar começa a ser problematizada. Esse tempo de esquecimento e retorno da memória é explicada por Nora (1985, p. 9.):

Memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e de repentinas revitalizações.

A partir do final da década de 1970 e início da década 1980 o movimento de rememoração do Contestado em Irani, liderado por Vicente Telles, essas ações vão formando as bases para criação da memória coletiva na cidade. O discurso predominante traz a memória na qual o lugar e seus antigos habitantes souberam resistir a uma força de ocupação e

influenciaram nos rumos de uma guerra e na configuração territorial de Santa Catarina. A ideia de que um lugar possui uma memória coletiva, um fator de unidade ligando o presente ao passado comum, quer pelas origens ou por uma sucessão de eventos, precisa ser problematizada para que o historiador, ou outro pesquisador de um determinado estudo, não crie uma narrativa simplista de situações sociológicas complexas. Candau (2016, p. 35) explica que:

Deve-se fazer a distinção em dizer que há uma memória coletiva e realmente acreditar que ela exista, ou seja, ela existe no discursivo, mas não no concreto. A realidade dessa memória, por outro lado, parece ser deduzida de atos de memória coletiva, existência facilmente verificável com ajuda de dados empíricos: comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, passeios dominicais em um cemitério. Ora, a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva.

Encontramos na obra de Maurice Halbwachs (2003, p. 39) uma análise pertinente, que sintetiza o sentimento pessoal com as influências externas, resultando em um interesse que pensamos ser só nosso, mas que pode ser problematizado em nosso consciente enquanto uma construção que é influenciada por fatores externos, do meio em que nos inserimos e, porque não dizer, do momento em que nossa trajetória de vida se encontra.

Acontece com muita frequência que atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam que vibramos em uníssono e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros.

Constatamos que existiram diversificadas iniciativas, passando a ideia de que Irani é um lugar de memória e, com um olhar atento na cidade, percebemos que essa tentativa de criar uma memória coletiva relacionada à Guerra do Contestado vai muito além da presença dos patrimônios culturais que compõem o Sítio Histórico no local de combate e das políticas públicas de promoção dessa condição diferenciada do lugar. São visíveis as manifestações ligadas ao seu passado de lugar onde ocorreu a primeira batalha da Guerra do Contestado (1912-1916).

As exposições retratam personagens da Guerra do Contestado (1912-1916). Existem locais públicos de exposição de fotos temáticas do Contestado. Em ruas e praças estão expostas várias esculturas feitas com material reciclado, simbolizando personagens do Contestado. Em algumas empresas privadas observamos o uso das imagens temáticas e o mesmo é encontrado em muros de uma escola. O morador ou visitante pode ver diferentes formas de se inteirar da história do lugar e assimilar o território de Irani enquanto lugar de memória. As políticas culturais de Irani procuram fazer um vínculo entre o Contestado e o território em que o

município se edificou. Paul Little (1962, p. 3) afirma que “o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”.

A rodovia federal BR 153 passa por Irani, sendo uma das principais vias de ligação do Oeste Catarinense com o estado do Rio grande do Sul e com o Paraná. A principal via urbana da cidade é a Avenida Governador Ivo Silveira³⁰, em volta dessa avenida está localizado o centro da cidade, sendo esse o logradouro mais movimentado e dificilmente um visitante não vai visualizar um grande edifício escolar localizado na avenida. A escola municipal Sebastião Rodrigues de Souza, possui grandes muros de pedras e neles foram pintados vários símbolos e personagens do Contestado. As pinturas no muro foram uma iniciativa conjunta de professores das disciplinas de artes e de história no ano de 2018³¹, o que mostra que ainda no período recente o tema do Contestado continua sendo abordado na área educacional no município.

Na mesma Avenida Governador Ivo Silveira está localizada a rodovia municipal e nesse local existe uma sala para exposição permanente de fotos da Guerra do Contestado (1912-1916). Uma placa instalada na rodoviária informa que as fotos são de autoria do fotógrafo Claro Gustavo Jansson e a data da inauguração da sala de exposição foi no ano de 2019. A utilização desse espaço para a propaganda de Irani é visível pela presença de pinturas do monumento Mãos de Cimento, com o dizer: Irani, Berço do Contestado.

Em diversas áreas o urbanismo de Irani é complementado pela presença das esculturas dos personagens do Contestado, feitas em metal reciclado pelo senhor Gilmar Ribas. Existe uma escultura representando Maria Rosa no lago municipal, conhecida como a “prainha de Irani”. Encontramos outras representações na mesma dimensão e proporção de tamanho e material, no acesso de entrada da cidade vindo da BR 153, onde foi instalada a representação do ervateiro. Na Avenida Governador Ivo Silveira localizamos uma réplica da metralhadora Maxim. Na Rua Edirio de Gregori (centro de Irani) existe uma representação de um caboclo e de um militar. As representações são um conjunto de ações que podem despertar curiosidade dos visitantes ou dos moradores da cidade. Na sequência do texto incluímos fotografias do muro da escola municipal Sebastião Rodrigues de Souza, retratando o monumento Mãos de Cimento e a escultura que representa a personagem feminina de maior destaque na Guerra do Contestado: Maria Rosa.

³⁰ Ivo Silveira foi governador de Santa Catarina entre os anos de 1966 a 1971.

³¹ A pintura dos muros com a temática do Contestado foi orientada pela professora de artes Lidiane Lorenci e pelo professor de história Julcemar Souza da Luz. A escola São Sebastião possuía um espaço de memória com o acervo composto por textos e objetos antigos, atualmente o espaço está desativado devido à falta de espaço.

Figura 6 – Pintura representando o monumento Mãos de Cimento, pintada no muro de escola em Irani



Fonte: foto feita pelo autor, em 10 de maio de 2022.

A pintura que encontramos no muro da escola municipal Sebastião Rodrigues de Souza e as esculturas são uma amostra do que parece ser o interesse municipal pela perpetuação de seu passado, que de campo de batalha se transforma em lugar de memória. As representações atuais foram moldadas com o tempo e a ideia de fomentar o envolvimento das novas gerações e toda a sociedade na história do Contestado surgiram em debates envolvendo a Fundação Contestado e as administrações municipais. Um exemplo desse planejamento encontramos nos registros da Ata de reunião da Fundação, do dia 28 de julho de 2000:

A instituidora Roseli L. dos Santos, que também se encontrava presente, falou sobre as crianças, as quais devem ser trabalhadas, valorizadas, para que cresçam herdeiras do Contestado, valorizando e ajudando a preservar e resgatar a nossa história. O senhor Vicente Telles colocou que devemos realizar os projetos para a Fundação preservando as formas rústicas e valorizando e mobilizando a sociedade.

Figura 7 – Prainha de Irani, onde o destaque é a escultura representando Maria Rosa



Fonte: foto feita pelo autor, em 10 de maio de 2022.

As políticas culturais e propagandas oficiais do município tentam utilizar o passado de lugar de batalha para que agora seja um local de memória e visitação, atraindo turistas para o lugar. O município institui políticas que manifestam essa particularidade, quer seja pelos patrimônios culturais construídos e mantidos na cidade ou pela divulgação que é feita dessas atrações. Junto do Monumento Mãos de Cimento foi incluída uma placa com uma frase dizendo que Irani é o Berço do Contestado, isso é o aproveitamento de um lugar de visitação do patrimônio cultural, ligado a um passado do lugar, para passar uma mensagem idealizada e atualizada através da escrita. Joel Candau (2016, p. 06) escreveu sobre a construção da memória coletiva:

O consenso existe em igualmente reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento que conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale menos pelo que é, pelo que fizemos dele.

Portanto, na presente pesquisa sobre o Irani atual, que se apresenta como um lugar de memória, analisamos a política de desenvolvimentos dos patrimoniais culturais pelas fontes escritas e referências que acrescentem elementos para a discussão da construção da memória de guerra na cidade. Procuramos, para não criar ilusões e debates distantes da realidade

encontrada, entrar em contato com o lugar, com as pessoas e com os documentos localizados. Essa acuidade na construção do texto pelo pesquisador é exemplificada por Jacques Le Goff, (1990, p. 94), que escreveu dessa forma:

[O historiador] não tem outra ambição do que analisar bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não pode procurá-lo na imaginação ou na lógica; procura-os e atinge-os através da observação minuciosa dos textos, como o químico encontra os seus, em suas experiências minuciosamente conduzidas. Sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar ao que neles não está contido.

A principal data no calendário municipal de Irani é o dia 22 de outubro, feriado alusivo à Batalha do Irani. As programações realizadas anualmente durante a semana do feriado são promotoras do envolvimento da sociedade e isso, naturalmente pode gerar o sentimento de pertencimento ao lugar. O feriado foi instituído por lei municipal em 1993, no entanto, a utilização e aproveitamento do simbolismo da data do dia 22 de outubro já era discutida nos anos anteriores nas reuniões da Fundação Contestado no início dos anos 2000. O evento que era chamado de Festa do Contestado gerava expectativas de sucesso, conforme as palavras de Vicente Telles em reunião de 05 de abril de 2001.

Prosseguindo, o senhor Vicente Telles referiu-se aos trabalhos das Câmaras da Fundação, os quais deveram ser retomadas. A Festa do Contestado programada pra outubro deverá ser um grande evento. Também foi falado sobre o filme e ópera que será lançado sobre o Contestado, realizou-se uma leitura sobre discriminação do caboclo. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2001).

Não é nosso objetivo apresentar um amplo estudo sobre a cidade de Irani, apenas escolhemos e incluímos dados para chegar ao objetivo do trabalho que é a pesquisa de eventos que contribuíram para a formação da história patrimonial do lugar ligada à Batalha do Irani. Para uma pesquisa mais ampla sobre conceitos de cidade e urbanismo, teríamos que abordar fatores sociais mais complexos, analisar as questões de desigualdades presentes na formação e urbanização da maioria das cidades brasileiras, respondendo questões amplas, o que nesse momento não é o objeto que almejamos. Essa complexidade de contextos sociais e estruturais sobre a formação dos centros urbanos foi colocada em discussão por Milton Santos (1993, p. 10):

Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as consequências da marginalização e da segregação? Quais os problemas de habitação e da mobilidade, da educação e da saúde, do lazer e da seguridade social? Como definir os lugares sociais da cidade, o centro e a periferia.

O território do atual município de Irani é dividido em partes urbanas e rurais que formam atualmente vinte e quatro comunidades, incluindo o centro, os bairros e a área rural. O acesso

ao município é facilitado pela proximidade com a rodovia federal BR 282 e também porque a rodovia federal BR 153 atravessa a cidade no sentido norte/sul e para completar as ligações pavimentadas, a rodovia estadual SC 473 faz a ligação de Irani com cidades vizinhas.

Figura 8 – Imagem de Irani, a localização do Sítio Histórico e rodovias que cruzam a cidade



Fonte: Adaptado do Google Earth. (GAZZONI, 2019).

Localizamos uma referência clara ao Contestado na estrutura urbana de Irani. No Bairro de nome Alto Irani está localizado o loteamento Jardim Maria Rosa, criado pela lei municipal 193 de 12 de janeiro de 1980³². No loteamento denominado com o nome da mais destacada personagem feminina da Guerra do Contestado, todas as ruas fazem referência aos nomes dos monges, dos redutos e das lideranças sertanejas/caboclas do conflito. A principal rua do bairro chama-se Monge João Maria, os demais logradouros são: Rua Monge José Maria, Rua Adeodato, Rua Caraguatá, Rua Menino Deus, Rua Santa Maria, Rua Taquaruçu, Rua Euzébio, Rua 22 de Outubro, Rua Menino Deus, entre outros nomes que fazem referência aos sertanejos/caboclos.

³² Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/irani/lei-ordinaria/1980/20/193/lei-ordinaria-n-193-1980-amplia-o-perimetro-urbano-e-aprova-o-loteamento-jardim-maria-rosa?q=maria%20rosa>. Consulta em 14/08/2021.

Encontramos apenas uma exceção em um logradouro que foi denominado Rua Matos Costa (capitão João Teixeira de Matos Costa), sendo esse um oficial do exército brasileiro morto em combate na Guerra do Contestado, mas que tem reconhecida atuação pacifista no conflito, conforme escreveu Vinhas de Queiroz (1966, p. 181): “levado pelo interesse humano, pelo sentimento patriótico, Matos Costa percebeu a injustiça que sofriam os caboclos e ficou indignado”.

A partir do final da década de 1970 diversas leis sobre temas do Contestado foram aprovadas em Irani, algumas com efeito prático no cotidiano dos habitantes do município, exemplo disso é a regulamentação de feriados municipais. Já outras leis possuem um significado simbólico, exaltando personagens da Batalha do Irani, exemplo disso é a lei que declara Miguel Lucena de Boaventura, o monge José Maria, “herói municipal de Irani”. Mostraremos em ordem cronológica, uma lista das principais leis que fazem referência ao Contestado em Irani, observando que não são todas, pois incluímos apenas algumas, a título de exemplo.

- Lei nº 192, ano de 1979, dispõe sobre a desapropriação de terreno para construção do museu do Contestado.
- Lei nº 193, ano de 1980, aprova o loteamento Jardim Maria Rosa.
- Lei nº 719 de 1993, dispõe sobre feriados municipais (entre outros), oficializando o feriado de 22 de outubro, data da Batalha do Irani, o Dia do Jagunço.
- Lei nº 1051, ano de 2001, autorizando a doação de imóvel à Fundação Memória Viva do Contestado.
- Lei nº 1097, ano de 2001, dispõe sobre a implantação do parque temático do Contestado.
- Lei nº 1111, ano de 2001, cria a medalha mérito de Contestado.
- Lei nº 1169, ano de 2002 reconhece a utilidade pública da Fundação Memória Viva do Contestado.
- Lei nº 1245, ano de 2003, aprova o hino municipal de Irani.
- Lei nº 1664 ano 2013, reconhece Miguel Lucena de Boaventura, o Monge José Maria, como herói municipal.
- Lei nº 1663 ano 2013, reconhece como patrimônio imaterial de Irani a dança de Chica Pelega.
- Lei nº 1947 ano de 2020, altera o nome do feriado de 22 de outubro, de “Dia do jagunço” para “Feriado alusivo ao combate do Irani”.

Além das leis que citamos existem muitas outras que fazem referência ao Contestado, incluindo as leis que definem a ocupação do solo e preservação dos patrimônios naturais. As leis que formam a legislação em vigor, nos mostram que o assunto Contestado foi (é) presente nas administrações, do executivo e no legislativo de Irani ao longo das últimas quatro décadas. As leis que foram surgindo podem ter uma motivação política pessoal dos parlamentares, ou são reflexos da vontade de estratos populacionais com influência sob o proponente da lei. O fato é que elas não surgem ao acaso e com menor ou maior impacto nos munícipes. Constantemente o tema Contestado é assunto na cidade, diminuindo a chance de esquecimento entre a população e o assunto não fica restrito aos pesquisadores.

As leis municipais foram se adequando com o momento e com a época. Em 2020 a lei ordinária nº 1947/2020 alterou o nome do feriado municipal de 22 de outubro chamado “Dia do Jagunço” para “Feriado alusivo ao combate do Irani”. O vereador Wilson Zamarki, autor da proposta, argumentou na sessão ordinária do dia 07 de outubro de 2019 que “o termo jagunço possuía um significado pejorativo que não era mais conveniente utilizar nos dias atuais”³³ e apresentou sugestões para a alteração que foi aceita pelos demais parlamentares da câmara municipal, que em Irani é composta por nove membros.

O termo “Jagunço” aplicado ao Contestado possui diferentes conotações, a primeira é a própria associação com os combatentes civis na guerra, afinal, Dia do Jagunço, feriado municipal desde o ano 1993 em Irani, era uma deferência aos combatentes caboclos da batalha de 22 de outubro de 1912. De maneira geral, o termo também foi uma das várias formas para denominar os sertanejos no desenvolvimento da Guerra do Contestado, conforme afirmou Peixoto (1920, p. 161), “Matos Costa recebeu a notícia do ataque em 05 de setembro. Até aqui, as suas fracas forças haviam logrado em defender as inúmeras vilas da região ameaçadas pelos jagunços”.

Outro significado para jagunço é o de pessoa que presta seus serviços (nem sempre lícitos), como contratada por um chefe, uma pessoa individualmente. Escrevendo sobre o destino dos trabalhadores após o fim dos trabalhos da construção da estrada de ferro, que cortou a região do Contestado, Márcia Espig (2008, p. 360) afirma que

Se esses homens tivessem vindo de lugares como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, permanecido no Contestado e se encaminhado para a vida criminoso, através da constituição de bandos próprios ou jagunços contratados, forçosamente sofreriam processos ou neles testemunhariam. Não é isso que pode ser percebido.

³³ IRANI, CAMERA DOS VEREADORES. ATA Nº 32/2019 – SESSÃO ORDINÁRIA. (2019, p. 02).

Provavelmente, o sentido pejorativo citado pelo vereador e que resultou na mudança no nome do feriado se deu considerando que o entendimento de jagunços seria um termo para designar homens contratados por dinheiro ou favores, uma espécie de capanga, não alguém que lutasse por uma causa social comum a um grupo.

Em Irani além das leis específicas sobre a cultura e memória da Guerra do Contestado, Anualmente, na semana do feriado de 22 de outubro alusiva à Batalha do Irani, a secretaria da cultura da cidade promove eventos temáticos, alguns utilizando o próprio espaço do Sítio Histórico, distribuindo gratuitamente folders que apresentam a cidade, contendo o claro destaque para o Sítio Histórico de Irani e a atuação em Irani de Vicente Telles.

As propagandas do município reproduzem a frase que é encontrada junto ao monumento do Contestado: Irani-Berço do Contestado. Ao usar a palavra berço, os idealizadores fizeram uma clara alusão ao fato de que a cidade foi construída no local onde aconteceu, em 1912, a primeira batalha da Guerra do Contestado, sendo, portanto, o princípio do movimento de revolta sertaneja. A mesma expressão é encontrada na entrada da prefeitura municipal, no saguão de entrada da rodoviária municipal e também é reproduzida de forma comercial, quer seja em roupas ou em adereços como chaveiros, cuia para mate, etc. A utilização de uma expressão semântica de significado, que pela escrita ligue a cidade ao episódio bélico do Contestado não é uma exclusividade de Irani, outras cidades também se apropriaram do evento e criaram leis que têm esse mesmo objetivo. Um exemplo é a cidade de Lebon Régis, na região de Caçador, que é reconhecida por lei estadual³⁴ como a Cidade Coração do Contestado.

Os folders que nas capas apresentam o monumento aos vencidos e a frase: Irani, Berço do Contestado, incluindo no interior um resumo da Guerra do Contestado, apresentam fotos dos patrimônios materiais do Sítio Histórico de Irani e um texto expondo a obra do folclorista Vicente Telles, juntamente à imagem do mesmo. Os encartes trazem impresso o monumento Mãos de Cimento e o nome do artista plástico José Alvim, também conhecido por José Mano Alvim, autor da escultura.

³⁴ Fonte; <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17466-2018-santa-catarina-reconhece-o-municipio-de-lebon-regis-como-a-cidade-coracao-do-contestado>. Consulta em 30/08/2021.

Figura 9 – Propaganda oficial de Irani



Fonte: Arquivo do autor. Folder com a propaganda oficial de Irani. Distribuídas pela secretaria de cultura em 2020.

A ideia de formular as cartilhas com as informações do Sítio Histórico e da cidade de Irani surgiu em reuniões da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da região do Irani. Conforme registros, em ata da Fundação de 22 de agosto de 2002, Vicente Telles sugeriu que deveria ser utilizado esse meio de propagandas e divulgação, Telles o fez dessa forma:

O senhor Vicente Telles aborda a questão da divulgação e mais trabalho, mais empolgação a respeito da história do Contestado. Sugeriu-se que seja organizado algum documento (folder, apostila), para que haja divulgação e uma maneira de conscientizar e animar o povo. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2002).

As propagandas têm o objetivo de divulgar Irani e as imagens podem ter o poder de despertar o interesse das pessoas que têm acesso ao material publicitário, muito mais do que um simples texto explicativo. Com as imagens instigando a imaginação e os textos relatando a história, a semântica apresentada ao leitor é de um lugar onde se cultiva e mantém uma memória de batalha, porque fragmentos da refrega ainda existem. Pierre Nora (1981, p. 7) escreveu sobre a curiosidade despertada pelos lugares de memória.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia e está ligada a esse momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais.

A palavra berço, em alusão ao lugar onde começa a Guerra do Contestado é encontrada também no hino oficial do município de Irani. Encontramos a palavra no sexto verso da primeira estrofe³⁵ (o hino possui três estrofes), onde os autores escreveram a frase “Berço de revoluções e as frias monções”. O município que foi emancipado de Joaçaba no ano 1963 não possuía um hino oficial até o ano de 2003, quando um edital público promoveu um concurso, que escolheu a letra e a música. A proposta vencedora virou proposta de lei e passou por aprovação da câmara municipal de vereadores e foi sancionada no mesmo ano de 2003³⁶. O hino é de autoria conjunta do folclorista Vicente Telles e seu filho, o músico profissional e multi-instrumentista Vicente Heleodoro de Paula Telles. A música de cinco minutos de duração, com duas repetições das três estrofes, foi produzida por uma única voz masculina, acompanhada pelo som de um instrumento semelhante ao piano. A interpretação oficial do hino do município de Irani foi executada com uma voz masculina, pertencente ao cantor Edenilson Leodonio Alves³⁷:

Hino do município de Irani

Irani, paraíso dos vales
Cachoeiras e cascatas murmurando nos ervais
Teu cenário gerou estes versos
Espelhando o Universo em teus mananciais
Onde o sangue selou ideais e valores morais

³⁵ Nos hinos ou poemas cada linhas é um verso e cada estrofe equivale a um conjunto de versos. Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/verso>. Consulta em 04/09/2021.

³⁶ Lei nº 1245. Fonte; <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2003/125/1245/lei-ordinaria-n-1245-2003-aprova-o-hino-municipal-de-irani?q=hino>. Consulta em 31/08/2021

³⁷ Edenilson Alves é músico profissional, pós graduado em música e maestro atuante na região sul do Brasil. Fonte: <https://www.facebook.com/edenilson.alves.988>. Consulta em 02/26/2022.

Berço de revoluções e as frias monções
São mensagens de paz
Aqui a nativa cultura em cadente ternura
Poemas nos traz

Identificas a história da "Bela e Santa Catarina"
A fé em São João Maria corre os vales e as colinas
Teu monumento de glória evoca o Supremo Ser Supremo Ser
que ilumina, nos ensina enaltecer
Tuas noites de anil, constelação e luar
Marca do Sul do Brasil, quem vem te ver quer ficar
Marca do Sul do Brasil, quem te deixou, quer voltar

Teu pão jamais faltará: "do que semeias colherás"
Da produção do teu solo a riqueza florescerá
A cruz de duas BRs atrai economia e lazer
Lazer e festa, alegria, é cultura, é reviver
Tuas noites de anil, constelação e luar
Marca do Sul do Brasil, quem vem te ver quer ficar
Marca do Sul do Brasil, quem te deixou, quer voltar

Letra: Vicente Telles – 2003.

Música: Vicente Heleodoro de Paula Telles – 2003.

Interpretação: Ednilson Leodonio Alvez – 2003.

A letra do hino escolhido não traz, em nenhum dos 23 versos e 03 estrofes, a palavra Contestado ou Guerra, embora a expressão berço de revoluções parece deixar claro que se trata da Guerra do Contestado (1912-1916) iniciada em Irani. Analisando o hino³⁸ nos pareceu que o objetivo é apresentar Irani (onde o sangue selou ideais), como integrante de Santa Catarina destacando sua localização geográfica, a natureza, a economia baseada na agricultura, a religiosidade expressa na fé em São João Maria e o Monumento Mãos de Cimento com sua simbologia material, também espiritual e das crenças pessoais dos autores. O hino parece ser uma continuidade das propagandas da cidade e do Sítio Histórico de Irani.

Em Irani, existem meios de comunicação que divulgam os temas do Contestado, um exemplo é a frequência destinada às rádios comunitárias (104.9 FM). A rádio comunitária

³⁸ A música divide-se em: Melodia, harmonia e ritmo. Fonte: <https://institutomusicaldarezzo.com.br/o-que-e-harmonia-melodia-e-ritmo/> Consulta em 04/09/2021.

chama-se A Voz do Contestado e pode ser acessada pelo endereço na internet³⁹ ou pelo meio tradicional da sintonia FM das rádios. Oficialmente, a rádio chama-se Associação Rádio Comunitária a Voz do Contestado FM. Por ter um caráter de divulgação do Contestado, a lei municipal nº 1114 de 26 de setembro de 2001⁴⁰ autorizou que essa associação recebesse do município um terreno em sistema de comodato para a construção das estruturas físicas e a associação recebeu também apoio financeiro para as atividades de comunicação.

O Sítio Histórico de Irani foi registrado como Sítio Arqueológico em 1993, pelo arqueólogo Rossano Lopes Bastos⁴¹ e encontra-se cadastrado junto aos demais Sítios Arqueológicos brasileiros, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Uma placa localizada na frente do Museu José Maria informa que o Sítio foi recadastrado por Miriam Carbonera e Daniel Loponte em 2019.

Os sítios arqueológicos constituem patrimônio cultural brasileiro e o artigo 20, inciso X, determina que bens são da União. Sendo assim, enquanto propriedade da União Federal, estão protegidos por lei⁴². O próprio município de Irani criou em 1987 um órgão municipal destinado à proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM. A lei 479/1987⁴³ que criou o órgão específico também previa a manutenção de um livro tomo para registrar os bens tombados no município nas esferas federal, estadual ou municipal.

Em que pese, na propaganda institucional e nas atividades culturais que fazem referências aos caboclos/sertanejos, em Irani, não encontramos associações específicas da etnia. As citações ao termo caboclo são comuns na semana do feriado do dia 22 de outubro, onde existem almoços ou jantares “caboclos”, porém, isso alcança um público relativamente pequeno.

³⁹ Disponível em: <http://www.contestadofm.com.br/2019/index.php>.

⁴⁰ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/112/1114/lei-ordinaria-n-1114-2001-autoriza-a-participacao-do-municipio-na-implantacao-da-associacao-radio-comunitaria-a-voz-do-contestado-fm?q=radio%20voz%20do%20contestado>. Consulta em 29/09/2021.

⁴¹ Fonte: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13219. Consulta em 09/03/2022.

⁴² Fonte: DESPACHO No 219/2022 DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC, Florianópolis, 18 de fevereiro de 2022, original nos anexos.

⁴³ Disponível em: [eismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1987/48/479/lei-ordinaria-n-479-1987-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-do-municipio-e-cria-orgao-competente?q=tombado](https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1987/48/479/lei-ordinaria-n-479-1987-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-do-municipio-e-cria-orgao-competente?q=tombado). Consulta em 10/02/2022.

4 A MEMÓRIA DO CONTESTADO E PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM IRANI. PRIMEIRO PERÍODO DA ANÁLISE – 1978 A 2000

Em meados de 2020 começamos a pesquisa em Irani, encontramos os primeiros subsídios em fontes e referências que procurávamos para escrever sobre as políticas públicas, as associações culturais e ações individuais desenvolvidas no sentido de fazer com que um local de batalha se tornasse também um lugar de memória, logo, nos deparamos com constatações fundamentais para o trabalho: a primeira foi definir que a delimitação temporal da pesquisa tinha seu início no ano de 1978 aos dias atuais. A segunda foi perceber que, em Irani, o nome do folclorista Vicente Telles se confundia com a história patrimonial ligada à Batalha do Irani (22 de outubro de 1912) e também da própria Guerra do Contestado (1912-1916). A terceira foi perceber que o movimento de rememoração não foi uma criação de fora, ao contrário, ela surge na sociedade civil de Irani e posteriormente foi sendo apropriada também pela municipalidade e estudada pela academia.

São muitas fontes mostrando a trajetória de Vicente Telles em seu intenso e constante trabalho de divulgador do Contestado em Irani. De fato, parece haver uma reverência à sua memória. Os registros de Vicente Telles em imagens, em programas audiovisuais, em trabalhos acadêmicos, em livros, são igualmente encontrados em farta quantidade.

Em Irani, as representações da Guerra do Contestado não ficam expressas e visíveis apenas no Sítio Histórico. O interesse do município em assumir essa identidade e o pertencimento dos habitantes do lugar enquanto palco de importantes eventos da Guerra do Contestado convergiram em feriado municipal no dia da Batalha do Irani, em uma extensa lista de nomenclaturas temáticas em espaços públicos e na exaltação de personagens da guerra que são considerados, ou nomeados postumamente, como “heróis” de Irani. As ações de manutenção patrimonial e memorial do Contestado em Irani – SC também não ficam apenas no interesse histórico e são exploradas economicamente pelo município que tem no Contestado um fator de incentivo ao turismo. Esse movimento de rememoração, incentivado pelo poder público é explicado por Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 40):

Desde o início da década de 1980, nas cidades de Irani e Caçador, há um movimento de iniciativas políticas municipais (com apoio do Estado) que tende a convergir-las em centros turísticos do Contestado (tais como inauguração de museus e monumentos, a edição de diversas reportagens, a formação de grupos folclóricos, etc.), transformando sua história em mercadoria turística. Naquelas cidades procura-se recuperar a guerra sertaneja como um momento heroico da história da região. Há a preocupação de inserir no currículo escolar de história as façanhas dos caboclos.

Mesmo considerando que ocorreu apenas uma batalha em Irani, o movimento teve resultados práticos, porque nenhum dos demais lugares que foram palco de batalhas da Guerra do Contestado possui um local de visitação com a estrutura patrimonial como o que encontramos em Irani, composto por monumento, museu, cemitério, sepulturas isoladas e um memorial temático. A nível de Brasil existem outros locais de memória de guerra, o mais expressivo exemplo é o Parque estadual de Canudos, localizado no estado da Bahia e administrado pela UNEB⁴⁴ - Universidade Estadual da Bahia.

O início do movimento apontado por Machado, encontra similaridade com os depoimentos de Vicente Telles e o despertar do interesse político nos potenciais da possível exploração turística do Contestado em Irani. Vicente Telles afirma que começou sua trajetória de pesquisador do Contestado em 1978, conforme informação encontrada em Pereira (2016, p. 74) “ao ser procurado por pessoas em situação de extrema pobreza, que foram convocadas por uma diretora de escola para o desfile cívico de 7 de setembro daquele ano, mas que não tinham roupas apropriadas para participar”. Diante da situação, ele propôs que o grupo desfilasse com suas piores roupas, conforme o seu cotidiano e, assim foi feito.

A participação no desfile de um grupo formado por homens, mulheres e crianças vestidas com roupas esfarrapadas, levando junto seus animais domésticos e de trabalho representou os sertanejos/caboclos do Contestado. Enquanto isso, o próprio Vicente discursava sob aplausos e vaias, dizendo que a pátria era devedora de atenção ao povo pobre, o que resultou em um efeito prático. Em seu depoimento para Pereira (2016, p. 74), Vicente Telles afirma que “esse acontecimento em 7 de setembro de 1978 foi tão impactante que, daquele ano em diante, o poder público municipal incorporou a ideia de rememorar o Contestado em Irani”.

A palavra “convocadas” parece ser típico daquele período, quando o país ainda estava na ditadura civil/militar que durou 21 anos, de 1964 a 1985. No entanto, parece haver nesse acontecimento uma amostra da inflexão e das próprias mudanças que o regime civil/militar passava, afinal, em pleno 7 de setembro de 1978, um militar da reserva remunerada do exército brasileiro contraria a ordem vigente baseada em um positivismo de exaltação de símbolos nacionais, organização e comando, que são típicos dos desfiles e incorpora pessoas pobres desfilando com sua indumentária cotidiana, expondo o abandono e pobreza de parte significativa da população de Irani.

Não encontramos nos registros pesquisados, uma informação sobre os motivos que levaram as pessoas ao encontro de Vicente Telles, no entanto, fica claro que ele, mesmo nesse

⁴⁴ Fonte: <http://www.canudos.uneb.br/index.php/parque-estadual-de-canudos/>. Consulta em 17/03/2022.

período inicial de seu trabalho cultural em Irani, no final da década de 1980, já exercia algum grau de influência na cidade, afinal, teve a oportunidade de se manifestar e dar o impulso inicial ao movimento de rememoração do Contestado em Irani. A atuação de Telles concorda com a afirmação de Vidal (2007, p. 5): “o fato de que a memória não conserva o passado, mas o reencontra, o reconstrói, sempre, a partir do presente. Assim, toda memória é um esforço”.

Telles usou sua oportunidade no desfile do feriado nacional de 7 de setembro para falar da importância de rememoração de um evento marcante, comum no imaginário dos habitantes do município e de uma parcela da população, também relegada ao esquecimento. Vicente demonstrava saber que a identificação dos moradores de Irani com o passado do lugar de batalha viria através de ações motivadoras e afirmativas da população com o Contestado. Concordando com Pierre Nora (1981, p. 13), que assim escreveu:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas. Porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados.

Na sequência, continuamos escrevendo e apresentando nossa pesquisa em Irani, a cidade Berço do Contestado. Pela característica da pesquisa, apresentamos várias imagens dos patrimônios culturais ligados à Guerra do Contestado, imagens de Vicente Telles e das fontes que pesquisamos. Essa inclusão é proposital considerando que estamos escrevendo sobre a memória de um lugar de batalha e essas memórias são manifestadas pelo visual do próprio lugar e pela contemplação dos patrimônios culturais. Pierre Nora nos mostra em seu texto que a memória difere da história e que, para ser desenvolvida, ela precisa do toque, de um sentimento de pertencimento ao lugar. Nora (1983, p. 9) assim afirma: “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

Em Irani, Telles não era considerado apenas um Cancioneiro, mas o historiador do Contestado e pelo peso de sua obra, as citações ao seu nome serão uma constante nesse capítulo. Outros (as) pesquisadores que trabalharam as diferentes manifestações do Contestado em Irani podem ter se deparado com a mesma questão que agora analisamos e as citações a Vicente Telles são encontradas em numerosos trabalhos audiovisuais, artigos, em outros trabalhos acadêmicos, capítulos de livros e livros no estilo biográfico.

Vicente Telles não era um cidadão iraniense ou catarinense de nascimento. Telles nasceu em 05 de outubro de 1931 em Palmas-PR. Ainda criança vem morar com sua família

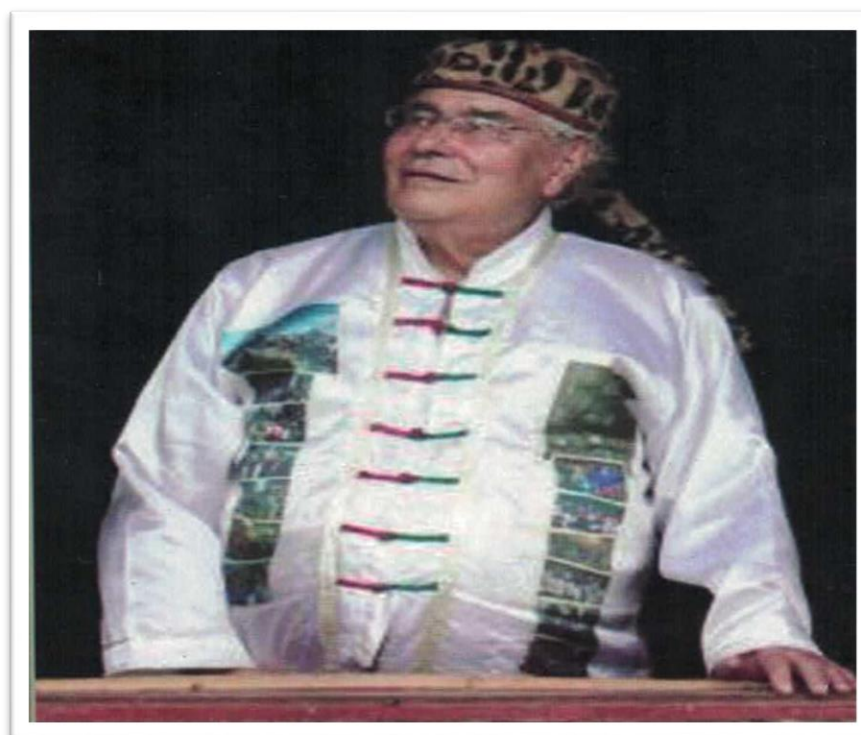
em Irani, saindo na idade adulta para servir ao exército brasileiro, retornando definitivamente para Irani na segunda metade da década de 1970 já na reserva remunerada da instituição militar. Em Irani, o 2º sargento Vicente Telles inicia um movimento de rememoração do Contestado. O trabalho realizado de 1978 a 2017 produziu resultados patrimoniais e ações culturais com reconhecimento em Irani e no estado. Muitas homenagens foram conferidas para o homem considerado historiador do Contestado em Irani, incluindo a lei estadual nº 12.071 de 2001⁴⁵ que deu a ele o título de cidadão catarinense.

Durante décadas, Vicente Telles promoveu uma série de apresentações culturais, eventos artísticos e apresentações teatrais sobre a Batalha do Irani e a Guerra do Contestado, o folclorista tornou-se um, ou talvez o mais, eminente divulgador do tema Contestado no âmbito regional e estadual e Vicente tinha o objetivo claro de vincular o nome Irani ao Contestado, conforme afirmou Mota (2016), “uma das metas do trabalho era vincular a imagem de Irani à Guerra do Contestado, a fim de promover o turismo histórico no município”.

O discurso de Vicente Telles sobre o Contestado difere dos demais pesquisadores por que para ele declarava que teve uma trajetória de ligação familiar com o lugar e com a Guerra, seguidamente ele citava que seus avós paternos e maternos participaram do conflito em lados opostos. O conhecimento sobre o Contestado que garantia uma imersão em amplos temas da Guerra, podem ter sido inspirados pelas leituras de clássicos da historiografia do Contestado e de pesquisas que Vicente Telles realizou com os descendentes e mesmo remanescentes do período do conflito, onde ele explora a oralidade de muitos entrevistados.

⁴⁵ Fonte: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-12071-2001-santa-catarina-concede-o-titulo-de-cidadao-catarinense-a-vicente-telles-2001-12-27-versao-original>. Consulta em 10/09/2021.

Figura 10 – Vicente Telles com sua vestimenta típica



Fonte: Folder da propaganda oficial do Sítio Histórico de Irani. Distribuídas em 2020.

Ana Paula Mota realizou pesquisas e fez publicações sobre os patrimônios culturais relacionados à Guerra do Contestado em Irani. A pesquisadora escreveu sobre a atuação de Vicente Telles em eventos temáticos, mostrando que mesmo em idade avançada, não se limitava apenas a Irani. Mota (2016, p. 3) escreve:

Encontramos Vicente em três ocasiões, todas no ano de 2006, quando ele tinha 75 anos. A primeira no mês de julho, durante as pesquisas de campo, quando passamos uma semana em Irani, realizamos as entrevistas, acompanhamos o trabalho de Telles junto a duas escolas de outros municípios e conhecemos todos os monumentos. O segundo encontro foi em Curitiba, no dia 26 de julho, quando o folclorista fez uma apresentação musical no Museu Paranaense por ocasião da abertura da exposição Guerra do Contestado: 90 anos depois, a convite do Professor Doutor Nilson César Fraga, geógrafo que orientou nossa pesquisa, e, foi o idealizador dos eventos que marcaram as comemorações da guerra na capital do Paraná. E por último, em setembro de 2006, em Calmon município de Santa Catarina onde assistimos Vicente pela terceira vez. Em três turnos, mais de 1.000 pessoas assistiram na FECUCAL (Feira Cultural de Calmon) Telles tocar gaita e falar sobre o Contestado.

Celço Martins, autor do livro “O Mato de Tigre e o Campo de Gato” (2007), também teve a oportunidade de conhecer pessoalmente o folclorista de Irani e relatou que foi recebido em Irani várias vezes, tendo se tornado um amigo próximo da família de Vicente Telles. O autor, falecido em 2016, deixou muitos registros sobre esses encontros em uma página sobre

temas da história que ele mantinha na internet⁴⁶, contando como se deu sua imersão na Guerra do Contestado (2012-2016) com a ajuda do que chamou de o Cancioneiro do Contestado Vicente Telles.

Em 2016, Moacir Pereira produziu o livro “Vicente Telles – O Mensageiro do Contestado” e nesse livro encontramos os principais relatos com os momentos da trajetória de Vicente Telles, de sua carreira militar iniciada em 1948 até a entrada na reserva remunerada em 1975, quando ele retorna a Irani e se dedica à pesquisa da Guerra do Contestado com o foco na visão dos vencidos, os sertanejos/caboclos brasileiros. Não reproduziremos inteiramente a trajetória contida no livro, apenas o essencial para o entendimento do personagem em suas ações relacionadas ao Contestado e as relações políticas e sociais que se estabeleceram em torno dele, resultando na formação dos patrimônios culturais do Sítio Histórico de Irani.

No registro do que foi sua primeira manifestação pública em 1978, falando sobre o povo do Contestado, fica clara a afinidade com o lado perdedor na Guerra, a linha de pensamento e base discursiva que ele utilizava, vemos isso pelo exposto em seu depoimento para Pereira (2016, p. 74):

Este é o povo que legou ao Brasil essa terra. Esse é o povo que foi raiz do nosso Irani. Esse é o povo vitimado pela Guerra do Contestado, massacrado, pisoteado, martirizado e morto pelos poderosos. E seguia aquela turba suja, uns levando um porquinho, outros um cabrito, outro levando um saco de pano nas costas cheia de bugigangas e aquelas mulheres todas seguindo. Começou então a ecoar gritos de protestos contra nosso quadro: Que esculhambação é essa? Sujeira? Escândalo no dia da pátria?

Notemos que esse discurso foi feito por um militar da reserva e em um período que ainda estava em vigência a ditadura civil/militar no país e no desfile de independência, o que tornava o ato de um militar proferir palavras de protesto mais improváveis. No entanto, nos anos seguintes a ideia de rememorar o Contestado, falando dos vencidos na Guerra foi ganhando adeptos e as comemorações começaram a atrair uma grande quantidade de pessoas que atraiu a atenção de políticos. Tendo Vicente Telles à frente, em 1979 e no começo da década de 1980, festas e encontros onde o tema era o Contestado começam a ganhar proporções em Irani que é quando iniciam os acordos para destinar uma área específica para as comemorações do Contestado, necessitando ser uma área grande para abrigar o movimento que crescia.

Falando para Pereira (2016, p. 75), Vicente Telles explica como aconteceram os primeiros contatos entre ele e políticos. Alguns homens com cargos públicos que perceberam o

⁴⁶ Fonte: <https://fragmentos-do-tempo.blogspot.com/2008/11/personagens-atuais-do-contestado-1.html>. Consulta em 05/09/2021.

apelo popular em torno da temática do Contestado em Irani e começaram a partir dessa constatação a mostrar interesse pela ideia de criar um espaço próprio para abrigar as ações culturais ligadas ao Contestado em Irani e a possibilidade de utilizar o fato de Irani ser um local de batalha e atrair turistas para o Sítio Histórico e outras atrações do município.

O prefeito Gebrail Oro, homem de elevada visão, desprezado, antevendo o futuro turístico de Irani, veio falar comigo e sugeriu o lugar que eu moro, contíguo ao local do combate. A prefeitura, apesar da boa vontade do prefeito não dispunha de máquinas para atender à exigência de preparação do solo. Foi então que surgiu o nome do secretário de obras do estado, Espiridião Amim.

O lugar que recebeu as melhorias com as máquinas da secretaria de obras do governo de Santa Catarina está localizado nas margens do quilometro 64 da Rodovia BR 153, o mesmo espaço que veio a ser ocupado pelo Monumento Mãos de Cimento e pelo Museu, patrimônios integrantes do Sítio Histórico de Irani. Esse encontro de Vicente Telles com o secretário de obras do estado, Esperidião Amim, que também era professor universitário na UFSC, vai ser uma constante nos registros da formação dos patrimônios em Irani.

Vicente Telles explica que no começo do movimento de rememoração do Contestado, os eventos atraíam muita atenção e no final da década de 1970 e anos iniciais da década seguinte, ocorreram cerimônias com a participação de mais de 10.000 pessoas, número superior a própria população do município na época. No entanto, para Pereira (2016, p. 75), Vicente Telles fala que esse impulso e apoio do poder público realizado na fase inicial teve curta duração e foi diminuindo ao longo dos anos: “Com as alternâncias de poder, nos governos, tanto municipal quanto estadual, a iniciativa promissora foi sendo, aos poucos, sufocada”.

Conforme a afirmação acima, a rememoração do Contestado em Irani, materializado nas construções de estruturas materiais que definimos como os patrimônios históricos de Irani, ocorreu em fases, em períodos e, em alguns momentos, as realizações de uma administração foram interrompidas por períodos de calmaria de outras. Esse depoimento nos mostra também a dificuldade de realizar projetos que envolvam construções de estruturas sem o apoio público pelo alto custo que eles envolvem.

Na sequência do trabalho, mostraremos que as conveniências políticas e sociais que influenciaram na construção dos patrimônios foram favoráveis principalmente no período compreendido entre o início da década de 1980 e 2000, quando são destinadas terras ao Projeto Contestado e foram construídos o Museu do Contestado e o Monumento Mãos de Cimento. Nos anos subsequentes, poucas obras concretamente saíram do projeto e se materializaram, no

entanto, podemos afirmar que essa história de mais de 40 anos gerou um patrimônio cultural que continua sendo cultivado nos dias atuais.

O patrimônio cultural em Irani, formado pelos patrimônios do Sítio Histórico, é complementado por outras manifestações culturais como as músicas, as peças teatrais, as danças, as datas comemorativas, os desfiles e diversos outros eventos que contribuíram e somaram ao interesse pela memória do Contestado. Os questionamentos despertados pela visão e o toque nas estruturas materiais do Sítio Histórico encontram um complemento com os eventos culturais do Contestado e constatamos que existe o envolvimento oficial na divulgação dessa condição de ser esse, um lugar de memória.

Citamos que a formação dos patrimônios e da memória do Contestado em Irani teve (ou tem) a colaboração de pessoas que acabam ficando no anonimato, ou as lembranças de seus nomes ficam restritos na legislação. Um exemplo dessa afirmação é a lei municipal nº 1879 de 21 de agosto de 2018⁴⁷, que autorizou o chefe do poder executivo a receber em doação um acervo de 11 blocos com fotografias sobre a Guerra do Contestado. As fotografias feitas pelo fotógrafo Claro Gustavo Jansson foram doadas pela escritora Rosa Maria Tesser e atualmente fazem parte da exposição permanente em sala anexa à rodoviária municipal de Irani.

Em Irani, a manifestação cultural chamada a dança de Chica Pelega (uma das supostas personagens femininas da Guerra do Contestado) é considerada um patrimônio imaterial do município. Esse é um dado que reforça nossa percepção de que a construção da memória em Irani soma iniciativas de cunho cultural e de vontade política, baseada em leis municipais, ou seja, ao longo dos anos foi se construindo uma legislatura específica sobre o Contestado em Irani, não se tratam de eventos isolados, e sim uma construção coletiva, que se somam, construindo de forma genérica um conjunto de leis municipais, englobando as manifestações culturais e conferindo um status de legalidade às ações de rememoração do Contestado.

A lei municipal nº 1663⁴⁸ de 11 de junho de 2013 é um retrato da soma da criatividade de Vicente Telles (e outra autora), com a legislação que referimos. O texto da lei estabelece os passos e os adornos que devem ser usados pelos figurantes na coreografia da dança, que é realizada em ocasiões comemorativas como no feriado municipal de 22 de outubro, alusivo ao dia da Batalha do Irani. O caput da lei diz: “Reconhece Dança como patrimônio Imaterial do

⁴⁷ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2018/188/1879/lei-ordinaria-n-1879-2018-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-receber-em-doacao-acervo-fotografico-da-guerra-do-contestado-de-autoria-do-fotografo-claro-gustavo-jansson-para-o-municipio-de-irani?q=1879>. Consulta em 21/09/2021.

⁴⁸ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2013/167/1663/lei-ordinaria-n-1663-2013-reconhece-danca-como-patrimonio-imaterial-do-municipio-de-irani?q=1663>. Consulta em 14/09/2021.

Município de Irani". No Art. 1º está escrito: "Fica declarada como Patrimônio Imaterial do Município de Irani a 'Dança da Chica Pelega'". O parágrafo único do Art. 1º traz o seguinte texto:

Para efeitos do Art. 1º de que trata esta Lei, reconhece como Dança da Chica Pelega a coreografia da música composta por Vicente Telles e Cirila de Menezi Pradi, coreografia contendo facões de lâminas como elemento cênico; sapateado; figurinos compostos por saia preta colam preto, calçola branca, bota preta e faixa na cor vermelha disposta no peito da esquerda pra direita.

Escolas da região realizavam visitas ao Sítio Histórico de Irani e ao Memorial do Contestado, permitindo aos alunos o contato com a história da Batalha do Irani e o Contestado. O contrário também acontecia e um dos métodos utilizados de propagação da memória do Contestado por Vicente Telles eram as frequentes visitas às escolas, onde usando a música extraída do som de sua gaita, das composições próprias, ele cantava os eventos e personagens do Contestado para professores e alunos. Vicente Telles criou um personagem, uma identidade visual que ele soube utilizar para a maioria de suas apresentações musicais e palestras. Nos registros encontramos o folclorista com sua vestimenta característica e sua gaita. Na cabeça ele usava um chapéu, um gorro nas cores preta e amarela, item inspirado no chapéu com pele de Jaguatirica, adorno que era utilizado pelos monges. Tania Aparecida Calonga (2008, p. 9) afirma que José Maria "ostentava um boné de jaguatirica a semelhança do velho João Maria, porém, adornado de penachos e fitas".

O personagem então se completava com o conhecimento do Contestado, com o carisma da explanação, com o visual próprio, a gaita e as músicas temáticas. O modelo da camisa muitas vezes usada publicamente, era na cor branca, de mangas compridas, com detalhes na cor verde e vermelha, a vestimenta que traz à lembrança a bandeira do Contestado (fundo branco com uma cruz na cor verde), ou o estandarte do estado de Santa Catarina (cores branca, verde e vermelha). Parece ter um significado espiritual e filosófico para Vicente e questionado sobre de onde surgiu a inspiração para aquele modelo específico da vestimenta ele explica para Pereira (2016, p. 120), demonstrando ter uma compreensão de fatos e personagens relevantes da história mundial do século XX:

Ela tem as cores de Santa Catarina. O branco, o vermelho e o verde. O modelo chinês é para lembrar a universalidade dos anseios humanos em busca de justiça, da igualdade e da fraternidade que liga o monge José Maria, a Mao Tsé-Tung, cada um dentro do seu universo, sem sequer saber da existência um do outro.

Vicente Telles compôs e produziu muitas obras musicais e uma delas incluímos nesse trabalho. As composições que têm a participação de Vicente Telles Filho foram uma forma de

expandir para diversos públicos os temas e personagens caboclos/sertanejos da Guerra do Contestado. No memorial do Contestado localizamos a obra *Epopéia do Contestado – História em Música*, sendo um CD lançado em 2002 composto por 09 faixas musicais, todas com músicas temáticas e que são autorais de: Vicente Telles, Vicente Telles Filho e Cirila M. Pradi. No primeiro plano da capa do CD existe a figura de uma bandeira do Contestado e todas as nove faixas musicais que compõem a obra, possuem títulos que remetem à memória da Guerra do Contestado e seus mais influentes personagens. O disco era acompanhado de um livro organizado por Vicente Telles, de título “Folclore Itinerante da Epopéia do Contestado – História em Música (2002)”.

Figura 11 – CD *Epopéia do Contestado – História em Música*



Fonte: Capa do Compact Disc – *Epopéia do Contestado, História em Música*. 2002.

As nove músicas da obra são: Faixa 1 – *Epopéia do Contestado*, Faixa 2 – *Rapsódia do Contestado*, Faixa 3 – *Combate do Irani*, Faixa 4 – *Zé Maria*, Faixa 5 – *Maria Rosa*, Faixa 6 – *O Ervateiro*, Faixa 7 – *Chica Pelega*, Faixa 8 – *Epopéia do Contestado (Os Três Monges)*, Faixa 9 – *Adeodato*. O encarte do CD contém a ficha técnica de todos os músicos e autores que participaram da obra e nela Vicente Telles é identificado como professor e historiador/idealizador e compositor de todas as obras do CD. Vicente Telles Filho (Vicentinho) é compositor, arranjador, produtor e executante de todas as faixas orquestradas do CD.

As palestras sobre o Contestado que Vicente Telles apresentava, nos espaços públicos, nas escolas e no próprio Memorial do Contestado combinavam a música com a história, tornando-se atrativo a variados públicos. O folclorista explanava com desenvoltura os eventos e personagens da Guerra do Contestado conforme a historiografia. Ele cita no livro que pesquisamos, autores de reconhecida importância como Mauricio Vinhas de Queiroz, Paulo Pinheiro Machado, Delmir Valentini, Nilson Cesar Fraga e Nilson Tomé, no entanto, o principal fator motivacional de suas exposições orais era a forma de abordagem dos vencidos na Guerra, os caboclos/sertanejos da região do Contestado. Nas falas, muitas registradas em material audiovisual, o foco é o sofrimento da população cabocla/sertaneja durante os anos anteriores, durante a Guerra e no período pós-Guerra. Vicente Telles afirmou para Pereira (2016, p. 160) que mesmo após o fim oficial do conflito 1916, a população cabocla/sertaneja remanescente dos redutos continuou sofrendo o que ele chamava de “operação limpeza”. Essa operação que, segundo Vicente, consistia na matança dos caboclos refugiados nas matas, “ação promovida pela força pública estadual⁴⁹, os antigos regimentos de segurança dos Estados”.

Da criatividade de Vicente Telles surgem elementos do desenvolvimento patrimonial do Contestado em Irani, o monumento Mãos de Cimento é o exemplo mais relevante, cuja imagem é símbolo de Irani e da região em que está inserido. No entanto, indo além de um pensamento criativo, Vicente Telles transitava em temas complexos, envolvendo a história e a memória da Batalha do Irani e de todo o contexto da Guerra do Contestado (1912-1916). Ele construiu sua própria forma de narrativa dos eventos e estrutura de ensino para os que buscavam saber do Contestado pelas suas palestras.

Vicente Telles cita os trabalhos de diversos historiadores de ofício, mas ele próprio era um historiador autodidata e mesmo possuindo um método próprio de abordagem dos temas históricos relativos ao Contestado, Vicente e sua obra em Irani não passaram despercebidos pela academia e, ele conta em Pereira (2016, p. 138) inclusive, sobre visitas de alunos vindos de diversas escolas e universidades, entre elas turmas do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS ao Memorial⁵⁰.

Procurei um estilo mais didático para os estudantes e visitantes. Por exemplo, a Universidade Federal da Fronteira Sul, inclusive, fez o encerramento informal dos cursos de História aqui na minha casa. Tento fazer exposição mais didática, mais pedagógica, mais simples e objetiva, com ilustrações ao vivo: Imagens, músicas, exemplos teatralizados, ações enfim, que empreendemos a duras penas, com os escassos recursos meus.

⁴⁹ Sobre a operação limpeza citada por Telles, não localizamos outras fontes para avançar na discussão.

⁵⁰ É provável que Vicente estivesse falando da primeira ou segunda turma formada no curso de Licenciatura em História da UFFS.

Muito além de atrair pesquisadores para o Memorial e o Sítio Histórico, o personagem, marcado pela identidade visual própria e a musicalidade, possuía o potencial de chamar a atenção de diversos outros públicos para as visitas e a audição dos temas da Guerra do Contestado. Registros mostram que um dos principais públicos do Memorial do Contestado e do Sítio Histórico eram as crianças das escolas da região, levadas ao espaço de memória por seus professores.

4.1 O PROJETO CONTESTADO (1979): POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM IRANI

A ideia de rememoração do Contestado, iniciada publicamente por Vicente Telles em Irani, após seu discurso no desfile de 07 de setembro de 1978, vai ganhando espaço e visibilidade desencadeando os primeiros movimentos que resultam em estruturas materiais e uma das consequências da ação liderada por Vicente Telles foi a incorporação de mais dois patrimônios: o Monumento do Contestado e o Museu do Contestado. Essas estruturas somam-se aos lugares de história e memória ligadas à batalha de 22 de outubro de 1912: o Cemitério do Contestado, a Vala dos 21 e a Sepultura do Monge, formando o Sítio Histórico de Irani. Todos esses são uma parcela dos patrimônios culturais que constituem a memória do Contestado em Irani e região. Esses patrimônios culturais são uma amostra visível e propensa ao toque, uma forma de expressão da importância, grandiosidade e riqueza da história regional.

A palavra patrimônio, normalmente utilizada para quantificar o conjunto de bens pessoais, familiares e de instituições públicas ou privadas, é utilizada para definir também um valor que pertence à coletividade e se manifesta e se expõem como o patrimônio cultural. Antônio Rosa Mendes (2012, p. 11), assim explica:

Em linguagem corrente, patrimônio é noção de teor econômico e jurídico que designa um conjunto de bens e de direitos e obrigações avaliáveis em dinheiro. Esta apreciação pecuniária não é adequada para o âmbito cultural, porém importa reter daquela noção dois aspectos: primeiro, o de valor, de riqueza, quase de tesouro; segundo, o de conjunto, um complexo cuja relevância vai para além das coisas que, uma por uma consideradas, o integram. Patrimônio em qualquer acepção, é um todo.

A cultura, palavra que abrange amplos aspectos multidisciplinares é abordada pelas diferentes áreas do conhecimento. As ciências humanas, as ciências jurídicas, as áreas artísticas, políticas, econômicas, entre outras, por vezes se apropriam e trabalham com a semântica da palavra, conforme seus objetivos e especialidades. Canedo (2009, p. 6) afirma que

Na atualidade é possível compreender a cultura através de três concepções fundamentais. Primeiro, em um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Segundo, como as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural. Terceiro, como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social.

Segundo Silva (2011), “a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural”. A revitalização da memória de batalha em Irani foi impulsionada por Vicente Telles e ainda no ano de 1979 começam os desenvolvimentos patrimoniais que se materializam na destinação de um espaço de terras, destinadas para construções de caráter cultural. O lugar estava (está) próximo ao local onde ocorreu, em 1912, a Batalha do Irani, sendo esse o principal elemento cultural a ser explorado no município.

A lei municipal de nº 192, de 29 de dezembro de 1979⁵¹, autorizava o município a adquirir por meio de desapropriação amigável, um lote de 1.000 metros quadrados de propriedade de Vicente Telles. O objetivo da desapropriação era destinado para a construção do Museu do Contestado e, na mesma lei, o texto já previa a formação de fundações, que administrariam o espaço cultural. Outra lei, de nº 206, sancionada em 22 de agosto de 1980 autorizava o governo municipal de Irani a receber lote de terras de 1050 metros quadrados para a construção de um centro cultural.

Na lei municipal fica expresso o interesse público em criar um espaço cultural e, dessa forma, fazer parte do processo de elaboração patrimonial e do resgate da memória do Contestado em Irani. A participação do estado, em algum dos três níveis, na elaboração das políticas de patrimonialização cultural é explicada por Wilson Trajano Filho (2012 p. 15)

No Brasil, o debate sobre o patrimônio e os processos de patrimonialização tem estado, há décadas, inexoravelmente associado às questões da cultura e da identidade nacionais. Em especial, o debate deixa entrever a atenção dada pelos analistas ao papel dos aparelhos ideológicos do Estado (perdoem-me pela expressão tão anacrônica) e seus agentes culturais na construção da nação brasileira: de sua cultura e da identificação com ela.

No ano de 1984, durante o primeiro mandato do governador de Santa Catarina, Esperidião Amim (1983-1987), o momento político é favorável ao financiamento público das construções de monumentos e outras ações de projeções de memória e que buscavam a

⁵¹ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1979/20/192/lei-ordinaria-n-192-1979-dispoe-sobre-desapropriacao-e-da-outras-providencia>. Consulta em 10/09/2021.

formação da ideia de pertencimento, uma forma de identidade do catarinense com o lugar. Fábio Andreas Richter (2016, p. 25) assim afirma

As diversas ações patrocinadas pelo governador em seus mandatos revelam uma disposição em investir no aspecto patrimonial de determinados temas relacionados ao estado catarinense, não só subsidiando grupos, mas também investindo recursos técnicos, físicos, políticos e financeiros do governo estadual.

O momento político favorável para construções de monumentos é percebido por Vicente Telles. O movimento de rememoração do Contestado começou as tratativas para a construção de uma escultura/monumento que, após concluída, tornou-se uma representação da Guerra do Contestado e não apenas em Irani. O Sítio de Irani que naquele período se formava incorporou forma e projetou maior visibilidade com a construção do Monumento Mãos de Cimento. A imagem, idealizada por Vicente Telles, junto a outros pesquisadores da Guerra do Contestado e criada pelo artista plástico José Mano Alvim, representada na figura de duas mãos feridas por armas de fogo, que surgem da terra segurando para o alto a grande cruz, passa a ser um dos símbolos mais vinculados com a memória do Contestado. O monumento soma-se ao Museu do Contestado também construído na década de 1980 e o Sítio Histórico de Irani adquire o formato atual. A decisiva atuação do folclorista na formação patrimonial do Sítio Histórico de Irani é destacada por Ana Paula Mota (2016, p. 3)

Acreditamos que o processo de elaboração e reelaboração das imagens e das representações acerca da guerra passa pela dinâmica dos trabalhos desenvolvidos pelo folclorista. Vicente Telles também foi um dos mentores e idealizadores da construção de dois dos monumentos, e agora ainda atua na preservação e manutenção do conjunto, que integra o chamado Sítio Histórico do Contestado.

O incremento de patrimônios no Sítio Histórico foi sendo acompanhado nos anos seguintes pela incorporação de novas áreas de terras e o espaço inicial de 1.000 metros quadrados vai ser oficialmente ampliado no ano de 1994, quando uma quantidade de 41.000 metros quadrados é adquirida pela prefeitura municipal de Irani, através da lei municipal nº 786⁵² de 13 de setembro de 1994. O CAPUT⁵³ da lei foi redigido dessa forma: “Autoriza adquirir um terreno rural para implantação do projeto contestado”. O art. 1º da lei traz a informação que as terras adquiridas pela prefeitura municipal de Irani nas margens do quilômetro 64 da rodovia BR 153 pertenciam ao senhor Vicente Telles.

⁵² Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/1994/79/786/lei-ordinaria-n-786-1994-autoriza-adquirir-um-terreno-rural-para-a-implantacao-do-projeto-contestado?q=PROJETO+CONTESTADO>. Consulta em 11/09/2021.

⁵³ Trata-se de um termo que, no latim, significa “cabeça” e é utilizado para se referir aos enunciados dos artigos de lei. Quando o artigo possui outros elementos, como parágrafos, alíneas e incisos, ao se referir à parte inicial do artigo, fala-se em “caput”. Fonte: <https://jus.com.br/artigos/34437/caput>. Consulta em 11/09/2021.

O parágrafo único do artigo 1º diz que “O terreno descrito neste artigo destina-se à implantação do Projeto Contestado”. No texto dessa lei não encontramos informações que detalhassem sobre qual estrutura material faria parte do Projeto Contestado, a lei apenas faz referências ao terreno, no entanto, concluímos, pela leitura de outras leis pertinentes ao tema, que os patrimônios do Sítio Histórico de Irani são parte desse planejamento. Outras leis fazem menção a um portal, que seria construído na entrada da cidade junto ao Sítio Histórico de Irani, porém, isso nunca foi realizado. Essa expressão “Projeto Contestado” aparece em algumas leis municipais em Irani e esse foi o começo de um outro grande projeto de construções, criado no início dos anos 2000 e nunca concluído: O Parque Temático do Contestado. (PEREIRA, 2016, p. 137).

Em 1999, uma entidade estadual surge na legislação municipal de Irani, que trata da manutenção e uso do Sítio Histórico. A lei municipal de nº 975 autorizava o chefe do poder executivo municipal a transferir a cessão do uso do imóvel, composto pelo terreno e as benfeitorias do Sítio Histórico de Irani para a FCC – Fundação Catarinense de Cultura. Não localizamos novas referências ou informações que nos ajudem a compreender se os entendimentos entre os mantenedores do Sítio Histórico e a FCC foram conclusos ou não, no entanto, pareceu-nos que esses acertos não evoluíram ou tiveram pouca duração, porque em 2001, a lei nº 975 foi revogada e a manutenção do Sítio Histórico de Irani foi assumida oficialmente por uma outra fundação criada em Irani.

Encontramos um número grande de referências para afirmar que ao longo das últimas quatro décadas numerosos eventos culturais/sociais tiveram como palco o Sítio Histórico de Irani e um exemplo disso foi a Romaria da Terra e da Água realizada em 2011, que abordaremos na sequência deste trabalho. Ao mesmo tempo, inúmeras citações apontando as virtudes que o local de memória formado em Irani possui, principalmente como um meio de estímulo à consciência social. Um exemplo dessa forma de divulgação encontramos nas explanações dos deputados estaduais Neodi Saretta e Pedro Uczai na 115ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sessão realizada na data de 25 de outubro de 1999⁵⁴.

O deputado Neodi Sarreta, fazendo uso da palavra livre da tribuna da câmara dos deputados, falou que esteve em Irani, participando de um evento que ele se referiu como “A 1ª Festa Estadual do Contestado”. No longo discurso ele cita a fala do historiador Vicente Telles,

⁵⁴Fonte: alesc.sc.gov.br/deputados/neodisaretta/pronunciamento/b0624721dd77fa341af07186151a5b493864d318 . Consulta em 12/09/2021.

abordando e dando voz às questões sociais dos caboclos, da população carente da região. Reproduzimos o início do discurso que incluímos na íntegra nos anexos desse trabalho.

Sr. presidente e Srs. deputados, estivemos ontem no Município de Irani participando da 1ª Festa Estadual do Contestado, para a qual acorreram milhares de pessoas. Mais de mil figurantes reproduziram uma das batalhas do Contestado e reproduziram-na sob o ponto de vista do resgate da verdade da Guerra do Contestado. Creio que o historiador Vicente Telles e todas as pessoas que lá estavam conseguiram retratar um pouco dessa luta sofrida dos caboclos, dos agricultores, enfim, dos que foram espoliados na Guerra do Contestado (SARETTA, ALESC, 115ª Sessão Ordinária, 1999).

Na sequência da mesma Sessão Ordinária, o deputado estadual Pedro Uczai, que também é professor, pede a palavra e igualmente em seu discurso fala do povo do Contestado expropriado e esquecido na história de Santa Catarina. Reproduzimos parte do discurso, incluído na íntegra nos anexos deste trabalho.

Deputado Neodi Saretta, fico feliz com o seu pronunciamento, porque nesta Casa temos que trazer à tona, além daqueles que foram expropriados da terra, os que foram expropriados da memória e da história. Então, trazer esses sujeitos para a cena histórica é dar visibilidade política do passado e do presente desses sujeitos, é mostrar a exclusão social dessas pessoas, que vivenciaram processos de luta e de resistência, de opressão e de morte, e muitos deles estão também sofrendo no presente. (UCZAI, ALESC, 115ª Sessão Ordinária, 1999).

Analisando os discursos dos deputados estaduais, ambos oriundos do Oeste catarinense, é possível entender que suas palavras são semelhantes às que Vicente Telles falava, em sua defesa da população do Contestado. O evento ocorreu na semana do feriado alusivo à Batalha do Irani (dia do Jagunço) e nas próprias palavras do deputado Neodi Saretta, o evento recebeu milhares de pessoas.

Não resta dúvida que o trabalho de Vicente Telles, expresso em suas explanações e materializados nos patrimônios do Sítio Histórico de Irani alcançou visibilidade a nível estadual, mas esse volume de realizações e eventos realizados requeriam planejamento organizacional e do período compreendido entre os anos de 1978 aos anos 2000, não constatamos a presença, ou atuação de fundações municipais que tivessem o objetivo de administrar o Sítio Histórico de Irani. Isso muda a partir da primeira década do presente século, quando uma fundação foi criada por Vicente Telles. No ano 2000, a Fundação Contestado passou a administrar os patrimônios, que são oficialmente transferidos pela prefeitura municipal de Irani através da lei, que revogou os efeitos da Lei nº 975/1999.

Em 21 de março de 2001, a lei municipal número 1051 foi sancionada⁵⁵ e o CAPUT dela trazia o seguinte texto “Autoriza a Doação de Imóveis e da Outras Providências”. O Art. 1º da lei municipal de Irani nº 1051 afirma que

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região de Irani, CNPJ Nº 04.169.893/0001-54, com sede na Cidade de Irani, o Imóvel rural com 41.000 m² (quarenta um mil metros quadrados), situado às margens norte da BR 153 Km 63, escritura pública registrada em cartório sob nº 13.628, livro1-B, matrícula às folhas 200 livro 2-V, sob nº 6.200 e registrada sob nº R-I 6.200, destinada à construção do Portal e demais obras relacionadas ao Contestado edificadas pela Fundação.

O Art. 3º da lei diz que “o imóvel doado, retornará ao patrimônio do Município, se deixar de ser utilizado aos fins que deram origem à doação”.

Conforme expomos, a fundação foi criada por Vicente Telles e recebeu o terreno de 41.000 metros quadrados, no lugar onde já havia um cemitério e que se supõe ser próximo ao local da Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912. A lei menciona que o terreno é destinado para construções promovidas pela Fundação Contestado e um Portal, que provavelmente seria construído na entrada da área urbana do município, seguindo o modelo que existe em várias cidades da região, no entanto, em nossas visitas não constatamos a presença de Portal em nenhum lugar da cidade de Irani.

4.2 OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS COMPONDO A MEMÓRIA DA BATALHA DO IRANI

As construções temáticas do Contestado, edificadas na Linha Banhado Grande são um inegável fator de rememoração da Batalha do Irani. Dificilmente um usuário da BR 153 não vai perceber o monumento, o museu, ou o antigo cemitério ao passar por Irani. O movimento que resultou nesses patrimônios culturais foi organizado por instituições e por pessoas interessadas na causa do Contestado da própria cidade, por pesquisadores da temática de várias especialidades. Em alguns períodos, essa ideia encontrou reciprocidade e apoio na esfera política estadual, notavelmente nos períodos em que o professor universitário da UFSC e político, Esperidião Amim Helou Filho, participou dos governos de Santa Catarina nas funções de secretário de obras na década de 1970 ou nos dois mandatos de governador do estado.

⁵⁵ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/106/1051/lei-ordinaria-n-1051-2001-autoriza-doacao-de-imovel-e-da-outras-providencias?q=lei+1051>. Consulta em 12/09/2021.

O governador Esperidião Amim e Vicente Telles parecem ter afinidade em alguns de seus objetivos e essa parceria comum, manifestada nas declarações de trazer a discussão sobre o Contestado em Irani e em Santa Catarina, resultou em projetos patrimoniais, que nas palavras de ambos, visavam rememorar o Contestado. A edificação de um patrimônio cultural da envergadura do Monumento Mãos de Cimento foi uma construção coletiva, com diferentes protagonistas e interesses, mas fato é que sua inauguração foi um marco para o lugar de memória. Márcia Chuva (2012, p. 7) afirma que “Na atualidade, a área do patrimônio engloba, um conjunto significativo de questões de ordem políticas, de relação de poder, de campos de força e âmbito do social”.

O monumento Mãos de Cimento ou Monumento do Contestado, construído em 1984 no Sítio Histórico, é a estrutura mais visível e reproduzida nas propagandas oficiais do que veio a ser chamado de Vale do Contestado⁵⁶. Vicente Telles (2013, p. 441) escreveu, exaltando a representação simbólica, que o monumento representava a participação de historiadores, artistas plásticos, folcloristas e do próprio Esperidião Amim no processo de construção:

Este é o símbolo que representa as mãos erguidas da terra, segurando a cruz de Cristo e recebendo balas. Este, hoje conhecido em todo o Brasil, deveria ser o verdadeiro símbolo oficial adotado por Santa Catarina, caso não sejam mais sugestivo o gorro da jaguatirica, o chapéu de fitas brancas ou o facão de pau. Este glorioso monumento, fruto da persistência do governador Amim, nasceu de calorosos debates entre historiadores, artistas plásticos, folcloristas, críticos de artes e do próprio governador, todos movidos pelo desejo de enaltecer nossa história e pela imperiosa necessidade de promover a identidade do contestado, quiçá catarinense.

Esperidião Amim, que conforme Telles participa dos processos de elaboração, que resultaram na construção do Monumento do Contestado em Irani utiliza uma estratégia de comunicação ao propor que o catarinense da Região do Contestado precisava ser ouvido e representado e parece claro que o político procurou angariar simpatia ao mostrar disposição para ser esse “representante”, embora, não tenha nascido na região. Esperidião Amim utiliza a linguagem discursiva que supostamente vocalizaria a voz dos mais fracos, e fazia isso ao falar da simbologia representada pelos descendentes dos homens e mulheres sertanejas, que lutaram e morreram na Guerra do Contestado. Amim afirma que esses (caboclos) teriam a legitimidade para serem reconhecidos como o estrato étnico/social que representa o típico catarinense, em uma narrativa que procurava se apresentar como representante político dessa parcela da população catarinense. Esperidião Amim (2002, p. 34) escreve essa intenção de “rememorar o

⁵⁶ A SANTUR dividiu o Estado em 13 regiões turísticas. Irani fazia parte do Vale do Contestado até 2019, quando ocorreu uma divisão e a região do planalto norte catarinense passou a ser chamada “Caminhos do Contestado” e o meio oeste, região onde está incluído o município de Irani, passou a ser chamada de “Vale dos Imigrantes”.

Contestado” ou de tentar se apropriar do discurso de defensor dos mais fracos para talvez, tornar-se mais conhecido na região e, provavelmente obter dividendos políticos.

É preciso que alguém chame para si a função de interlocutor da voz dos vencidos, os homens, mulheres e crianças que resistiram à exploração, à espoliação, à opressão dos poderosos do começo do século XX, moldando um novo modo de vida que ainda se faz presente em parte significativa do território catarinense. O contestado, registrado a quase nove décadas, ainda está vivo, e a lição deixada por seus protagonistas precisa ser entendida e aprendida cada vez mais e melhor.

Figura 12 - Monumento Mãos de Cimento, em Irani



Fonte: arquivo do autor, feita em 17 de dezembro de 2020.

O monumento com as mãos elevadas ao céu foi construído e inaugurado em 1984 no Sítio Histórico de Irani, levando a assinatura do artista plástico José Alvim⁵⁷. É conhecido por três nomes distintos: Monumento aos Vencidos, Monumento do Contestado e Mãos de Cimento. Por sugerir em sua construção, uma forma de resistência e religiosidade, apesar das dificuldades representadas pelas “balas” cravadas nas mãos, o Monumento e o Sítio Histórico já foi cenário para movimentos sociais/religiosos atuais do povo catarinense.

O monumento Mãos de Cimento é o mais claro e visível exemplo de patrimonialização da cultura do Contestado em Irani. A materialidade que une o aspecto humanístico, onde o sofrimento de um povo é representado pelas mãos cravadas por projéteis e soma-se ao fator religioso de ampla parcela da população, visualizado pela cruz. O monumento já atraiu a

⁵⁷ O artista plástico gaúcho José Alvim (Mano) é autor de diversas outras obras, atualmente reside em Florianópolis-SC. Fonte: <http://fragmentos-do-tempo.blogspot.com/2009/01/escultura-vira-smbolo-do-contestado.html>. Consulta em 30/07/2021.

atenção de pesquisadores de diversas especialidades, servindo também ao turismo e tornou-se também o símbolo de Irani e, talvez, da região.

As fontes mostram que o monumento Mãos de Cimento se tornou o símbolo visual do município de Irani, servindo de propaganda de incentivo ao turismo e divulgação do lugar, sendo reproduzido em diversos formatos, pelo poder público e por iniciativas no âmbito privado. No entanto, não localizamos uma citação direta em leis municipais se referindo ao monumento Mãos de Cimento como sendo o símbolo de Irani. Outras cidades de Santa Catarina criaram leis elegendo símbolos do Contestado como seus próprios, é o caso da cidade de Matos Costa, que em 2017 adotou a bandeira verde e branca do Contestado como símbolo municipal, aprovando e sancionando um projeto de lei municipal⁵⁸.

Os patrimônios culturais do Sítio Histórico de Irani já foram expostos em muitos trabalhos e produções de diversas especialidades. Seguindo essa linha expositiva desse patrimônio, incluímos nossos próprios registros do lugar para compor a presente análise do Sítio Histórico de Irani, que atualmente possui uma ampla área. O espaço cultural foi constituído pela anexação de áreas que resultaram em um total de 318.031,35 metros quadrados. A paisagem do lugar, marcada inicialmente pela presença de um cemitério e sepulturas isoladas em meio a florestas e lagos, passou por visíveis intervenções humanas em sua configuração, no período compreendido entre o final da década de 1970, aos dias atuais.

Um visível exemplo de interferência no ambiente natural, foram as obras do Parque Temático do Contestado iniciada no ano 2001. O projeto ficou inacabado e abordaremos especificamente no último capítulo, na sequência textual desse trabalho. Observamos que, se por um lado existe uma conservação patrimonial, também é fato que existiram alterações no meio ambiente, seguindo a determinação dos mantenedores do Sítio e essa constatação está em acordo com Rafael Winter Ribeiro (2007, p. 7), que afirma:

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias.

⁵⁸ Fonte; <https://www.cacador.net/noticias/geral/2017/03/13/resgate-historico-bandeira-do-contestado-vira-simbolo-oficial-de-matos-costa-35635>. Consulta em 16/06/2022.

O Sítio histórico de Irani foi sendo estruturado e virando realidade a partir do final da década de 1970 e principalmente durante os anos da década de 1980 quando foi construído o monumento chamado Mãos de Cimento (1984) e o Museu do Contestado (Museu José Maria).

Figura 13 – Museu Histórico do Contestado (Museu José Maria)



Fonte: galeria de fotos disponíveis no Site da prefeitura municipal de Irani, consulta pública.⁵⁹

O museu José Maria, localizado nas margens da Rodovia Transbrasiliana, tem uma construção em madeira rústica sem pinturas coloridas pelo lado externo e por dentro possui um revestimento em alvenaria, o chão possui um revestimento em cerâmica. Tudo na construção parece estar procurando mostrar simplicidade e o Museu foi edificado ao lado do antigo cemitério que já existia na época da Batalha do Irani em 1912. O acervo do museu é muito grande, contendo objetos de época, documentos (cópias), recortes de jornais, esculturas, quadros, pinturas e muitas fotos com registros da Guerra, imagens já comuns nas publicações e exposições da Guerra do Contestado mostrando alguns dos personagens envolvidos nos dois lados do conflito e se mostram impressionantes pela quantidade que foram guardadas e incorporadas ao patrimônio do Museu.

Um detalhe não passa despercebido e chama a atenção, causando reflexão e pensamento nos objetivos dos idealizadores do acervo. O fato constatado é que a maioria das fotos do acervo são retratos de militares em deslocamento ou estáticos em “poses” para fotos, sendo que fotos

⁵⁹ Construção original do Museu nos anos 1980. Esta era a fachada, antes da reforma das estruturas em madeira concluída em 2020.

icônicas de armas também são encontradas. O Museu José Maria foi construído ao lado do Cemitério do Contestado, facilitando a pesquisa ou a observação do lugar, um patrimônio cultural complementa o outro. Maria Elizia Borges (2016, p. 10) afirma que

Museus e cemitérios desenvolvem ações similares, pois partem do mesmo princípio: conservar artefatos materiais que causam estranhamento e produzem conhecimento, contribuindo para o diálogo entre o presente e o passado. Atualmente, podemos considerar os museus e os cemitérios como “fábricas de grandes eventos”.

Figura 14 - Cemitério do Contestado em Irani



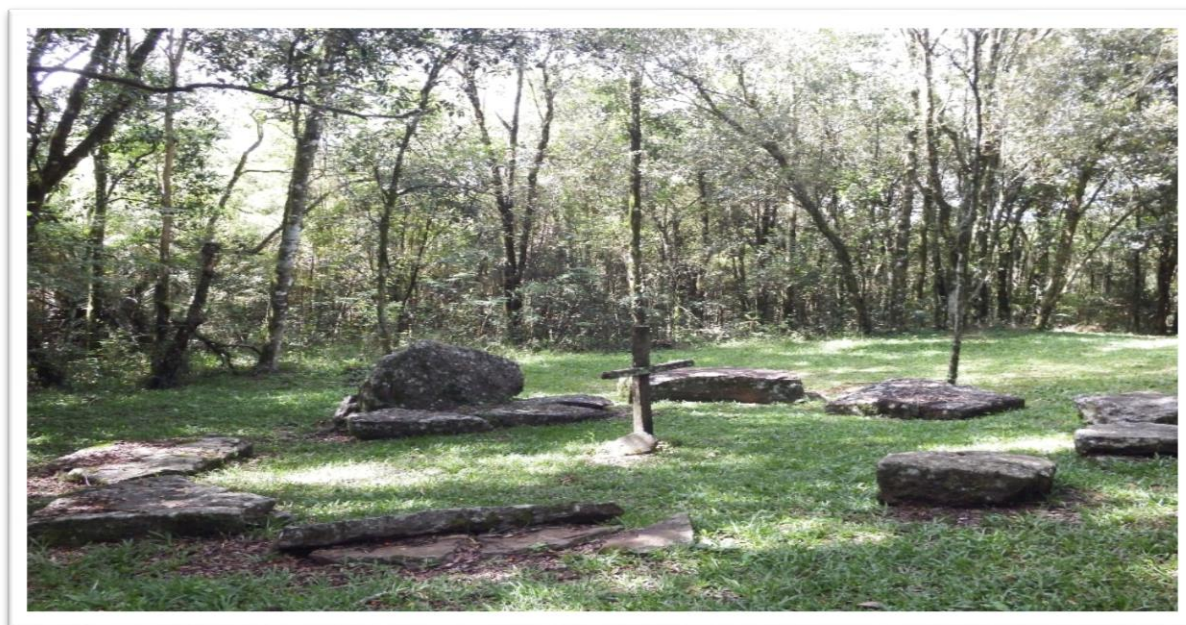
Fonte: arquivo do autor, dia 17 de dezembro de 2020.

A observação e chegada ao local é de fácil acesso por estar ao lado da rodovia e o local está aberto para visitação. A maioria das sepulturas foram feitas na terra, demarcadas apenas por cruzes ou quadrados de madeira, enquanto outras lápides são em alvenaria, visivelmente muito antigas. Em volta do cemitério, servindo como demarcação e separação foi construída uma cerca de madeira que parece ser bem antiga. O local tem apenas um acesso, um portão, e acima do portão há uma estrutura que sustenta uma placa que identifica o local: Cemitério do Contestado. Na frente do portão de entrada existem informações sobre o local, datas, informações relevantes, entre as quais explicando que o local é um patrimônio arqueológico reconhecido.

Não são realizados novos enterros no local, permanecendo a formação próxima ao original que guarda muitas informações. Através da análise de sua estrutura patrimonial e junto a outros cemitérios do Contestado são uma fonte para pesquisas históricas e culturais de inestimável valor.

O monumento Mãos de Cimento, o Cemitério do Contestado e o Museu do Contestado estão bem visíveis às margens do quilometro 64 da BR 153. No entanto, o Sítio Histórico de Irani é composto por outros patrimônios culturais, que estão mais afastados da rodovia em meio à mata: a Sepultura do Monge, o local de Combate e a Vala dos 21.

Figura 15 - Sepultura do Monge José Maria



Fonte: arquivo do autor, dia 17 de dezembro de 2020.

A sepultura do Monge José Maria encontra-se em um terreno elevado, em uma clareira no meio da mata. No local existe uma formação de pedras em uma espécie de círculo, que estão em volta de outra pedra ao centro da formação e junto a essa pedra central está fixada no solo uma cruz de madeira, parecendo ser bem antiga a data de sua colocação.

Próximo da sepultura do Monge José Maria existem placas indicando o local onde teria ocorrido o Combate de 22 de outubro de 1912.

Figura 16 – Local da Batalha (1912)



Fonte: arquivo do autor, dia 17 de dezembro de 2020.

As referências encontradas na historiografia afirmam que José Maria e seus seguidores foram recebidos pela família Fabrício das Neves, na localidade rural de Banho Grande e que nesse mesmo local foi travada a batalha quando a força paranaense tentou prender o monge e foi repelida pela reação dos sertanejos. Vinhas de Queiroz (1996, p. 106) escreveu sobre o início do evento de 22 de outubro de 1912: “Às primeiras horas do amanhecer, os soldados da vanguarda trocaram tiros com uma guarda supostamente dos fanáticos, a qual se retirou. A tropa chegou ao lugar Banhado Grande, onde se daria o combate”. Atualmente não existe mais nenhuma construção, nem mesmo uma ruína, um fragmento visível ou algo que lembre uma batalha. O local de combate é demarcado com várias placas contendo frases atribuídas a autores diferentes (Vicente Telles, Manoel Nascimento). O lugar de combate, onde teria ocorrido o encontro entre os soldados e sertanejos é próximo à Vala dos 21.

Figura 17 - A Vala dos 21



Fonte: Foto do autor, dia 17 de dezembro de 2020.

A Vala dos 21 é o local onde estariam enterrados 21 combatentes da Batalha do Irani, pessoas de ambos os lados (09 soldados e 12 caboclos/sertanejos) que baixaram no local do combate e não tiveram seus corpos resgatados por seus pares. Além de placas de identificação, o local tem uma cruz de madeira que aparenta ser bem antiga e uma placa com uma frase atribuída a Vicente Telles: “A vala dos 21, há um século que dó, quem morreu como bandido, ressuscita com herói”. Junto à vala dos 21 existem outras placas com homenagens e em uma delas consta os nomes dos combatentes identificados e que baixaram na Batalha do Irani. São os nomes de 09 Praças e 12 mortos entre os caboclos/sertanejos.

Anexo ao Sítio Histórico, foi construído o Memorial do Contestado por Vicente Telles, em sua própria propriedade particular. O local era destinado para a realização de palestras temáticas do Contestado e apresentações musicais. O memorial também se destinava à guarda e acervo de materiais diversos, esculturas, livros, fotografias. Na foto que apresentamos no trabalho, uma escrita na fachada da edificação apresentava a informação do apoio do governo municipal de Irani ao memorial.

Figura 18 - Memorial do Contestado em Irani



Fonte: <http://www.avmpmpr.com.br/site/comitiva-de-militares-se-prepara-para-os-105-anos-do-combate-do-irani/>. Consulta em 07/09/2021.

A construção em alvenaria é ampla e dividida por dois espaços. No térreo, o espaço abriga um acervo que contém vestimentas e adornos que Vicente Telles utilizava em suas apresentações musicais, livros sobre o Contestado, muitas fotografias de Vicente Telles e pessoas que estiveram visitando o memorial ao longo dos anos. No andar superior do Memorial do Contestado existe um estúdio musical com muitos aparelhos de som e imagem, juntamente a variados instrumentos musicais: violões, teclados eletrônicos, instrumentos de sopro e gaitas. Entre as gaitas encontra-se uma que Vicente Telles tocava. Atualmente o filho e a nora de Vicente Telles, ambos músicos profissionais, continuam produzindo no estúdio.

Um endereço no Facebook⁶⁰, com o nome: Memorial Vicente Telles – O Mensageiro do Contestado, foi criado em 2013. Nesse endereço existem muitas informações, são

fotografias, vídeos, homenagens, entrevistas, apresentações musicais. O endereço é uma fonte para pesquisar os eventos que contaram com a participação de Vicente Telles.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/vicente.telles>.

5 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM IRANI: SEGUNDO PERÍODO DA ANÁLISE – 2000 A 2021

Constatamos que a partir dos anos 2000 foram realizadas diversas ações ligadas ao Contestado em Irani. As citações à cidade e sua particularidade de ter sido um lugar de batalha partem de setores ligados à pesquisa de diversos segmentos, educação, políticos, religiosos e também houveram eventos com grande participação popular, que tiveram o Sítio Histórico de Irani como palco. O período iniciado no ano 2000 coincide com o segundo mandato do governador Esperidião Amim – 1999 a 2002. Conforme já escrevemos, os contatos entre Vicente Telles e Esperidião Amim já haviam ocorrido durante o primeiro mandato de Esperidião Amim 1983 a 1987. Naquele período foram patrocinados estudos, publicações, materiais audiovisuais e estruturas físicas (placas, monumentos) demarcando os locais ligados ao Contestado.

Em 2001 ocorreu a incorporação de uma grande área de terras pela Fundação Contestado, em que a prefeitura municipal de Irani realizou a doação de uma área de terras que somavam 41.000 metros quadrados que foram registradas em cartório de notas para a Fundação. O movimento de incentivo ao estudo do Contestado se intensificou em Irani, somando interesses políticos a nível estadual, notavelmente de Esperidião Amim e da influência exercida por Vicente Telles. Os patrimônios culturais construídos resultam na ampliação da visibilidade do Memorial do Contestado. Segundo a pesquisa de Mota (2016, p. 35), “foi a partir do ‘resgate’ histórico-cultural, promovido por Esperidião Amin, que a obra de Vicente Telles ganhou certa notoriedade, ultrapassando os limites municipais para tornar-se conhecida no estado de Santa Catarina e até em outras cidades e estados do Sul”.

No segundo governo de Esperidião Amim, novamente constatamos que os entendimentos entre o poder estatal estadual, municipal e a Fundação liderada por Vicente Telles resultaram em várias atividades nas áreas de memória e patrimônio cultural direcionado ao Contestado, na cidade de Irani. Um marco foi no ano 2000, quando Vicente Telles registra a Fundação Cultural Memória viva do Contestado da Região do Irani, conhecida simplesmente por Fundação Contestado. Ela foi criada para gerir e manter os patrimônios culturais do Sítio Histórico e seu projeto mais audacioso, o Parque Temático do Contestado, que foi projetado entre 2001 e 2002, mas não foi concluído na prática.

No segundo mandato de Esperidião Amim continuam ações de “resgate da cultura do contestado”. Foi criada a lei estadual que implantou a Bandeira do Contestado (Lei n.º 12.060,

de 18/09/2001), estandarte semelhante ao usado pelos sertanejos durante a Guerra do Contestado, formado por uma cruz na cor verde sobre um fundo branco, e a Semana do Contestado, que deve ser lembrada em Santa Catarina, entre os dias 20 e 27 anualmente. (Lei número 12.143, de 05/04/2002). Fabio Antônio Richter (2013, p. 03) escreveu sobre o projeto do Parque Temático em Irani e as leis de rememoração do Contestado criadas no segundo mandato de Esperidião Amim.

O tema foi retomado no mandato de 1999 a 2002, onde houve o investimento no projeto e criação de um parque temático relacionado ao Contestado na cidade de Irani/SC, além da promulgação de leis estaduais que reconheçam a bandeira dos rebeldes como símbolo regional de Santa Catarina e instituição da Semana do Contestado que deveria comemorar anualmente o evento entre 20 e 27 de outubro.

A Fundação Contestado foi registrada no ano 2000 por Vicente Telles e, em uma reunião realizada aos 28 dias do mês de julho de 2000, Vicente Telles fala sobre as metas para a Fundação e os possíveis resultados para o incentivo ao turismo na cidade.

O senhor Vicente Telles colocou que como na Califórnia, devemos realizar os projetos para a Fundação preservando as formas rústicas, reintegrando a sociedade, motivando e mobilizando a sociedade. Precisamos seguir uma doutrina, revolucionar, transformar, ter uma filosofia, traçar planos e metas. Precisamos analisar como serão os padrões das construções, pousadas, tudo para atrair e agradar o visitante. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2000).

A parceria entre Vicente Telles e Esperidião Amim, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 feita através do DEINFRA, faz surgir um terceiro nome, do arquiteto Ires Lopes da Silva. O arquiteto torna-se um colaborador de Vicente em Irani e, além de fazer os projetos do Parque Temático, ajuda na elaboração de uma “Ordem”, uma Irmandade junto à Fundação Contestado, destinada ao estudo e pesquisa dos temas pertinentes à memória da Guerra. No mesmo período, o arquiteto participa da elaboração e execução de outro projeto público de valor social/cultural na região, as obras de um ginásio, uma escola e um centro cultural na aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó em Ipuacú-SC. O projeto na TI Xapecó foi concluído e as fachadas que compõem o formato das estruturas externas das construções possuem características únicas, diferentes das demais construções patrocinadas pelo estado para a área da educação, a exemplo de um ginásio de esportes na forma de tatú.

Nas análises das atas de reuniões da Fundação Contestado, fica claro que o incentivo ao movimento de memória e patrimônio do Contestado em Irani, tinham o plano de incrementar as atrações ao turismo e suas consequências sociais e econômicas, conforme podemos observar nas palavras registradas em ata, do prefeito municipal de Irani Cleinor Zózimo Zampieri, que participou da reunião da Fundação Contestado realizada em abril de 2001.

O sr. Prefeito municipal fez suas colocações em relação à importância da história do Contestado, sendo que devemos resgatar a história, reconquistar a causa, pois é uma história que muito poderá auxiliar no progresso do nosso município, através do turismo. Também falou sobre o projeto que está sendo desenvolvido para criar um museu virtual, o qual tem como objetivo o incentivo a educação. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2000).

As atas das reuniões Contestado, escritas a partir dos anos 2000, mostram que o principal tema nas discussões era o andamento do Projeto do Parque Temático do Contestado. Nas atas não encontramos referências ao Monumento Mãos de Cimento, no entanto, o monumento, muito visível e visitado, permanece palco para grandes eventos no período.

5.1 A FUNDAÇÃO CULTURAL MEMÓRIA VIVA DO CONTESTADO DA REGIÃO DO IRANI (2000)

Na nossa pesquisa sobre o desenvolvimento do patrimônio cultural em Irani, realizada entre 2020 e 2021, foram constantes as citações da Fundação criada por Vicente Telles que era responsável pela manutenção do Sítio histórico: A Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani. Localizamos leis municipais de Irani que citam a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani e iniciamos a busca pelo estatuto da Fundação, documento essencial para escrever sobre ela. Não sabíamos quem eram os membros da Fundação ou qual a atual situação de funcionamento em que se encontrava.

Após vários contatos conseguimos o texto do estatuto que nos foi encaminhado via e-mail por um servidor público, lotado na Secretaria da cultura de Irani. Nas conversas e visitas que se seguiram obtivemos a informação que havia um procedimento do Ministério Público de Santa Catarina-MPSC, comarca de Concordia, pedindo a extinção da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani. Com essa informação, iniciamos uma nova busca objetivando obter o processo, ou parte do procedimento judicial que, para nós, seria fonte, porém dessa vez encontramos bastante dificuldades.

Constatamos que um dos advogados que atuou na defesa da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani no processo era o procurador concursado do município de Irani. Realizamos uma nova visita à prefeitura municipal de Irani e no setor jurídico nos foi fornecida uma cópia do processo das decisões judiciais e uma explicação oral, para poder entender minimamente e interpretar o documento jurídico que agora tínhamos disponível para o trabalho. O advogado e procurador do município de Irani, Raul Lenom Matos Nogueira declarou, na conversa informal que tivemos em seu gabinete, que as decisões judiciais que

versam sobre a extinção da Fundação Contestado já foram encerradas e portanto, podem ser publicadas. O procurador acrescentou que a pesquisa ajuda a cumprir um dos pressupostos garantidores da moralidade pública: A publicidade dos atos das instituições e dos agentes públicos.

A terceira fonte analisada, que nos forneceu maiores dados para compor o presente substituto, são as atas de reuniões realizadas pelos membros da Fundação Contestado, a maioria delas escritas à mão. O material é composto pelos registros da Fundação Contestado, algumas realizadas ainda antes do registro oficial da Fundação, no ano 2000 e terminam no ano de 2012, quando, segundo o último presidente da Fundação Contestado, senhor Jamir Antonio Grissa, não ocorreram mais reuniões oficiais da Fundação. Os registros originais estão em um caderno de registros e encontram-se arquivados na Secretaria de administração do município de Irani e as cópias que anexamos na íntegra a essa dissertação foram fornecidas pelo próprio senhor Jamir Antonio Grissa, que foi um dos membros instituidores da Fundação e que atualmente exerce suas funções na prefeitura municipal de Irani, prestando assessoria aos administradores municipais.

As atas, que somam um total de cinquenta e três (53) páginas trazem muitos dados que, além da contribuição para o desenvolvimento desse trabalho, serão exploradas com mais acuidade em outros estudos que pretendemos desenvolver no porvir. Nas reuniões que eram realizadas em locais públicos ou privados, os membros da Fundação Contestado discutiam os mais variados assuntos referentes ao resgate e utilização da história e memória do Contestado em Irani. Observamos que os integrantes que assinam as atas não são muitos, com exceção do próprio Vicente Telles, no geral o quadro era composto por pessoas ligadas à prefeitura ou tinham envolvimento no turismo/hoteleiro.

A principal discussão e fator, que também pode ser entendida como elemento fundamental para a criação da Fundação Contestado, foi a necessidade de organização e legalidade para obter recursos públicos, para viabilizar o início do projeto do Parque Temático do Contestado e abordaremos esse fato no subtítulo destinado à descrição do projeto. As atas fornecem dados de um período específico entre os anos 2000 e 2012, nada trazem dos anos anteriores, um exemplo disso é que o próprio monumento Mãos de Cimento, inaugurado em 1984, não é citado nenhuma vez nas atas.

Com as fontes que localizamos, foi possível escrever sobre a criação, pontos da trajetória e o fim da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani. Incluímos partes do estatuto e do processo de extinção no texto, a íntegra dos dois documentos

está nos anexos desta dissertação. Desconhecemos outros trabalhos acadêmicos que citem os documentos que nos foi fornecido na Secretaria de cultura e no setor jurídico/administrativo da prefeitura de Irani. Dessa forma, e considerando nossa limitação na área do Direito, faremos a análise e incluímos partes dos dois documentos no texto e interpretamos com o máximo de cuidado, procurando entender como se deu a trajetória dessa fundação cultural e porque foi extinta no ano 2020.

De forma sintética, buscávamos as fontes para escrever sobre a Fundação Contestado, seu regramento sua legalidade e a nossa intenção era apenas incluir a Fundação Contestado no trabalho porque sabíamos que essa era a mantenedora do Sítio Histórico do Irani, nada sabíamos sobre a extinção da mesma. Dessa forma, nas linhas que seguem mostraremos o começo, parte da trajetória e o fim da Fundação Contestado.

O Código Civil Brasileiro⁶¹, em vigor desde a aprovação da Lei nº 10.416 em 10 de janeiro de 2002, estabelece as normas legais para o funcionamento e regramento das fundações culturais. A legislação está escrita no capítulo III do Código Civil. No seu Art. 62 da referida Lei consta que “Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”. O parágrafo único da Lei estabelece os fins que justificam a criação de uma fundação e está escrito que as fundações podem ser criadas para diversos fins, quer sejam sociais, assistenciais, religiosos, educacionais, ambiental, de promoção da cidadania, científicos e culturais.

A Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani se enquadrava no nº II do parágrafo único, que diz: “II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico”. O Art. 66 do Código Civil define que o órgão externo responsável pela fiscalização e controle das fundações em território brasileiro são os Ministérios Públicos dos respectivos estados (ou distrito federal), onde for registrada. Assim está escrito: “Velará pelas fundações o Ministério Público do estado onde situadas”. Na página oficial do Ministério Público de Santa Catarina⁶², existe uma definição que facilita o entendimento de, afinal, o que é uma Fundação e assim está escrito:

Uma fundação é, em síntese, um patrimônio destinado a um fim de interesse público que adquire personalidade jurídica, na forma da lei. É, segundo o código civil, uma pessoa jurídica como as sociedades civis e associações. Todavia, do ponto de vista

⁶¹ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Consulta em 13/09/2021.

⁶² Fonte: <https://www.mpsc.mp.br/direitos-humanos-e-terceiro-setor/fundacao-conceito-caracteristicas-principais-e-instituicao>. Consulta em 22/06/2022.

estrutural as Fundações apresentam características bem distintas dessas outras entidades. (MINISTÉRIO PÚBLICO, SC).

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, desembargador Dimas Eduardo Ramalho (2015), escreve sobre o fundamento das fundações e sua utilidade⁶³

As Fundações, como patrimônio colocado a serviço de um propósito lícito e útil à sociedade, estão vocacionadas à consecução de interesse público. Nessa perspectiva, quase não há dissonância nas vozes dos que apregoam que são incontrovertidos os benefícios advindos de suas atividades. (CONJUR, 2015).

A Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani foi criada no ano 2000 por Vicente Telles⁶⁴ e registrada em cartório sob o CNPJ⁶⁵ 04.169.893/0001-54, seguindo as normas legais estabelecidas no Código Civil Brasileiro. Para otimizar a confecção textual, no seguimento do trabalho e apenas nas partes que compõem a nossa análise, vamos nos referir à fundação simplesmente como Fundação Contestado. A Fundação Contestado foi declarada de utilidade pública em Irani, pela lei municipal nº 1169⁶⁶ de 2 de maio de 2002. O Art. 1º da referida lei diz que: “Fica reconhecida de utilidade pública a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, CNPJ Nº 04.169.893/0001-54, com sede na Cidade de Irani -SC”. O reconhecimento de utilidade pública da Fundação Contestado foi importante e necessário, porque legalmente as associações e fundações precisam ter essa condição para realizar convênios com o poder público e receber benefícios. Vicente Telles falou sobre legalização da Fundação em reunião registrada em 13 de dezembro de 2000.

A Fundação Memória Viva do Contestado, Região do Irani, já legalizada perante a legislação vigente, portanto, devem ser tomadas ações a nível de município para que o projeto referente ao Sítio Histórico do Contestado, som, luz e se possível imagem, se aprimore, no que tange a integralidade cultural e ecológica, e participação comunitária. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2000).

O Art. 5º do Código Civil⁶⁷ estabelece as normas para a declaração de utilidade pública e são muitos os setores que podem ser abrangidos, incluindo a área de preservação dos patrimônios históricos. Em nossa análise, a Fundação que pesquisamos nesse trabalho, está em conformidade com o que está descrito na letra K do Art. 5º.

⁶³ Fonte: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-09/dimas-ramalho-receber-verba-publica-fundacao-prestar-contas>. Consulta em 20/06/2022

⁶⁴ Fonte: <https://www.diretorio brasil.net/empresa/?id=04169893000154>. Consulta em 13/09/2021.

⁶⁵ CNPJ é a sigla usada no Brasil para: Certidão Nacional de Pessoas Jurídicas.

⁶⁶ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4604/leis-de-irani?q=n%C2%BA+1169+> Consulta em 14/09/2021.

⁶⁷ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm. Consulta em 14/09/2021.

k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;

O estatuto da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani foi instituído por escritura pública e registrada em cartório no dia 24 de novembro de 2000. O documento possui nove (09) capítulos e trinta e quatro (34) Artigos. A ata da reunião do dia 10 de junho de 2000 assinada por 12 pessoas aprovou o estatuto e o inteiro teor do estatuto da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani está incluído nos anexos deste trabalho.

Reunido o conselho Curador em Irani-SC, dez de junho de dois mil, o senhor Vicente Telles e a senhora Dolores Paulina Telles precisaram se ausentar, por motivos pessoais, antes do encerramento da Ata, mas aceitaram fazer parte dos instituidores da fundação e aprovaram o estatuto. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2000).

O Art. 3º do estatuto trata da finalidade a que se destina a Fundação e assim está escrito: “A Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani tem como finalidade a promoção da cultura, notadamente os acontecimentos históricos ligados a guerra do Contestado”. O Art. 4º do estatuto mostra as formas que a Fundação possuía para obter recursos e realizar os trabalhos que seriam possíveis de serem feitos pelos membros.

A Fundação pode celebrar convênios, contratos e outros acordos com pessoas físicas e jurídicas, desde que devidamente autorizada pelo órgão de controle, o Ministério Público de Santa Catarina. A Fundação pode realizar programas educacionais, conceder bolsas, prêmios ou ajuda de custo e desenvolver programas culturais junto à comunidade de Irani e região.

As análises das atas mostram também que o trabalho dos membros não se limitava somente ao município de Irani e notavelmente as palestras de Vicente Telles possuíam um alcance regional. Os registros também apontam que a prefeitura do município de Irani celebrou convênios com a Fundação Contestado e que havia a participação dos prefeitos municipais nas reuniões, conforme ata do dia 19 de abril de 2002:

O prefeito coloca que provavelmente na semana que vem acertará o convênio da prefeitura com a Fundação, acertando as duas parcelas que estão atrasadas. O presidente da Fundação sr. Hans Lauer mann questiona a respeito de uma previsão de orçamento de despesas referentes aos trabalhos da Fundação. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2002).

O Art. 25º trata da possibilidade da extinção da Fundação e afirma que a Fundação extinguir-se-á por deliberação do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, aprovada pela

maioria de seus integrantes quando se verificar: “I – a impossibilidade ou inutilidade de sua manutenção; II – nocividade e ilicitude de seu objeto”.

Conforme os fragmentos do estatuto que apresentamos, o objetivo principal da Fundação Contestado era a promoção da cultura, ligada aos eventos da Guerra do Contestado (1912-1916) e essa finalidade foi realizada com a seção do direito de uso do Sítio Histórico para a Fundação Contestado no ano 2000 e esse período inicial dos anos 2001 e 2002 foi promissor para a Fundação Contestado, com o início das obras do vultoso projeto de construções do que seria o Parque Temático do Contestado, porém o projeto não se concretizou.

Desde as primeiras reuniões da Fundação Contestado no ano 2000, as discussões já tratavam de construções e criação de estruturas para recepcionar turistas. Os primeiros registros trazem as informações de que havia a intenção de construir um espaço de memória, recepção de turistas com sanitários, estacionamento, loja para vendas e lembranças/souvenires. Em algumas reuniões também era discutida a instalação de um portal de entrada na cidade de Irani, na rodovia e nas proximidades do Sítio Histórico. Os registros apontam que haviam constantes discussões sobre a ideia de construir novas obras no Sítio Histórico do Irani e que a busca de recursos teria que ser iniciada, levando a ideia para os governos, conforme visualizamos em reunião registrada em 18 de maio de 2001.

O dr Hans no dia de amanhã (dezenove de maio) levará o projeto ao governador para apresentá-lo ao mesmo, ficou definido então providenciar a maquete e então pretende iniciar as obras com os portais, aterro, lago. O senhor Vicente Telles solicitou ao prefeito municipal um local para receber turistas. A ideia é que seja construído logo um anfiteatro. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2001).

As reuniões da Fundação, que no período inicial nos anos 2000 e 2001 foram constantes, vão diminuindo e no ano de 2010 nenhuma ata foi registrada. Os registros terminam em 2012, o que não significa que a Fundação não estivesse atuante, considerando que apenas no ano de 2021 ela foi oficialmente extinta pelo poder judiciário.

Mostraremos na sequência do trabalho, que o processo de extinção da Fundação Contestado pedido pelo MPSC em 2015 informou nas peças iniciais ao judiciário, que desde o ano 2006 a Fundação Contestado não submetia suas contas ao órgão. De fato, nas palavras do próprio Vicente Telles, transcritas em 2016, a Fundação Contestado enfrentava dificuldades e havia o interesse e passar o patrimônio do Sítio Histórico de Irani para outra instituição com condições de assumir a gestão do Sítio Histórico e assim continuassem os projetos e obras de manutenção do lugar de memória, conforme o depoimento de Vicente Telles para Pereira (2016, p. 139).

Com o advento da Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó, surgiu uma nova luz no caminho: a de ela assumir, incorporando o patrimônio da fundação ao seu. Isso porque, uma vez desativada, há amparo estatutário para essa providência. Com a crise política reinando nacionalmente voltou tudo à estaca zero, não impedindo, porém, que essa iniciativa possa ocorrer no futuro.

As Fundações são reguladas pelos ministérios públicos – MP dos locais em que são registradas, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização das atividades realizadas bem como são necessárias por parte das fundações as submissões anuais ao MP das contas e projetos para aprovação ou rejeição. Em 2015, o Ministério Público de Santa Catarina-MPSC protocolou uma ação civil pública no poder judiciário de Santa Catarina, comarca de Concórdia, solicitando a extinção da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani.

A Ação Civil Pública e posterior Processo Civil tramitou sob número 08.2015.00201480-0⁶⁸. A alegação inicial do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC, 2015) foi que “A Fundação Contestado, através de seus representantes não efetuaram prestações de contas desde o ano de 2006 e que se verificava era a inatividade da Fundação, não cumprindo dessa forma sua finalidade social”.

O procedimento foi recebido na justiça e tramitou por cinco (05) anos, chegando ao seu fim em 2020, com a decretação da extinção da Fundação Contestado. Outra medida que a justiça decretou em Mandados Judiciais vinculados à ação civil pública foi a destinação dos patrimônios da Fundação, formado por um veículo e dois terrenos sem benfeitorias. Os patrimônios que faziam parte da Fundação Contestado, um veículo, um terreno rural de 41.000 metros quadrados e um terreno rural de 277.031,35 metros quadrados, foram avaliados em 248.000 reais. A sentença que encerrou o processo destinou ao município de Irani o terreno de 41.000 m² (terreno onde se localiza o cemitério e o museu), o terreno de 277.03,35 m² para a União e um veículo para o estado.

O procedimento judicial iniciado na Comarca de Concórdia⁶⁹ foi longo. Os procedimentos judiciais obedecem ao rito legal, são várias audiências, coleta de prova, audições de testemunhas de acusação e da defesa, somada a isso, existem os recursos, petições e encaminhamentos para a Procuradoria do MPSC e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Durante o período em que a Ação Civil tramitou, nenhuma entidade cultural manifestou oficialmente o interesse em assumir o patrimônio da Fundação Contestado em Irani.

⁶⁸ A íntegra da Ação Civil Pública 08.2015.00201480-0 pode ser acessada pelo LINK, no anexo.

⁶⁹ A Comarca de Concórdia é formada, além da cidade sede, pelos municípios de Irani, Peritiba, Presidente Castelo Branco e Alto Bela Vista. Fonte: <https://mpsc.mp.br/noticias/municipios-da-comarca-de-concordia-ajustam-sites-para-dar-transparencias-a-compras-emergenciais>. Consulta em: 15/09/2021.

Na legislação brasileira, especificamente na lei orgânica do Ministério Público⁷⁰ está previsto que o órgão é titular (responsável) pela autoria de denúncias junto ao poder judiciário, para a abertura de ações penais nos casos de crimes comuns e de ações civis públicas para situações em que cabem providências para decisões administrativas. Ao ter conhecimento de demandas judiciais o Ministério Público, quer sejam por própria constatação dos promotores, por denúncias diretas de pessoas do povo ou pela chegada ao órgão de inquéritos policiais, oferece a denúncia ao poder judiciário, que diferentemente do MP, precisa ser provocado para abrir as ações.

Em 31 de julho de 2015 o MPSC, órgão que detém a prerrogativa constitucional de proposição de ações civis públicas e de promover denúncias, protocolou o pedido de extinção da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, elencando os motivos do pedido e a legalidade que sustentava o pedido. O MPSC trouxe a jurisprudência e os Art. do Código Civil que definem o funcionamento das Fundações, incluindo na sua fundamentação os Artigos que apresentam as possibilidades de extinção constantes no próprio estatuto da Fundação, a sustentação legal apresentada pelo Ministério Público para o poder judiciário Comarca de Concórdia sob a identificação SIG 08.2015.00201480-0.

A ação civil pública que analisamos foi aceita e passou a ser identificada pelos Autos Judiciais nº 0900233-47.2015.8.24.0019 no ano de 2015 e pela natureza da Fundação Contestado, tramitou na Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Concórdia. Em 1º de abril de 2019 a juíza responsável pelo processo proferiu a sentença, concordando com o pedido de extinção da Fundação Contestado, feito pelo Ministério Público, comarca de Concórdia. Na decisão, a juíza também determinou que o patrimônio da Fundação Contestado fosse incorporado ao patrimônio da União no caso de imóveis rurais e que um veículo fosse incorporado pelo estado de Santa Catarina. Dispomos o final da sentença judicial, que está na íntegra nos anexos.

Em 05 de agosto de 2019 a decisão judicial foi aceita apenas em parte, pelo representante legal da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani e da cidade de Irani, na pessoa do procurador do município, advogado Raul Lennon Matos Nogueira. O advogado concordou com os termos da extinção da Fundação, mas apelou por causa da sentença judicial sobre a destinação dos bens para a União, requerendo a reforma da sentença e que o patrimônio fosse destinado ao município de Irani.

⁷⁰ Lei nº 8.625 de fevereiro de 1993. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18625.htm. Consulta em 20/09/2021.

O advogado fundamentou sua petição, em parte, citando a Lei municipal de Irani de nº 1051 de 21 de março de 2001, que destinou o imóvel de 41.000 metros quadrados para a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani (Lei já citada nesse trabalho). O Art. 3º da Lei diz que “O imóvel doado, retornará ao patrimônio do município, se deixar de ser utilizado aos fins que deram origem à doação”. Além do Art. da Lei prevendo o retorno do imóvel ao município de Irani, outra argumentação do defensor foi que a natureza do imóvel já era pública quando foi doado para a Fundação.

O próprio Ministério Público também não se conformou com a decisão judicial e apelou, argumentando que parte do patrimônio deveria ser destinado ao município de Irani. O MPSC informou que diligências foram feitas no Sítio Histórico e que

O lugar onde estão o Museu do Contestado, o Cemitério do Contestado e arredores, estavam sendo mantidos pela prefeitura, portando, com a extinção da Fundação Contestado, o município poderia continuar a manutenção e deveria ser a destinatária desse patrimônio, cabendo a União uma outra parte do terreno, que não estava incluída nos efeitos da lei municipal 1051/2001.

O processo seguiu para as instâncias superiores da justiça e em 14 de maio de 2020 o voto do desembargador Hélio do Valle Pereira, também reconhecendo e citando o inteiro teor da Lei municipal de Irani nº 1051/2001, reconhece o direito de retorno do imóvel de 41.000 metros quadrados (local onde está o Museu e o Cemitério) para o município de Irani.

Ao final da ação civil pública foi emitido um mandado judicial autorizando a atualização da escritura pública do terreno de 41.000 metros quadrados situado às margens do quilometro 64 da Rodovia Federal BR153. O mandado de número 310011753320 destinou para a prefeitura municipal de Irani o terreno onde se encontram o Museu e o Cemitério do Contestado.

Objeto: averbação de sentença de Ação Civil Pública, prolatada em 01/04/2019 com trânsito em julgado em 22/07/2020, com transferência de propriedade imobiliária ao município de Irani, CNPJ Nº 82.939.455/0001-31, consoante adiante descrito. Descrição da transferência; parte dos lotes 31,32, 33 situado na Fazenda Irani, Irani/SC, com área de 41.000.00 m (quarenta e um mil metros quadrados), sem benfeitorias.

O restante das terras do Sítio Histórico de Irani foi destinado à União, através do mandado judicial nº 310011754887, que diz:

Objeto: averbação de sentença de Ação Civil Pública, prolatada em 01/04/2019 com trânsito em julgado em 22/07/2020, com transferência de propriedade imobiliária a União, CNPJ Nº 26.994.558/0001-23, consoante adiante descrito. Descrição da transferência: uma área de terras, situada na Fazenda Criciúma com 277.031,35 m (duzentos e setenta e sete mil e trinta e um metros e trinta e cinco centímetros).

Dessa forma, no ano 2020, a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, criada no ano 2000 por escritura pública em nome de Vicente Telles, foi extinta. Diante da ausência de outra fundação congênere para assumir o patrimônio constituído pela Fundação, este passou para a administração da prefeitura municipal de Irani e para a União.

Essa decisão permite que a prefeitura administre o Sítio Histórico até que outra Fundação ou entidade cultural afim manifeste interesse e eventualmente venha assumir a manutenção do Sítio. No entanto, vemos que a decisão judicial pode não ter sido o final definitivo das discussões judiciais, porque o terreno de 277 mil m² que foi destinado para a União abriga a Cova dos 21, o Local do Combate e a Sepultura do Monge José Maria. Na prática a área territorial do Sítio encontra-se dividida e questões podem surgir. No entanto, a municipalidade mantém os cuidados de todo o espaço e atualmente o Sítio pode ser visitado normalmente.

Apesar de ter sido extinta no ano 2020, a Fundação Contestado realizou vários eventos e influenciou o estudo do Contestado e a valorização da memória da Batalha do Irani de 22 de outubro de 1912, durante 20 anos. Já demonstramos a legislação sobre o Contestado, criada na cidade nesse período e eventos de grande porte foram realizados junto ao Monumento do Contestado.

Nos anos 2001 e 2002, a Fundação Contestado recebeu verbas públicas estaduais e, com apoio do município de Irani, iniciou as obras de uma construção que, se fosse concluída, seria um anfiteatro, um local para a realização de espetáculos construído junto a um grande lago, onde inclusive, também fazendo parte do conjunto arquitetônico, chegou a ser construída uma arquibancada para abrigar o público que ficaria em frente ao lago e ao teatro. Essas estruturas faziam parte de um projeto muito maior chamado Parque Temático do Contestado. Na sequência desse trabalho vamos mostrar o que seria o Parque Temático do Contestado na sua totalidade, mostrando o desenho do conjunto das construções do projeto arquitetônico do Parque. Esse material que analisamos neste trabalho foi fornecido para a pesquisa pelo seu autor, o arquiteto Ires Lopez da Silva.

Durante a pesquisa, encontramos textos de autoria e citações ao nome do engenheiro Ires Lopez da Silva. As informações eram de que ele morava em Xanxerê, mas que atuou em Irani na condição de servidor público estadual, lotado no DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina. Mantivemos contato com o engenheiro que, já octogenário, está aposentado do serviço público estadual, mas continua produzindo obras intelectuais, lendo, fazendo cursos e escrevendo textos autorais sobre arquitetura e filosofia. O arquiteto permitiu

o acesso e publicação do projeto do Parque Temático do Contestado, um dos materiais que fazem parte de seu acervo pessoal. Esse tipo específico de arquivo que acessamos, conhecido por acervo pessoal, é assim definido por Vidal (2007, p. 4): “Este termo poderia ser definido como o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica”.

Constatamos que, além de ser o profissional que projetou o Parque Temático do Contestado, Ires Lopez é um conhecedor da trajetória de Vicente Telles e do Contestado, notavelmente das questões do messianismo e do monge José Maria. Ires Lopez participou da Fundação Contestado e integrou uma ordem de estudos históricos/filosóficos que fazia parte da Fundação, mas que possuía um regimento próprio, identificado pela sigla OCEESS (Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião). Do seu acervo pessoal, recebemos as cópias do projeto arquitetônico do Parque Temático do Contestado, tema do próximo subtítulo deste trabalho.

5.2 O PROJETO DO PARQUE TEMÁTICO DO CONTESTADO (2001-2002)

Neste subtítulo apresentamos fontes e escrevemos, mostrando o projeto que previa um conjunto de construções no espaço já ocupado pelo Sítio Histórico de Irani e, se a ideia tivesse se concretizado, teriam aumentando os patrimônios para visitação ao lugar de memória. São muitas as referências que encontramos falando do Parque, que seria implantado junto ao Sítio Histórico de Irani. Na contracapa da obra organizada por Vicente Telles, *Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado – História em Música*, foi incluída uma maquete do Parque e textos explicando o projeto, em relação à infraestrutura e ao sentido histórico/simbólico.

Os desenhos dos projetos arquitetônicos do Parque Temático do Contestado que analisamos são datados em 2001 e 2002. Porém, em 2001 já havia uma Lei municipal de número 1097/2001⁷¹ autorizando o município a destinar recursos para a infraestrutura do Sítio, a fim de implantar o Parque Temático em Irani. Na análise que propomos para este subcapítulo, temos a percepção de chegarmos em um dos claros objetivos desta dissertação, porque analisamos os fatores patrimoniais, sociais e políticos que influenciaram para que a cidade de Irani, já sendo um lugar de batalha, também se tornasse um lugar de memória. Na análise e descrição do projeto do Parque Temático do Contestado e do período em que foi ele foi projetado, podemos

⁷¹ Disponível em; <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/110/1097/lei-ordinaria-n-1097-2001-autoriza-realizar-despesas-na-implantacao-do-parque-tematico-do-contestado?q=1097>. Consulta em 04/03/2022.

fazer um exercício de divisão e expor no texto o que eram os fatores patrimoniais, sociais e políticos que motivaram sua concepção e que apontamos.

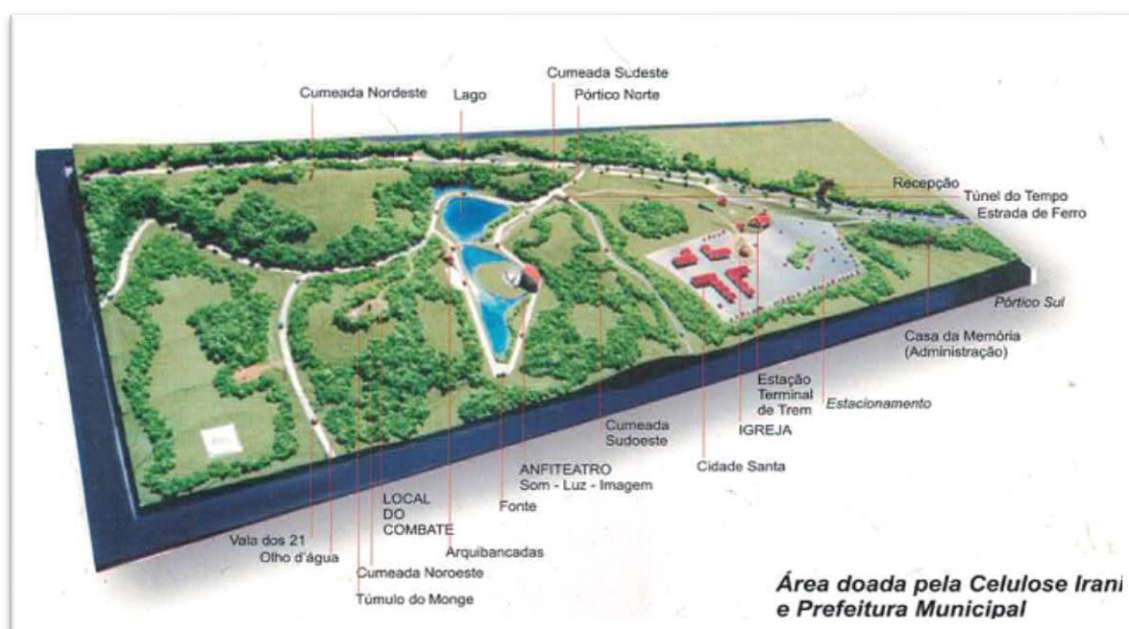
O valor patrimonial é evidente até pelo apontado no nome do projeto, porque seriam construídas estruturas para lembrar da Batalha do Irani, o monge José Maria e a Guerra do Contestado (1912-1916), essas construções se somariam aos patrimônios já existentes/construídos. O oferecimento de novos patrimônios no Sítio Histórico, somados a uma subsequente e provável divulgação que já estava acontecendo a nível regional, poderia atrair mais visitantes/turistas para a contemplação, aumentando a visibilidade do lugar e, talvez, impulsionado a discussão sobre o Contestado. No entanto, dois fatores poderiam ser problematizados em uma sequência da pesquisa: a questão de limitação social de acesso a um local com cobrança de ingressos e as possíveis alterações ambientais que um grande projeto estrutural poderia causar na área que é demarcada como uma das nascentes do Rio do Engano.

Analizamos que a importância social representada pelo projeto é que ele foi pensado por pessoas ligadas à Fundação Contestado, Fundação que pode ter sido criada no ano 2000, principalmente para viabilizar implantação do Parque temático, sendo o próprio folclorista Vicente Telles o principal divulgador. Portanto, a idealização do projeto surge no interior da organização, na própria cidade de Irani. A ideia surgida na Fundação Contestado ganha forma nas pranchetas do arquiteto do DEINFRA-SC, Ires Lopez da Silva. Dessa forma, a ideia surgida em uma organização social com atuação cultural, alcança a esfera governamental a nível estadual. Portanto, vemos nesse exemplo que uma sociedade civil organizada pode influenciar as esferas do poder e obter, com isso, melhorias em suas organizações.

Um projeto patrimonial/cultural de grande porte e custo necessita da destinação e aporte de financiamento público, dificilmente uma fundação ou associação cultural teria outra forma de construir grandes estruturas, utilizando apenas recursos privados. O projeto do Parque Temático foi desenhado no segundo mandato do Governador Esperidião Amim (1999-2002), que já havia aportado recursos públicos na construção do monumento Mãos de Cimento no seu primeiro mandato governado de Santa Catarina (1983-1986) e assumiu um discurso de que a criação da identidade do típico catarinense passava pelo resgate da história do povo que habitava o Contestado e que foi despojado na Guerra do Contestado. Nos seus mandatos Esperidião Amim autorizou obras em comunidades indígenas e são vários os registros mostrando sua presença em Irani. Evidente que o político oriundo do litoral catarinense encontrou nessas searas que envolvem as questões indígenas e nas marcas deixadas pela Guerra Sertaneja do Contestado, uma forma de projeção política na região Oeste de Santa Catarina.

As estruturas do Projeto seriam construídas no terreno da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, terreno que havia sido doado para a Fundação Contestado por meio de cessão de terras feitas por Vicente Telles, pela prefeitura municipal e por uma empresa privada chamada Celulose Irani. O apoio financeiro era dos governos estadual e municipal e, ao que parece, com as trocas de administrações nos dois níveis, o aporte no financiamento para a conclusão das obras não aconteceu. Das obras planejadas, apenas a estrutura do anfiteatro foi iniciada e não foi concluída, tornando-se uma obra inacabada⁷² que consumiu recursos públicos. As construções previstas para o Parque Temático formariam um conjunto de atrações lembrando temas da Guerra do Contestado e o lugar receberia melhorias na estrutura de recepção de visitantes. Várias eram as construções previstas no projeto, sendo:

Figura 19 – Maquete do Parque Temático do Contestado



Fonte: Contracapa do livro Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado – 2002.

- Um Anfiteatro para apresentações de som e imagem. O espaço do teatro era rodeado por lagos e possuía uma arquibancada para o público;

⁷² A Lei Estadual número 17.798/1917 afirma que: Art. 1º É obrigatória a colocação de placa em obra pública estadual paralisada, contendo, de forma resumida, exposição dos motivos de sua interrupção. Parágrafo único. Considerar-se-á obra paralisada, para os efeitos desta Lei, aquela com atividades interrompidas por mais de 90 dias.

Fonte: [diashttp://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17192_2017_Lei.html#:~:text=Art.,de%2090%20\(noventa\)%20dias](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17192_2017_Lei.html#:~:text=Art.,de%2090%20(noventa)%20dias). Consulta em 22/06/2022.

- Uma Casa de Memória, com auditório e espaços administrativos;
- 24 Casas que formavam a Cidade Santa;
- Uma Igreja (capela do monge);
- Uma estação de trem com passeio por uma estrada de ferro;
- Coberturas nos demais locais de visitação do Sítio;
- Estacionamento.

O projeto do Parque Temático aponta que as obras da Casa da Memória, a Cidade Santa, a Capela do Monge e a estação de trem seriam construídas próximas umas das outras às margens da Rodovia Federal. A única exceção é o anfiteatro que foi construído em um terreno afastado das demais obras do projeto. No ano 2000, a criação da Fundação Contestado coincide com a chegada de verbas estaduais para a implantação do Parque Temático do Contestado e pelas Leituras das atas percebemos que o principal motivo para a criação da Fundação foi a necessidade de legalidade, para que as verbas públicas para as construções fossem liberadas. Um registro em Ata do dia 28 de julho de 2000 afirma que

Na prefeitura municipal de Irani, reuniram-se os membros instituidores da Fundação Memória Viva do Contestado da Região do Irani, o senhor Vicente Telles, vice-presidente da mesma e também os membros instituidores: Jamir Grissa, Carmem Bortoli, Ismael Ferreira da Silva, Rosalina RS Vargas, com o objetivo de discutir sobre como andam os trabalhos. Pois assim que a fundação for registrada, será realizado o levantamento aritmético do terreno em seguida o Dr. Ires fará o projeto e com certeza sairá a primeira verba. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2000).

Com apoio da Prefeitura da cidade de Irani, a Fundação Contestado inicia as obras do Parque Temático do Contestado entre 2001 e 2002, no entanto, o valor recebido foi suficiente para iniciar apenas uma grande obra. Foram construídas parcialmente as estruturas de um anfiteatro e mesmo essa construção não foi concluída. Na atualidade, o anfiteatro encontra-se em ruínas (aparentemente). Pelas leituras das atas de reuniões da Fundação Contestado é possível saber diferentes dados a respeito do início da construção do Anfiteatro e do empenho que havia para que o todo do projeto do Parque Temático do Contestado fosse possível, inclusive com a busca de recursos a nível federal, conforme vemos na leitura da Ata da reunião ocorrida em 22 de agosto de 2002.

O senhor Vicente Telles coloca que para a licitação das obras do parque temático (anfiteatro), participaram 06 empresas, vencendo Kerber Construções e empreendimentos LTDA – União da Vitória. Foi realizada prestação de contas, sendo que nessa data a obra do anfiteatro fica orçada em 149.813,34 Reais. O senhor Jamir também coloca a respeito da viagem a Brasília onde apresentou-se o projeto de todo

o parque, o qual a grande probabilidade de acontecer. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2002).

Durante o ano de 2003 foi rompido o contato com a empresa Kerber e a construção do anfiteatro passou a ser realizada pela empresa Project-Concórdia, sendo que em 2004 foi realizada a cobertura do anfiteatro. Os registros das atas mostram que a partir do ano 2005 não houveram avanços nas construções e que os membros procuravam alternativas para a continuidade dos trabalhos culturais. As discussões entre os membros da Fundação Contestado falavam sobre a paralização das obras do anfiteatro e havia discussões sugerindo a possibilidade de transferência do museu para algum lugar na área central da cidade de Irani, se assim a administração providenciasse um espaço. Assim ficou registrado na segunda reunião no ano de 2005:

Em relação a exposição na feira de 27 a 29/05, a Fundação abre mão, haja visto as condições da obra do parque temático estar parada. Foi discutido a respeito do museu, local para colocá-lo, de repente, no centro da cidade. Nada digo, ficou decidido que o prefeito municipal será convidado para uma reunião, onde repassaremos as questões em debate. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2005).

As discussões sobre o andamento das obras nos anos seguintes foram frequentes e os registros apontam novos números, ou recursos financeiros necessários para finalizar completamente as obras de todo o projeto do anfiteatro. Registros de 2007 apontam que havia conversas sobre a busca de recursos e a importância para toda a região, representada pela construção temática em Irani com seu potencial turístico/cultural.

Coloca o prefeito que reuniram-se com um técnico da fundação sendo realizado um novo orçamento, que a partir deste conseguiremos terminar todo o projeto, um valor em torno de oitocentos e cinquenta mil reais. O prefeito coloca que todos os encaminhamentos estão sendo feitos. O sr. Vicente Telles reforça que tem que ter um orçamento forte, enfatizando que a questão cultural globalizará toda a região, beneficiando diversos municípios. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2007).

Apesar de as conversas registradas citarem o “todo do projeto” e o valor ser bem mais elevado em relação ao primeiro número apresentado, parece claro que não se referiam ao conjunto de obras previstas no projeto e sim, apenas as obras do anfiteatro luz, som e imagem. Pelas discussões é possível entender que a grande diferença de orçamento para o término das obras se refere aos complementos necessários, a construção dos acessos e a aquisição dos mobiliários para a parte interna do anfiteatro. Os registros acabam confirmando nossa impressão inicial, que a formação dos patrimônios históricos em Irani aconteceu em ciclos, de tempos em tempos, conforme a conjuntura política/social. Em entrevista para Pereira (2016, p.

139) assim falou o Folclorista Vicente Telles sobre as suas esperanças depositadas na idealização e construção do Parque Temático:

A ideia era a implantação de um Parque Temático do Contestado, com áreas privilegiadas e espaços para espetáculos artísticos e culturais de toda a região. Tem até arquibancada natural. Quando o tema do Contestado estava em efervescência, veio para cá o Dr. Ires Lopez da Silva, um arquiteto fantástico. Mora em Xanxerê, mas veio por indicação do governador Amin. Começamos a obra ainda em seu governo.

Em 2002 foi lançada a obra “Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado”, formada por um livro com diversos artigos organizados por Vicente Telles e um CD com 09 músicas autorais de Vicente Telles, seu filho e convidados. Os autores apresentam a história cantando sobre a Guerra Contestado, seus personagens e eventos. Na contracapa do livro junto com a maquete do Parque Temático tem um texto explicando o conjunto da obra. O texto é de autoria do arquiteto Ires Lopez da Silva (2002), que assim escreveu na obra Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado:

O projeto arquitetônico do Parque Temático do Contestado levou em conta em sua concepção, não somente a composição plástica espacial, que em si delineia a obra, mas, para além dela, o espaço espiritual que sempre cercou o povo destas paragens, num marco indelével, no traço de sua história. É um projeto com cunho histórico, já que se baseia na epopeia do Contestado, mas não se atém somente a ela, pois estas mesmas lutas têm se repetido de tempos em tempos no decorrer da história. É ainda um projeto simbólico, já que as formas espaciais propostas foram concebidas de maneira a simbolizar, tanto a epopeia vivida por esse povo, na sua luta por justiça social, quanto nele, em si, o caboclo, puro, simples e valente; mas a sua espiritualidade.

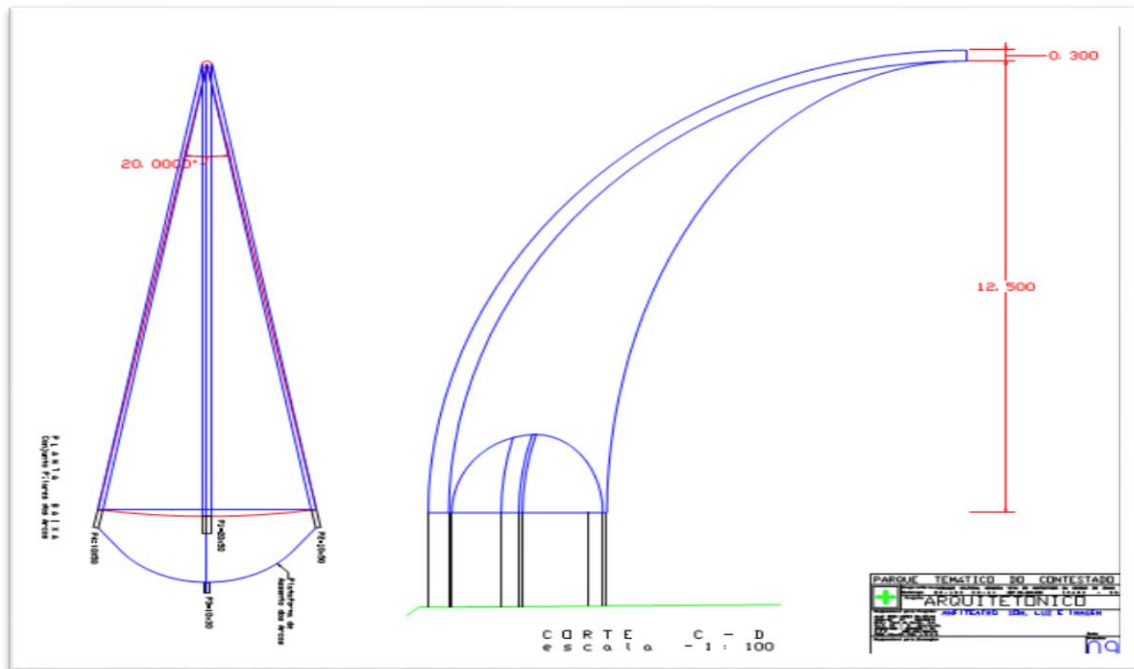
No acervo pessoal do arquiteto Ires Lopes da Silva, além dos projetos do Parque Temático do Contestado, estão os arquivos de vários outros projetos que tinham o objetivo de criar estruturas públicas. Conforme já citamos, o arquiteto trabalhava no DEINFRA-SC, agência regional de Xanxerê e realizou a pedido do governo do estado projetos de infraestrutura na região Oeste, entre eles encontramos um projeto que sabemos que foi concretizado, saindo do papel ou da ideia para a construção, inauguração e utilização pelo público alvo. O arquiteto desenhou as estruturas da escola, do ginásio e do centro de convivência construído na Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó, integrante do município de Ipuacú, no mesmo período que coincidiu com o segundo mandato do governador Esperidião Amim, no qual também foi iniciado o Projeto do Parque Temático do Contestado. O arquiteto informou que projetou o Parque Temático em Irani, a pedido da Fundação Contestado e do Governo do estado, sendo que ao final encaminhou o resultado ao governo municipal de Irani e ao estado.

Utilizaremos algumas das cópias dos projetos, os originais estão no acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva foram feitas muitas cópias e nem todas possuem as legendas

visíveis para descrever as construções e algumas são formadas por desenhos, especificações e medidas técnicas descrevendo as dimensões e quantidades de materiais, algumas nada acrescentariam para o trabalho, dessa forma incluímos apenas aquelas figuras que nos permitem uma razoável visualização. Os projetos são grandes, alguns não são possíveis de reproduzir por inteiro e incluímos apenas partes.

Iniciaremos nossa análise mostrando parte do projeto do anfiteatro, nessa reprodução é possível visualizar as formas laterais e o centro da construção, onde no centro mais elevado seria incluído uma coroa. As estruturas do anfiteatro chegaram a ser iniciadas e essa é única planta projetada que chegou a se materializar e da qual, além dos desenhos do projeto, temos registros fotográficos atualizados da construção. O ambiente que se destinava para a realização de espetáculos foi construído junto a um espaço amplo com cobertura de gramas, na frente do gramado tem um grande lago, que fica entre as estruturas em alvenaria do teatro e uma arquibancada de cimento. A construção foi feita nas proximidades da BR 153, em meio à mata e atualmente está abandonada, mas ainda é possível visualizar as suas formas, que são arredondadas, havia uma simbologia na construção que se complementava com a forma do terreno e do lago que a rodeavam. O anfiteatro foi construído em um terreno em meio a um lago, localizado a uma distância aproximada de 500 metros do Museu José Maria e do Cemitério do Contestado. Um arquiteto mediu a ilha e a construção e afirma que “O terreno da ilha artificial mede em torno de 2000 mil metros quadrados, enquanto a construção do anfiteatro mede 642 metros quadrados”. (GAZZONI, 2019).

Figura 20 – Projeto do anfiteatro, parte do desenho dos arcos e a estrutura central

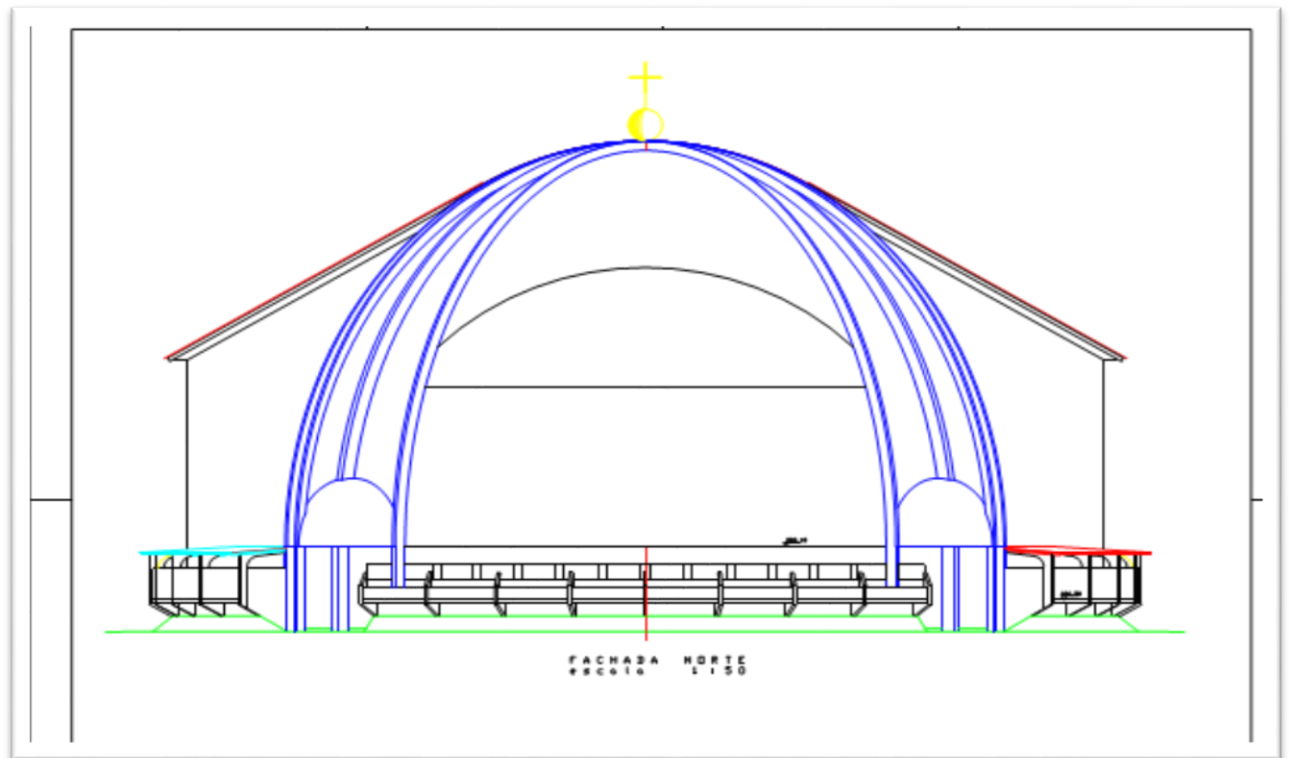


Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

Na parte superior do telhado do anfiteatro havia uma coroa e o projeto traz informações com os dados técnicos das obras e reproduzimos a legenda da coroa e da estrutura do anfiteatro, escrita por Ires Lopes da Silva (2002):

A coroa é formada por 4 conjuntos, cada qual com 4 pilares (P1, P2, P3 e P4), dos quais partem 4 arcos que se encontram no topo. Do pilar P1 parte o arco central com raio interno de 12,50m centro de nível de sua base; sua espessura foi prevista com 20cm. Dos pilares P2 e P4 partem o 2º e 3º arcos com os mesmos raios do 1º, sendo, porém, sua espessura prevista pra 10cm. Esses primeiros três arcos são unidos entre si em suas bases por chapa de ferro podendo, podendo a mesma ser perfurada nos conjuntos sobre as arquibancadas e maciças nos do palco. O 4º arco parte do P3 mais afastado do centro que os demais, tendo sido concebido como um contraforte par dar maior rigidez ao conjunto que aparenta assim uma forma de espinho ou dente de sabre e tem seu raio interno de 14,20cm e o externo de 14,50cm, ambos com o mesmo centro 1,92 abaixo do nível de sua base. Esse arco é unido ao 1º por meio de treliças de ferro, de modo que assegure a rigidez do conjunto.

Figura 21 – Fachada do Anfiteatro



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

O anfiteatro foi parcialmente construído e não chegou a ser inaugurado. Escolhemos incluir no trabalho a foto a seguir, porque ela permite a visualização de todo o conjunto do espaço destinado ao anfiteatro e arredores. A foto foi feita a partir do alto da arquibancada de concreto localizada na frente do lago. Da arquibancada, que parece ainda estar em bom estado de conservação, é possível perceber que existe uma harmonia entre o lago, o terreno gramado e a construção. Do alto dos degraus da arquibancada tem-se a impressão de que as estruturas do anfiteatro estão fundadas em uma ilha e, de fato, ao fundo da imagem, entre a construção e a mata existe um pequeno fluxo de água, separando o terreno de uma estrada de chão que faz a ligação com a Rodovia BR153. Abaixo a reprodução da fachada do prédio, segundo a concepção do projeto arquitetônico e na sequência as ruínas na atualidade:

Figura 22 – Estruturas do anfiteatro construídas no Sítio Histórico de Irani



Fonte: arquivo do autor, em 17 de dezembro de 2020.

Não possuímos uma reprodução do conjunto do projeto do anfiteatro e áreas adjuntas que permitisse uma visualização da obra finalizada, porque ele é formado em várias partes, dessa forma acrescentamos os dados que foram possíveis visualizar no projeto, no corpo do texto. O amplo terreno com gramado, na frente da construção é plano e o projeto previa um palco cênico externo ao centro do gramado e em ambas as laterais do terreno haviam espaços para esperas, o terreno possui uma área que em nossa avaliação poderia abrigar um razoável número de pessoas. Conforme o projeto, a parte frontal do anfiteatro possui quatro (04) pilares no chão, com arcos de metal que se elevam e se unem no centro do telhado, em uma altura de doze metros e meio (12.500) e no topo do conjunto haveria uma esfera de metal, uma coroa, que no projeto é o detalhe em vermelho no topo da construção. Na parte de alvenaria da construção o projeto previa que seriam construídos um palco elevado para as apresentações, vestiários femininos, vestiários masculinos, camarins coletivos e individuais e também sanitários.

São vários detalhes no projeto que nos chamam a atenção, entre eles o acesso da cavalaria: haviam entradas laterais localizado nos fundos do anfiteatro no sentido sul, essa estrutura era para acesso dos cavaleiros e suas montarias. A construção de entrada para animais mostra que eles seriam usados nas encenações, por exemplo, de batalhas com a cavalaria e esse ponto do projeto é uma amostra da complexidade exigida para projetar um espaço de

espetáculos temáticos sobre a Guerra do Contestado. Na parte dos fundos do anfiteatro havia banheiros, vestiários e camarins para ambos os sexos, o que também reforça a ideia se preparava um espaço para muitas pessoas e atividades, no entanto, ao final e apesar de verificarmos que houveram investimentos públicos na obra, constatamos que atualmente a construção está abandonada e mesmo não possuindo nenhum conhecimento técnico, já é possível perceber deterioração do material e muitos sinais de depredação. O idealizador do projeto, Vicente Telles, falou sobre a construção iniciada em 2002 e posteriormente abandonada, e sua fala ficou registrada no livro *Contestado 100 anos – Memória, História e Patrimônio* (2013, p. 442):

Eis o anfiteatro, segundo a maquete. Uma ilha artificial cujas águas representam o cerco a Santa Maria pelos quatro pontos cardeais, dentro de um antigo banhado, esgotado para formar um lago. Vejam a depredação a que esse local está submetido. Os governos foram se sucedendo, alternando-se e esse belo projeto acabou abandonado, como só acontece no Brasil, o que um semeia, o outro joga sal para não nascer.

Conforme já afirmamos, a construção do anfiteatro que mostramos acima, foi a única iniciada e que fazia parte de um projeto bem maior, composto por várias outras estruturas, que não chegaram a ter suas obras iniciadas. Pela simbologia que representa para Irani e o estudo da Guerra, o projeto do Parque Temático do Contestado, parcialmente iniciado com a construção do Anfiteatro Som e Luz, cuja construção está abandonada e em ruínas, tem atraído pesquisadores, não apenas das áreas das ciências humanas, mas também de outras especialidades, como a arquitetura. Em 2019, o arquiteto Leonardo Gazzoni produziu um trabalho de conclusão de curso – TCC, com o título *Recuperação e reabilitação arquitetônicas do Anfiteatro de Imagem, Luz e Som de Irani/SC*, no curso de Arquitetura⁷³ e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus Xanxerê. O arquiteto explica sua pesquisa:

A principal questão de pesquisa se volta à ideia de como atuar na recuperação do patrimônio arquitetônico consolidado em Irani/SC, de forma a dar continuidade na sua proposta cultural. Como objetivo pretendemos desenvolver o anteprojeto arquitetônico de recuperação e reabilitação do Anfiteatro de Imagem, Luz e Som de Irani/SC, bem como de suas estruturas adjacentes, no intuito de reinserir a obra como locus turístico e artístico do Vale do Contestado, na sua função de símbolo à expressão legitimada do povo caboclo. Atribuem-se como procedimentos metodológicos adotados neste estudo, a pesquisa documental acerca da temática exposta com ênfase na história regional. (GAZZONI et al, 2019).

⁷³ O arquiteto Lúcio Costa 1902-1998 fez uma das definições da arquitetura: “Pode-se então definir arquitetura como construção concebida com a intenção de ordenar e organizar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa”. Fonte: <https://www.iabsp.org.br/oqueearquitetura.asp>. Consulta em 20/04/2022.

No trabalho de Gazzoni, foi contemplada apenas a estrutura do anfiteatro, onde, em formato de artigo, o autor apresentou uma proposta de revitalização do espaço e das estruturas já construídas do anfiteatro. O projeto abrange o todo do que já foi construído, incluindo o espaço das arquibancadas onde seriam acrescentadas estruturas comerciais e de entretenimento, que o arquiteto denominou de “espaço café” e uma ponte faria a ligação da arquibancada ao anfiteatro, atravessando o lago na parte frontal do anfiteatro. Na proposta arquitetônica seriam revitalizadas e aproveitadas as estruturas já construídas e criadas novas para acessibilidade, aproveitando os espaços já construídos no parque, como as estradas de chão e estacionamentos. Segundo o arquiteto (GAZONI, 2019),

Todas as intervenções propostas ao Anfiteatro de Imagem, Luz e Som de Irani dar-se-ão a partir da premissa primordial do projeto: obedecer ao contexto do projeto original, concebido como uma releitura da “Epopéia do Contestado”, exaltada na obra poética e musical do historiador e folclorista Vicente Telles, que durante toda sua vida lutou pela valorização de um sentimento acerca do Contestado e pela preservação da memória

Figura 23 – Projeto de revitalização do Anfiteatro



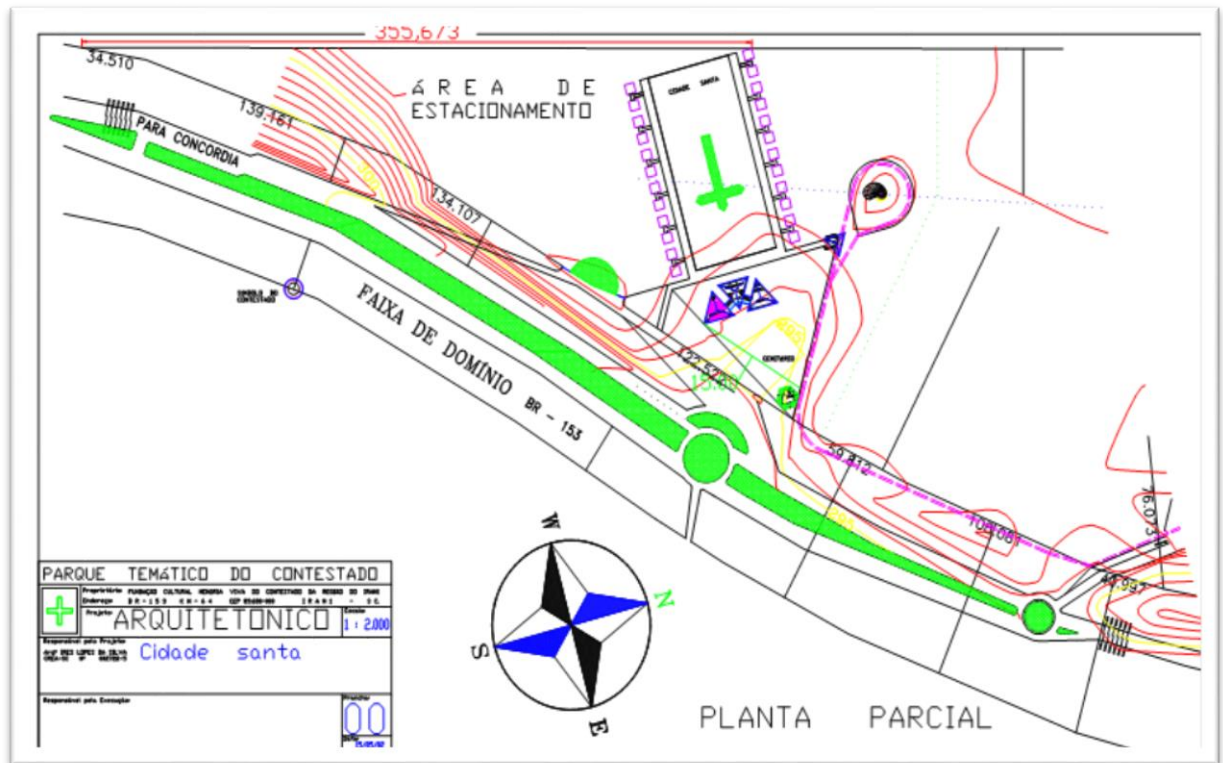
Fonte: Gazzoni, 2019.

A proposta tem presente a preocupação ambiental, onde seriam a utilizados materiais que causassem o menor impacto na natureza do lugar. Mesmo que o projeto de revitalização do anfiteatro não tenha seguimento prático e fique apenas no campo acadêmico, o exemplo que vemos é que o estudo dos patrimônios em Irani desperta interesse, envolvimento interdisciplinar e talvez uma certa paixão pelo cativante tema que a memória nos leva.

Na sequência, abordamos esses projetos que, literalmente, ficaram no papel e começamos mostrando o desenho ou representação do projeto chamado de Cidade Santa e que permite uma visualização geral, com todas as figuras do projeto do Parque Temático do Contestado, o formato do terreno e a posição da Rodovia Federal. Tentaremos comparar os locais onde seriam feitas as novas construções, com os patrimônios que já existem, para fundamentar nossa impressão empírica e nossa análise, com relativa referência geográfica e espacial, o que é completada porque a figura possui as orientações com os pontos cardeais (Rosa dos ventos). No desenho do projeto, em frente ao Cemitério do Contestado existe um acesso, com uma rotatória e saídas para os dois sentidos da Rodovia BR153.

Ao lado do Cemitério seria construído o edifício da recepção com auditório e espaço cultural e no mesmo local haveria um grande espaço aberto para estacionamento de automóveis e ônibus. Pelo que a análise visual do projeto permite supor, passando pela recepção, o visitante chegaria nas casas integrantes da Cidade Santa e bem próximo das casas havia uma igreja, que no projeto é chamada de Capela do Monge. Sabemos, pelas informações fornecidas pelo arquiteto autor do projeto, que haveria ainda uma estação de trem com um passeio guiado para os visitantes. O roteiro passaria por um túnel e seguiria por uma estrada de ferro, passando pelas estruturas da Cidade Santa e da Capela do Monge, e seria realizado mediante a compra de ingressos do público visitante.

Figura 24 – Projeto da Cidade Santa com visão do conjunto das obras e do terreno.



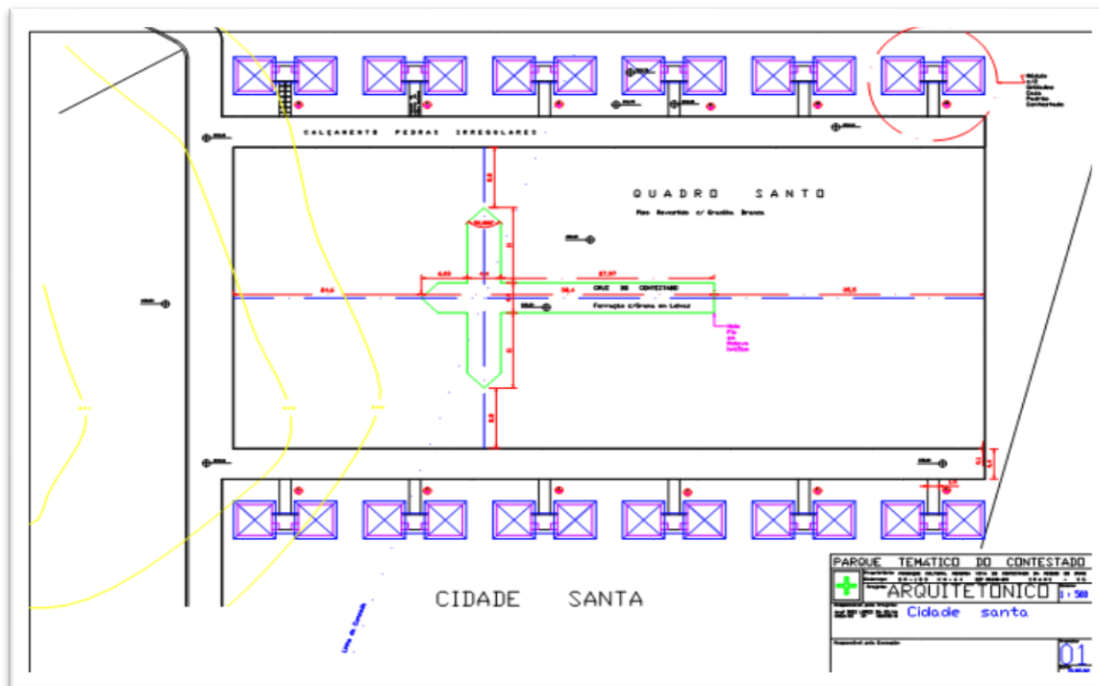
Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva

Nesse ponto do trabalho vamos escrever individualmente sobre as obras, começando pela construção da “Cidade Santa”, que seria construída em volta de um “Quadro Santo”. A Cidade Santa que visualizamos no projeto é formada por vinte e quatro (24) casas de alvenaria, seriam doze (12) casas de cada lado de duas ruas caçadas com pedras irregulares onde, no pátio central, haveria uma configuração de materiais que formava uma imagem na forma de cruz e esse símbolo religioso é coberto por uma plantação de gramas. A inspiração do nome da obra ser Cidade Santa é evidente, porque nos Redutos essa foi uma expressão criada para definir esses mesmos lugares de ajuntamentos caboclos/sertanejos na Guerra do Contestado e na Cidade Santa teria também o Quadro Santo, onde haveria um local destinado às cerimônias religiosas. O número simbólico de vinte e quatro (24) casas é também uma referência a passagens do Contestado, especialmente ao monge José Maria, porque esse era o simbólico número de um grupo seleta escolhido entre os seguidores do monge José Maria chamados 12 “Pares de França”. Conforme Poyer (2018, p. 79),

Em Taquaruçu os fiéis montaram os chamados quadros santos, espécie de praça retangular composta por uma igreja, com um cruzeiro fixado em cada um dos quatro cantos. Formaram aí também uma espécie de guarda de elite denominada Pares de

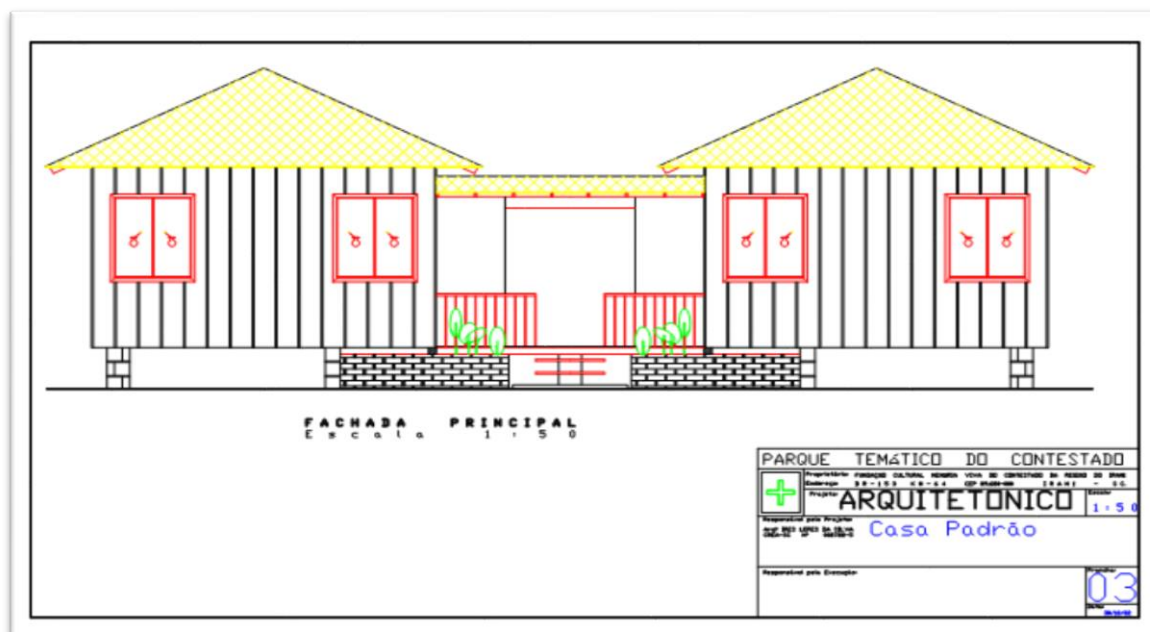
França, criada com base na leitura que os fiéis faziam da gesta carolíngia ou da História de Carlos Magno. A partir daí se deu a formação de outras “vilas santas”.

Figura 25 – Projeto das 24 casas da Cidade Santa e Quadro Santo



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

Figura 26 – Projeto da fachada da casa padrão



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

Todas as 24 casas previstas no projeto da Cidade Santa possuem as mesmas especificações, são doze formações com duas casas unidas e a área construída de cada uma das casas teria 24 metros quadrados, divididos em um quarto, sala, banheiro com box e uma área coberta. O revestimento externo seria em barrote de madeira e o assoalho da casa também em madeira, sendo a única exceção o piso do banheiro, onde o projeto previa o uso de material em cerâmica.

A impressão gerada ao ver o projeto da Cidade Santa, pela perspectiva da inspiração e a lembrança dos redutos sertanejos que elas proporcionam, foi pensar que haveria um caráter social no investimento e que essas estruturas que formam as casas seriam utilizadas para moradias de fato, ao menos de forma temporária para eventual abrigo de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Levamos o questionamento ao autor do projeto e aos servidores do setor cultural da prefeitura de Irani e a resposta foi que as casas não seriam utilizadas para moradia permanente, sua ocupação seria ocasional, servindo para abrigo de pesquisadores, conforme resposta da questão que enviamos via e-mail para o arquiteto Ires Lopez⁷⁴ (2021)

Com relação às casas da Cidade Santa do Parque temático do Contestado, elas seriam usadas eventualmente por pesquisadores que viessem para Irani promover ou fazer estudos sobre o Contestado ou a Cultura Cabocla, ou mesmo em seminários promovidos pela Fundação ou pela Prefeitura. Até mesmo poderiam ser utilizadas em eventos ou cursos da Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião. Na verdade, só o futuro poderia mostrar a real utilidade ou não dessas casas.

A Cidade Santa seria aberta à visitação do público, sendo uma das atrações do Parque Temático do Contestado e a permanência temporária nas casas seria autorizada apenas para pesquisadores, estudantes, professores que estivessem realizando seus trabalhos no Sítio Histórico ou participando de eventos culturais sobre o Contestado na cidade. Encontramos também uma citação documental, apontando as condições de uso das casas da Cidade Santa no regimento interno da OCEESS (essa é a sigla da Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião, organização vinculada com a Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani). A leitura do Art. 9º do regimento da fraternidade⁷⁵, mostra que havia a perspectiva da realização de eventos no Parque Temático do Contestado e o Artigo também menciona os direitos dos membros da Ordem para utilizar as casas. Assim está escrito na letra D do Art. 9º do regimento interno da OCEESS: “Usar gratuitamente, quando necessário,

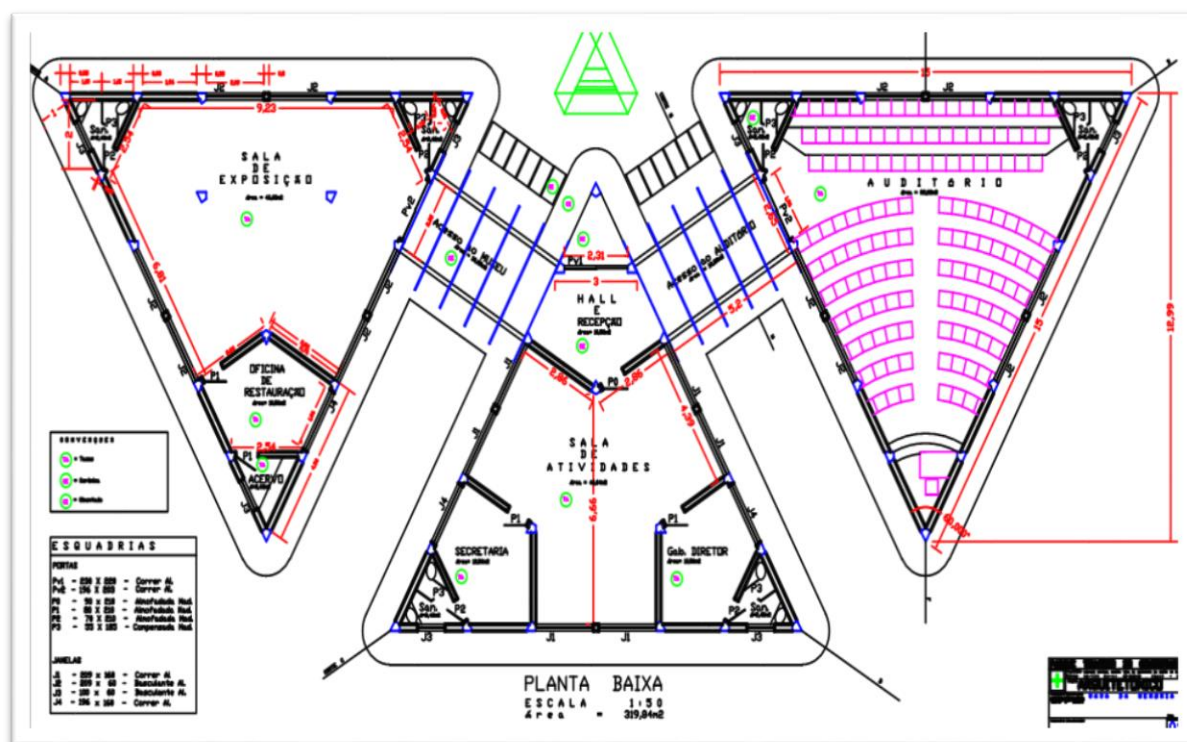
⁷⁴ e-mail recebido em 03 de agosto de 2021.

⁷⁵ A íntegra do Regimento Interno da OCEESS está nos anexos deste trabalho.

e com reserva antecipada, uma das casas da Cidade Santa, em suas estadas em Irani, cumpridas as determinações de uso da Fundação”.

O visitante chegaria na Cidade Santa após passar pela recepção que estaria localizada em uma grande construção chamada Casa da Memória, projeto que será o próximo que mostramos e analisamos neste trabalho. O projeto da Casa da Memória é grande, onde a planta baixa totaliza uma área construída de 319 metros quadrados. São três prédios em uma formação que lembra a figura de triângulos e os três edifícios estão interligados entre si, por acessos cobertos.

Figura 27 – Planta Baixa da Casa da Memória



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

No edifício central se localiza o hall de entrada, a recepção, uma sala de atividades, o gabinete do diretor, a secretaria e os sanitários públicos. No prédio da direita na reprodução da planta é o auditório. O edifício da esquerda é o Museu, formado pela sala de exposição, por uma oficina de restauração, um espaço para o acervo e sanitários. Na visão do projeto é possível perceber que a construção da Casa da Memória seria próxima da localização do Cemitério do Contestado e do atual Museu do Contestado. Esse detalhe chama a atenção, surgindo uma dúvida sobre se a estrutura do Museu seria preservada diante das novas construções, enquanto

que ao mesmo tempo surge o questionamento no sentido contrário, afinal, teria algum sentido a retirada de tão conhecido patrimônio?

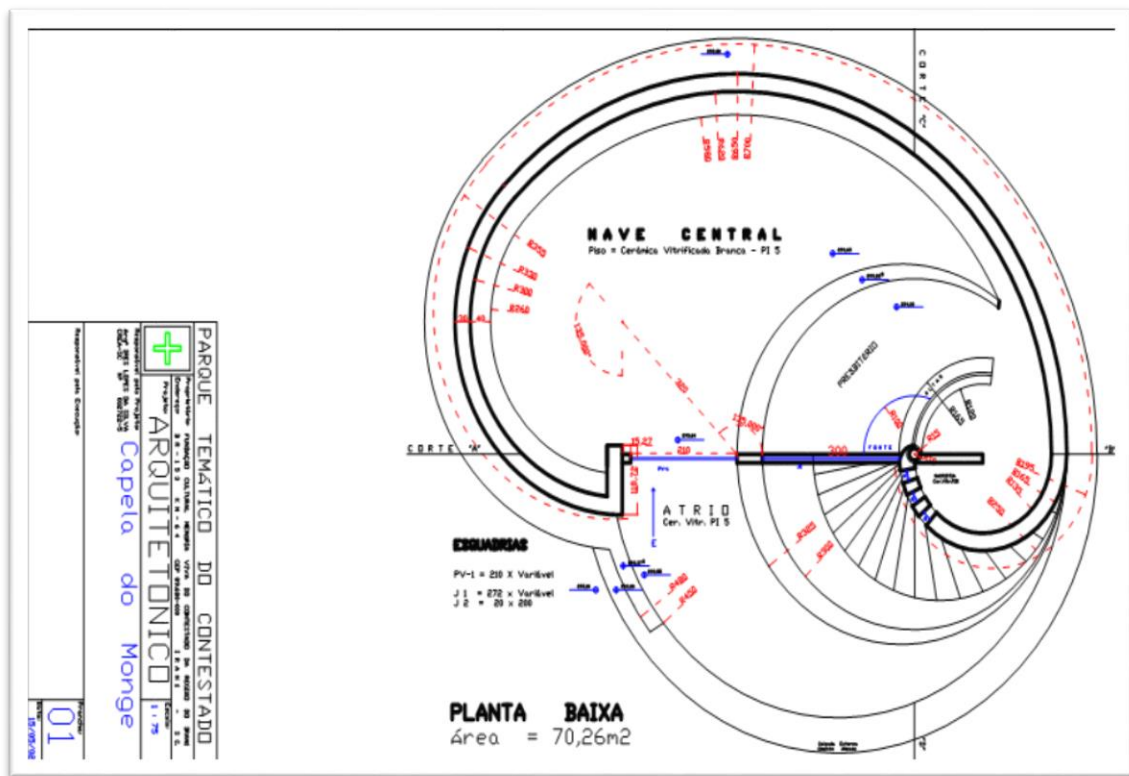
Pelas fontes, não foi possível sanar totalmente a dúvida a ponto de escrever algo afirmativo a respeito, no entanto, encontramos uma pista que ajuda na resposta da indagação, conforme as palavras do próprio Vicente Telles em depoimento para Pereira (2016, p. 138), a estrutura em madeira do atual Museu José Maria, sendo uma construção provisória poderia ser substituída pela construção da Casa da Memória que abrigaria o material das exposições. Embora essa resposta não seja conclusiva, porque não é possível afirmar que a estrutura de madeira seria de fato derrubada ou se permaneceria em pé.

O Museu ao lado do cemitério, foi uma iniciativa provisória do “Parque Temático do Contestado”. A edificação existente foi feita com o objetivo de abrigar o material acumulando sem espaço para exposição. Foi o embrião do projeto não concluído.

No projeto do Parque Temático do Contestado havia também uma pequena igreja ou uma capela⁷⁶, chamada Capela do Monge e fica claro que, por capela “do monge”, o autor e seus idealizadores estavam se referindo ao monge José Maria, que morreu na Batalha do Irani e foi sepultado nesse mesmo lugar.

⁷⁶ Fonte: <https://www.dicio.com.br/capela/> Consulta em 24/09/2021.

Figura 28 – Projeto da planta baixa da Capela do Monge



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

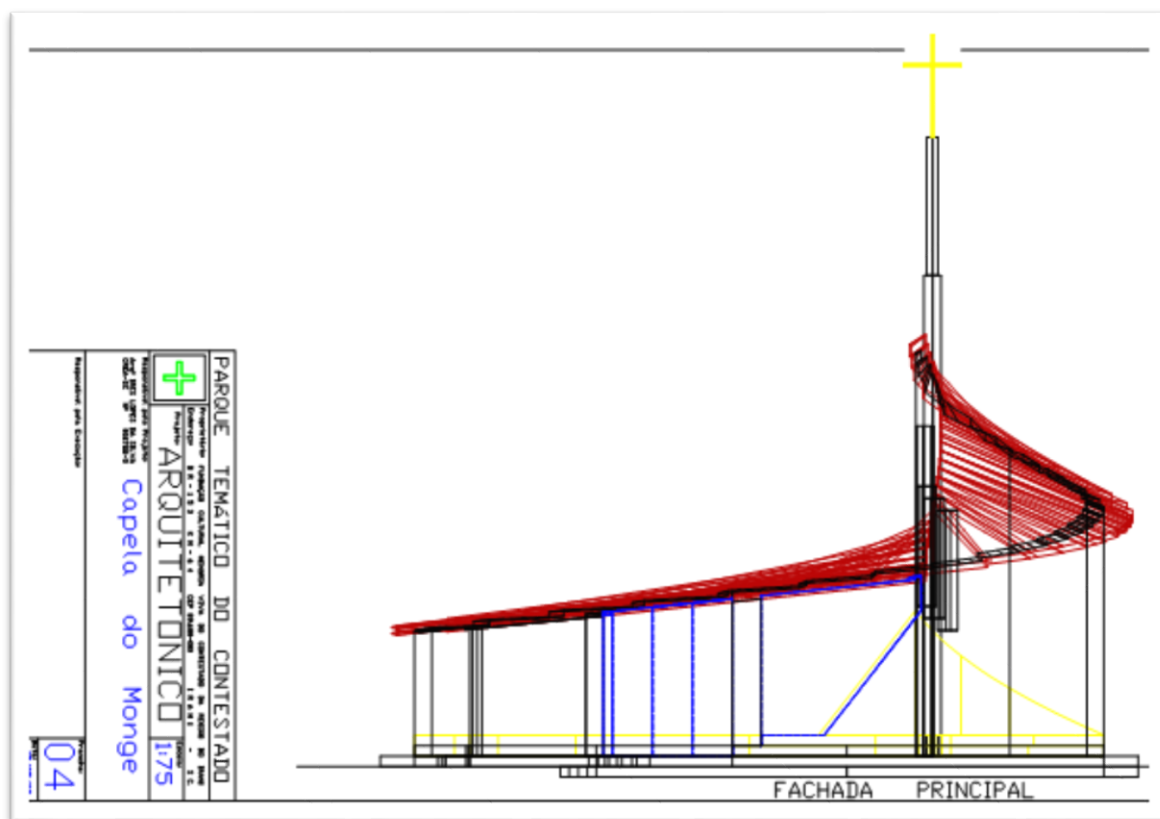
O projeto do Parque Temático mostra que a Capela do Monge seria construída bem próxima da Cidade Santa, na direção norte. Pela mesma observação imaginamos que do quilometro 64 da Rodovia BR153 seria possível visualizar o conjunto de edificações do Parque Temático, com exceção do Anfiteatro. A fachada com formas arredondadas da parte frontal da igreja, ou da Capela do Monge, tem uma cruz que segue acima da parte mais elevada do telhado do edifício que possui uma planta baixa da área construída e mede pouco mais de 70 metros quadrados. O interior possuía a nave central, átrio, presbitério e sacristia, estruturas parecidas com as demais pequenas igrejas.

Pela simples contemplação do projeto, não está claro se o local teria apenas finalidades turísticas/culturais/cenográficas ou se também seria um espaço de cerimônias de caráter ecumênicas, católicas, ou seria usada para lembranças das cerimônias com base nos registros da historiografia falando da religião cabocla praticada nos redutos, durante a Guerra do Contestado. A leitura das atas da Fundação Contestado traz resposta a esse questionamento e nos registros das reuniões, constatamos que ainda na concepção do projeto já era discutida a destinação Capela do Monge, considerando sua especificidade. Em 18 de maio de 2001 os membros da Fundação discutiram sobre a trajetória de Miguel Lucena de Boaventura e as

características que faziam dele um monge, sempre ensinando e praticando boas obras entre o povo. Nesse dia foram colocadas em questão as cerimônias a serem realizadas na Capela do Monge, que seria construída no Parque Temático e assim ficou registrado, conforme fragmento que apresentamos:

O prefeito também colocou sobre as histórias contadas, que ‘monge’ é porque ele rezava bastante, fazia o bem às pessoas. Foi discutida sobre qual religião será cultuada na Capela a ser construída na Cidade Santa, colocou-se que poderá ser frequentada por todas, respeitando-se a origem do caboclo. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2001).

Figura 29 – Fachada da Capela do Monge

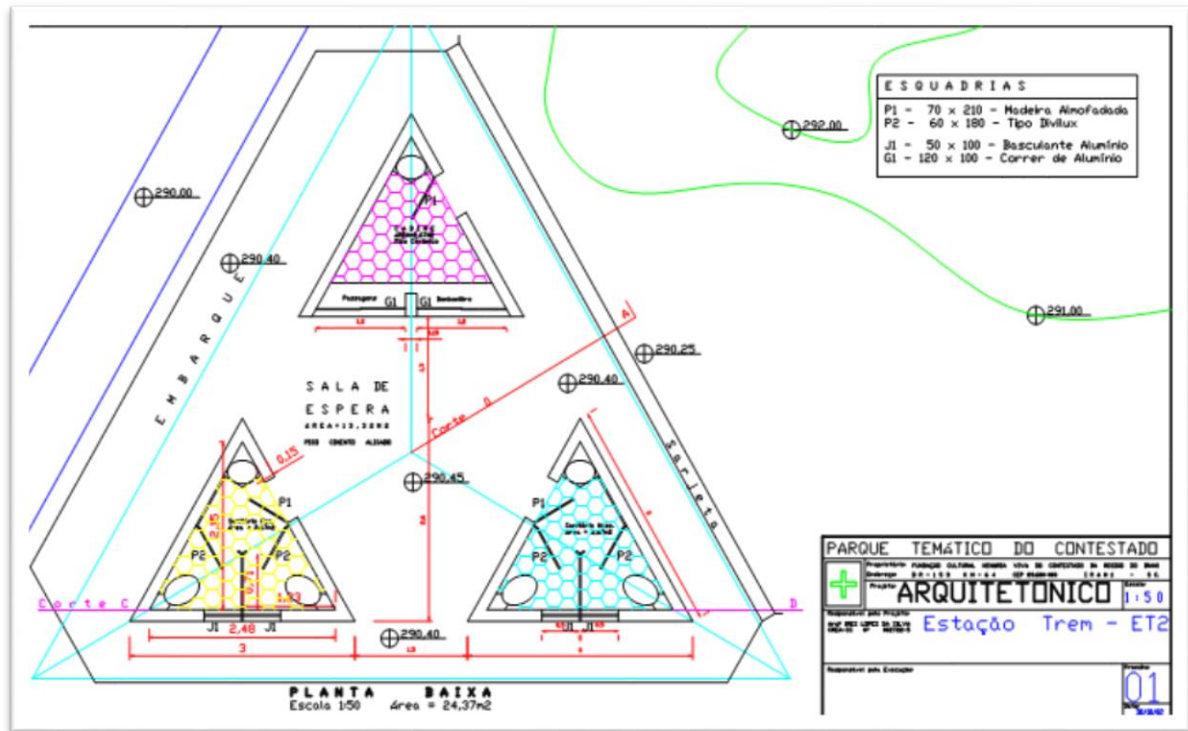


Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

No projeto havia uma locomotiva e a uma estrada de ferro que permitiriam o passeio dos visitantes pelo parque Temático do Contestado, saindo da estação, passando pela Casa da Memória, pela Cidade Santa, pela Capela do Monge e circulando o lago do anfiteatro som e luz. Não seria um passeio longo, mas parece que não existe dúvida de que a ideia do passeio seria para causar, ou provocar nos visitantes uma imersão nos temas e nomenclaturas presentes na Guerra do Contestado. Evidentemente que para manter essas estruturas seriam necessários a

atuação de muitas pessoas, incluindo de guias turísticos e é provável que explanações sobre as simbologias de cada obra seriam feitas. Abaixo mostramos a planta baixa da estação de embarque.

Figura 30 – Planta baixa da estação de embarque da locomotiva.



Fonte: Projeto do Parque Temático do Contestado. Acervo pessoal do arquiteto Ires Lopez da Silva.

A estação de embarque possuía uma forma semelhante à Casa da Memória, são três estruturas no formato triangular e a área do conjunto é de 24 metros quadrados. Na entrada havia sanitários masculinos e femininos, uma sala de espera e um espaço para que os visitantes adquirissem os ingressos para o passeio. Ao lado dessa estrutura havia o embarque e o desembarque na locomotiva que fazia o trajeto pela estrada de ferro. Com a estação concluímos a apresentação das principais obras do projeto do Parque Temático do Contestado, observando que escrevemos as principais, porque muitas outras benfeitorias teriam que ser realizadas para viabilizar um projeto dessa envergadura. O projeto previa também a construção de acessos sinalizados, vias secundárias e um grande estacionamento para veículos e ônibus, ficando claro que para tornar possível todas essas realizações, muitas obras de infraestruturas secundárias seriam necessárias.

Essa exposição das plantas arquitetônicas nos permitiu mostrar mais uma tentativa, mais uma forma de transformar Irani, de lugar de batalha em um lugar de memória. Naturalmente

todo esse investimento teria repercussão política e o objetivo de exploração financeira do potencial turístico, porém, também é certo que com a vinda de mais pessoas ao Sítio Histórico, com todas as possibilidades oferecidas pelo empreendimento, esta visibilidade poderia manter viva a memória e a discussão dos temas do Contestado na região. Vicente Telles, falando para Pereira (2016, p. 141), acreditava no potencial turístico que a implantação do Parque Temático geraria e declarou que os patrimônios culturais já existentes no Sítio Histórico e o interesse despertado pela trajetória dos monges atrairiam visitantes inclusive de outros países.

Os portugueses, quando vieram aqui, valorizaram muito mais esse patrimônio histórico que os muitos dos nossos. Destacaram que aqui outro fato relevante; o único monge que eu e o povo consideramos santo, o mártir que deu o sangue pra defender a justiça, proteger seus irmãos, a exemplo de Cristo, foi o monge Zé Maria, o único sepultado no Brasil e está aqui no Irani.

O projeto do Parque Temático do Contestado, muito mais do que uma obra de engenharia, possuía também uma carga simbólica que se manifestava nas formas das estruturas, nos números simbólicos utilizados e na esfera em forma de globo que ficaria no topo do anfiteatro, simbolizando o mundo idealizado pelos caboclos do Contestado, um sincretismo entre o mundo temporal e terreno com o plano espiritual, manifestado muitas vezes pelo messianismo, levado ao extremo na esperança de ressurreição do monge José Maria, que do Irani, voltaria para liderar o povo sertanejo do Contestado.

A inspiração do projeto do Parque Temático no messianismo manifestada no movimento sertanejo/caboclo é evidente pela leitura e observação das plantas arquitetônicas e esse caráter de sentido místico do projeto foi explicado pelo arquiteto Ires Lopez da Silva (2002), na Obra Folclore Itinerante do Contestado – História em Música, organizada por Vicente Telles.

Através dessa obra, deve-se revelar a alma do caboclo; aliás, o próprio Deus se revela, tão somente, através de suas obras ou suas emanações. É assim, também, uma obra de essência espiritual, com sua busca mística de contato com o criador. O projeto simboliza, assim, o corpo, que dá abrigo a alma do caboclo; o templo, que mantém em seu interior, a sublime essência, no ‘Sanctum Sanctrom’, onde encontrara Luz e Vida, e no pequeno escrínio do seu coração. Possa, talvez, o nosso caboclo encontrar, então o Santo Graal; o cálice do amor.

O projeto do Parque temático do Contestado, que previa as construções no mesmo espaço territorial onde já existiam os patrimônios que integram o Sítio Histórico do Contestado, foi mais uma iniciativa que poderia aumentar os debates em torno da memória da Batalha do Irani e da Guerra do Contestado. Essa iniciativa, que teve a efetiva participação de Vicente Telles enquanto idealizador, apesar de não ter sido concluída, é mais um exemplo de que as

ações foram coordenadas entre o folclorista, a Fundação Contestado e o poder público municipal de Irani. A lei municipal nº 1097 de 13 de agosto de 2001⁷⁷ autorizava o executivo a fazer empenho financeiro dentro dos limites legais, para viabilizar a implantação do Parque Temático do Contestado no município.

Ao final, temos a constatação, pela análise das fontes e referências, que havia um projeto arquitetônico admirável, existiam leis autorizando despesas, existiam iniciativas de alguns ocupantes de cargos no executivo e o trabalho de Vicente Telles para que de alguma forma o projeto fosse concluído, no entanto, a realidade é que, após o ano de 2005, as obras não foram retomadas, até o tempo presente. A inatividade do projeto patrimonial não se verificou nas atividades culturais ligadas ao Contestado em Irani, que foram muitas no período. Em outubro de 2017 um evento chamado “Acordo de Paz” teve a participação de Vicente Telles e essa foi sua última participação em um evento público.

O Parque Temático do Contestado, se implantado em sua integralidade, seria a maior realização da Fundação Contestado e propagandas traziam o nome “Parque Temático” em suas descrições. O folder que incluímos no final desse subtítulo demonstra a ligação do atual símbolo do Sítio Histórico de Irani, o monumento Mãos de Cimento, com a ideia do Parque Temático, parecendo que seus idealizadores mantiveram viva a expectativa de que recursos fossem destinados para a conclusão do projeto.

⁷⁷ Disponível em; <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/irani/lei-ordinaria/2001/110/1097/lei-ordinaria-n-1097-2001-autoriza-realizar-despesas-na-implantacao-do-parque-tematico-do-contestado?q=parque%20tematico>.
Consulta em 25/09/2021

Figura 31 – Folder do Parque Temático do Contestado



Fonte: Folder com a propaganda oficial de Irani, distribuídos pela Secretaria de cultura em 2020.

5.3 A ORDEM DOS CAVALEIROS DO EXÉRCITO ENCANTADO DE SÃO SEBASTIÃO – OCEESS

A Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani possuía uma divisão, uma ordem que tinha um regimento interno e um cerimonial ritualístico marcado por símbolos. O objetivo aqui, ao escrever sobre a Ordem cuja sigla é OCEESS, é mostrar que havia

tentativas de manter ou de criar suposta ligação atual com as antigas expressões e nomes surgidos durante a Guerra do Contestado e também criar um aspecto místico aos estudos do Contestado, ao propor um certo tipo de culto ao local da Sepultura do Monge José Maria no Sítio Histórico de Irani, no “Reduto Mor” de Irani. A Ordem foi mais uma forma de organização que visava o planejamento das atividades de rememoração do Contestado em Irani. Não encontramos outras referências sobre a mesma e o material base que possuímos é composto pelo regimento interno da Ordem, por citações à Ordem ou Confraria nas reuniões da Fundação Contestado registradas em Atas e imagens da indumentária ritualísticas.

A localização do regimento interno da OCEESS ajuda a entender que no início dos anos 2000 havia intensas movimentações no setor cultural em Irani. As primeiras considerações de Vicente Telles aos membros da Fundação, a respeito da criação de uma confraria para congregar pessoas interessadas no estudo do Contestado e do homem caboclo em seus mais amplos aspectos, surgiram durante reuniões da Fundação Contestado em 2003. Outro personagem que fez exposições a respeito da Confraria do Contestado foi o arquiteto Ires Lopez da Silva que em reuniões fazia paralelos entre os acontecimentos da história geral e o Contestado. Ires Lopez também falava que o culto à memória de José Maria podia, em alguns aspectos, ser comparado as outras confrarias como rosa cruz, maçonaria e cristianismo, todas ligadas a um grande líder. Em reunião registrada na Ata do dia 08 de maio de 2003, Ires Lopez apresentou a ideia de criação da confraria e o fez com essas palavras:

O arquiteto, Sr. Iris Lopez comentou de se criar uma confraria, onde as pessoas devem estar comprometidas com o ensinamento do monge, e com as atitudes e com a simplicidade e inocência do caboclo do Contestado mantendo sua pureza de espírito e fortes laços de família e fé. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2003).

Durante os registros em atas seguintes, o tema da Confraria do Contestado foi novamente posto em pauta e diversos nomes foram propostos: Confraria do Contestado, Fraternidade Cabocla, Confraria Império Caboclo e Fraternidade Império Caboclo. Finalmente, em uma reunião realizada em 16 de abril de 2004 foi decidido pelo nome de: Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião. Foi aprovado o regimento interno da OCEESS, com uma ressalva, na questão da participação de pessoas com “defeitos físicos” que era vetada e que passou a ser autorizada. No mesmo dia foi entregue carteira de sócios aos membros da Fundação Contestado aos oito (08) membros da Fundação Contestado presentes na reunião.

Pesquisando os documentos é possível constatar uma intensidade nas atividades e, em 2004, data que consta no regimento interno da ordem e ano de criação da irmandade, ainda

havia a expectativa, ou esperança de que o projeto do Parque Temático fosse concluído, porque a utilização das casas da Cidade Santa seria permitida aos membros durante sua estada em Irani. Pareceu-nos haver outra convergência entre o Parque Temático e a Ordem. Essa afinidade pode ser entendida, talvez, como um dos objetivos de construção da Capela do Monge, ora, a Ordem possuía rituais de iniciação de novos membros e uma capela seria um local apropriado para cerimoniais ritualísticas. A OCEESS e o projeto do Parque Temático do Contestado tinham os mesmos idealizadores: Vicente Telles e Ires Lopes da Silva.

A Ordem, registrada sob o número CGC-MF 04169893/0001-54 e, mesmo vinculada à Fundação Contestado, inclusive tendo a sede no mesmo local, o Sítio Histórico de Irani, possuía iniciativas próprias de cunho fraternal, cultural e filosófico. O Art. 2º do regimento interno da OCEESS traz o texto apresentando os objetivos principais da organização:

A Ordem tem por finalidade a pesquisa, o estudo e a preservação dos assuntos referentes ao Contestado e o seu povo, em seus mais amplos aspectos, como sejam, as suas memórias culturais, seus costumes, seu jeito de ser, enfim, a alma, coração e mente do caboclo; bem como de seus símbolos, objetos de uso pessoal, armas e adereços; ainda, sua dança, música, poesia e folclore; e também, sua etnia, raízes e história. (OCEESS, 2004, p. 01).

Normalmente, a utilização da palavra “Ordem”, no sentido simples de um agrupamento de pessoas com ligações religiosas é empregado principalmente pelas variações do catolicismo (Ordem dos Franciscanos, Ordem das Irmãs Carmelitas), ou ainda para designar associações classistas civis como a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Em seu regimento interno a OCEESS apresenta também a palavra “Irmãos” que possui semelhança com a palavra “irmandade” e é utilizada por grupos religiosos em seu tratamento interno. Um termo que poderia ser empregado para designar a OCEESS seria o de confraria. O regimento interno da Ordem é composto por 14 artigos. A Ordem ou a irmandade possuía uma organização marcada pela hierarquização da estrutura, em que no início da aceitação do novo membro ele recebe o grau de adepto entre os “irmãos”, sendo o número de adeptos ilimitado. Na composição hierárquica entre os adeptos, o regimento previa que seriam escolhidas 120 pessoas para o círculo interno, isentos de defeitos físicos, da qual seriam indicados para o grau “zelador” e desse grupo sairiam 12 pessoas denominadas “Pares de França”, cada um dos doze zeladores teria um suplente, totalizando 24 membros para iniciar o grau de “cavaleiro”.

O resumo exposto acima foi retirado do Art. 1º do regimento interno da OCEESS e além da hierarquia definida, o documento apresenta pontos que poderiam gerar questionamentos. Um exemplo é encontrado no Art. 4º que afirma que para o círculo interno

seriam admitidos apenas pessoas sem defeitos físicos. O texto do Artigo se mostra incoerente com o objetivo de atrair pesquisadores do Contestado, afinal, como entender a associação de limitação física para o exercício de atividades intelectuais, sem entrar na discussão de legalidade da imposição de que tal requisito poderia gerar? Os próprios membros fundadores da Ordem, ao perceberem essa possível incoerência no regimento, revogaram o dispositivo, conforme fragmento encontrado na Ata da reunião da Fundação Contestado realizada em 04 de abril de 2004:

Após a leitura e debate acerca do regimento, foi aprovado por todos os presentes, com uma única ressalva, relacionada ao artigo 4º do regimento no que tange a menção da deficiência física dos adeptos, que dever ser modificada, no intuito de facilitar a integração dos prováveis participantes da Ordem. (FUNDAÇÃO CONTESTADO, 2004).

O regimento previa reuniões ordinárias durante o ano e reuniões extraordinárias nos casos de necessidade. Um exemplo de dia de reuniões dos irmãos é o feriado de 22 de outubro, data da Batalha do Irani. A hierarquia prevista no regimento interno colocava Irani no centro, ou seja, se outros locais de memória do Contestado quiserem utilizar o mesmo regulamento e criar sua própria irmandade, devem se integrar a Irani que é o principal reduto ou reduto-mor. O inciso único do Art. 5º do documento apresenta o seguinte texto:

§ Único – É prevista a existência de outros *Redutos*, em localidades da região do Contestado, preferencialmente nos sítios históricos, cada qual com seu *Comandante*, *Guardião e Mediador*, e que farão reuniões de estudo do “CE”, devendo, no entanto, seguir as normas deste Regimento e ao comando geral do Reduto-mor de Irani. As reuniões do “CI” serão feitas pelo Reduto-mor de Irani, podendo realizá-las nos outros redutos, em visitas programadas. Já, as Iniciações somente poderão ser realizadas dentro do Quadro Santo do Parque Temático. (OCEESS, 2004, p. 2).

O documento em seu artigo 6º segue apresentando a estrutura hierárquica da Ordem. A tentativa de estabelecer uma associação da Ordem e suas nomenclaturas com os personagens do Contestado é nítida e isso é visualizado notavelmente em relação aos três monges mais conhecidos.

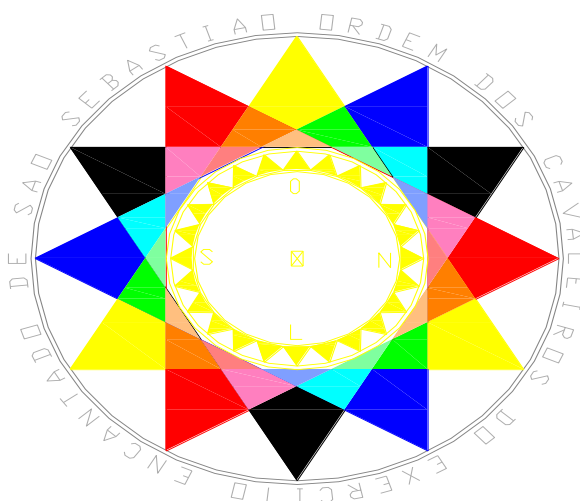
A Ordem elegerá entre seus pares do **CI**, um líder, um guardião e um para ser mediador, a cada três anos, aos quais caberão os encargos: Ao Líder, da Direção Geral da Fraternidade e contatos externos; Ao Guardião, dos arquivos e históricos, materiais e vestimentas ritualísticas; Ao Mediador, da execução dos rituais e iniciações. Formarão assim, uma só unidade, símbolo da “mente”, do “corpo” e do “espírito” do povo do Contestado, ou mesmo dos três monges: o intelectual, o guerreiro e o santo. (OCEESS, 2004, p. 3).

O documento segue apresentando o regimento interno, com regras de admissão, de conduta, de exclusões de membros, as cerimônias e homenagens. O símbolo da Ordem é a

estrela de 12 pontas representando os 12 Pares de França. Em seu artigo 7º, o texto explica em detalhes a simbologia advinda da estrela de 12 pontas:

Artigo 7º - A Ordem terá como símbolo uma estrela de 12 pontas, que representam os “12 pares de França”, sendo formada por 4 triângulos equiláteros entrelaçados, os primeiros 3 de linhas cor de prata, formando 3 “M”s, em seu conjunto, representando os 3 monges, e que se invertidos passam a serem visualizados como 3 “W”s, simbolizando os 3 mundos (worlds), demonstrando a universalidade do “Povo do Contestado” e a convergência das civilizações; já o 4º triângulo, de linhas pontilhadas douradas, lembra a 4ª dimensão; o mundo invisível, místico e espiritual. Esse símbolo quando formado pelos 12 pares de França, em representações ou rituais, aparentarão uma coroa, símbolo da Monarquia, salvaguardada pelos 12 Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião, em torno do sepulcro do Monge José Maria, e ainda, simbolizando o ciclo de 12 meses do ano, ou se perpetuado no universo, os 12 Signos do Zodíaco, ou também, os 12 apóstolos de Cristo. (OCEESS, 2004, p. 3).

Figura 32 – Símbolo da OCEESS



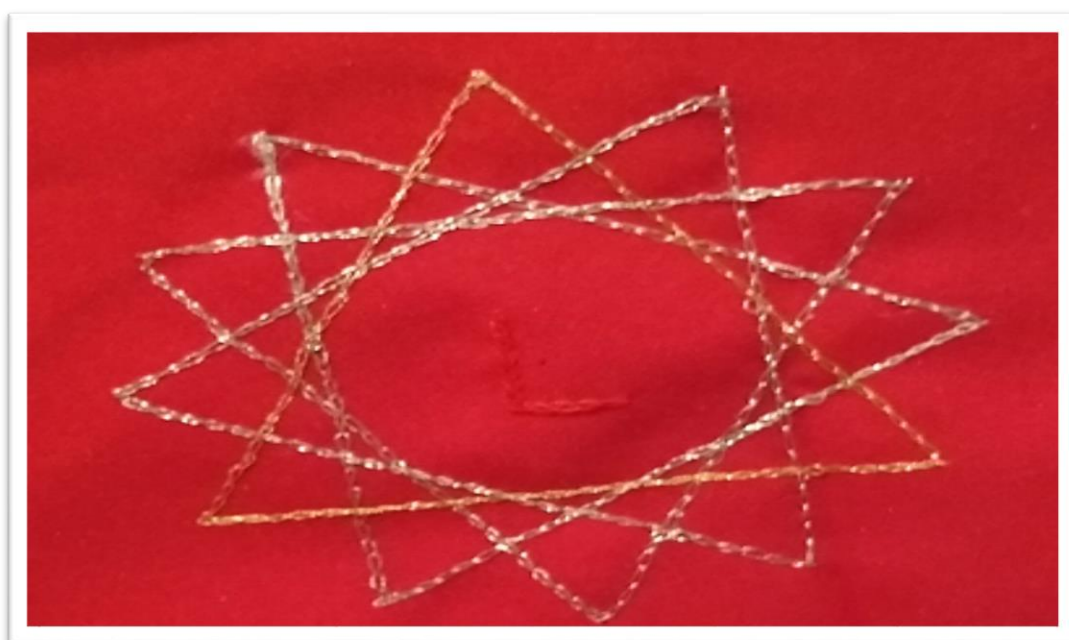
Fonte: Regimento Interno da OCEESS. Original no acervo pessoal de Ires Lopez da Silva.

No meio da imagem acima, em um círculo da estrela, símbolo da OCEESS e representada na cor amarela, existem 5 letras: ao centro vemos um quadrado com um X, na esquerda a letra S, na parte superior do círculo a letra O, na direita a letra N e na parte de baixo a letra L. Não encontramos explicação sobre o significado dessas letras na imagem, mas é evidente que não foram incluídas de forma aleatória e fazem parte da simbologia da Ordem. Na parte externa do círculo maior, acompanhando a circunferência, está escrito “Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião”.

Durante os rituais de iniciação de novos membros ou nos cerimoniais solenes em datas comemorativas, os membros da OCEESS faziam uso de vestimentas com cores específicas conforme o grau hierárquico. As vestimentas eram uma espécie de capa que cobria apenas a

parte superior do corpo. As capas foram confeccionadas nas cores azul claro, amarelo ou vermelho e em todas as vestimentas na altura do peito havia um símbolo bordado com a letra ‘L’ na roupa de cor vermelha para o líder, letra ‘G’ na cor amarela para o grau de guardião, e letra ‘M’ na cor azul claro para o grau de mediador. Abaixo mostramos o símbolo na vestimenta do Líder:

Figura 33 – Letra ‘L’ bordada na capa do líder da OCEESS



Fonte: arquivo do autor, em 04 de maio de 2021. Acervo pessoal de Ires Lopez da Silva.

A Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião reflete um momento de intensidade nos estudos do Contestado em Irani, no início dos anos 2000. Entendemos que o documento do estudo, o regimento interno da Ordem, busca fazer um sincretismo entre o misticismo inspirado no monge José Maria e uma organização hierárquica baseada nas filosofias pessoais dos fundadores da Ordem.

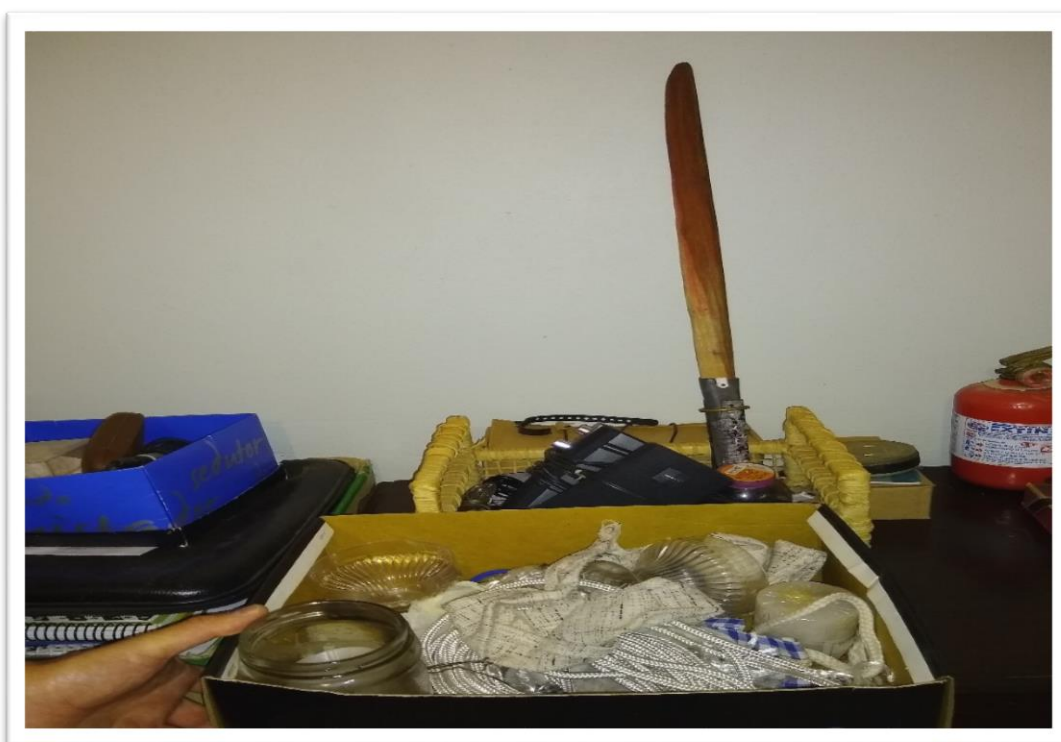
A historiografia aponta que o monge José Maria utilizava a simbologia dos números em sua doutrina. O monge, inspirado em leituras públicas de um livro que ele fazia, pode ter se inspirado para, por exemplo, nomear um seletto grupo de homens preparados para o combate de “Pares de França”, conforme afirmou Monteiro (1974, p. 111)

A rigor, somente sob três aspectos bem comprovados a lenda de Carlos Magno e dos Doze Pares de França aparece ligada ao movimento rebelde do Contestado. Primeiramente, a constituição, desde os primórdios da existência da irmandade de um

corpo de elite formado por combatentes que foram denominados Doze Pares de França e que lutavam, de preferência com facões.

De forma semelhante, a Ordem acrescenta outros símbolos como a estrela de 24 pontas, incluindo também algumas práticas ritualísticas próprias, mas que não parecem ser originais e sim assimiladas de outras irmandades e confrarias já estabelecidas. Além da figura da estrela e das letras nas vestimentas simbolizando o grau hierárquico dos dirigentes da Ordem, havia outros materiais para os rituais: facão de madeira, velas grandes, cálices de vidro e cordas.

Figura 34 – Indumentária ritualística da OCEESS



Fonte: arquivo do autor, em 04 de maio de 2021. Acervo pessoal de Ires Lopez da Silva

A presença do facão de madeira é outra clara inspiração na Guerra do Contestado, onde a arma era usada pelos sertanejos, tendo sido utilizada desde a primeira batalha da Guerra, travada em 22 de outubro de 1912 em Irani, conforme afirma Auras (1984, p. 69)

Por volta das 7 horas da manhã a vanguarda troca os primeiros tiros com os fiéis. Pouco depois, uns 200 sertanejos, a pé e a cavalo, caíram de supetão sobre os soldados. A metralhadora não funcionou. Avançando sobre a tropa, não obstante os tiros que abriram claros em suas fileiras, os seguidores do monge fizeram grandes estragos nos policiais com seus facões e espadas de pau e com as armas de fogo que dispunham.

A OEESS era vinculada à Fundação Contestado e possuía regimento próprio, pois havia diferença de objetivos. A Fundação Contestado era a principal responsável pela administração e manutenção dos patrimônios do Sítio Histórico e a OCEESS cuidava dos estudos do Contestado e seu povo, conforme encontrado na Ata de 04 de 2004: “O conselho definiu que o campo de atuação, os aspectos do trabalho, será sempre voltado para a integridade e autenticidade do homem do Contestado – O caboclo”. Localizamos fontes citando a Ordem dos Cavaleiros do Exército Encantado de São Sebastião nos anos 2004 e 2011. Nenhuma outra referência foi feita nos anos posteriores. No entanto, esse recorte temporal fornece uma guia para novas pesquisas no porvir.

O ano de 2011 também ficou marcado por um momento em que o lugar de memória do Contestado recebeu um grande público, a Romaria da Terra e da Água. No evento, milhares de pessoas expressaram sua religiosidade e seus anseios por justiça social e pela proteção da natureza.

5.4 A ROMARIA DA TERRA E DA ÁGUA EM IRANI

Deus criou... e tudo era muito bom.

A frase acima, encontrada originalmente no primeiro livro da Bíblia (gênesis, 1,31), foi o lema da 22ª Romaria da Terra e da Água, realizada no Sítio Histórico de Irani – Santa Catarina. O evento, promovido pela Igreja Católica e entidades sociais reuniu milhares de pessoas que fizeram uma caminhada e participaram de cerimônias religiosas e atividades culturais ligadas ao Contestado. A relevância do acontecimento para o lugar de memória é nítida, porque as muitas pessoas vindas de diversas localidades de Santa Catarina visitaram os patrimônios do Sítio Histórico, assistiram às apresentações culturais e ouviram a história do Contestado, contada e cantada por Vicente Telles, que participou em vários momentos do evento.

A Diocese de Joaçaba possuía um informativo no formato de jornal. O jornal impresso no mês de setembro de 2011 pela igreja apresenta um resumo com informações gerais; explicando o que é uma Romaria e números do encontro religioso/social. Registros fotográficos permitem a visão de um grande evento e no jornal encontramos pronunciamentos de líderes religiosos e sócio/culturais que participaram da Romaria. O Bispo Diocesano Dom Frei Mário (2011) afirmou que

No dia 11 de setembro de 2011 foi realizada a 22ª Romaria da Terra e da Água pela Regional Sul4 da CNBB, Pastorais Sociais, Movimentos Sociais e organismos, na Diocese de Joaçaba, na cidade de Irani, marco histórico do Contestado. O evento contou com a participação de aproximadamente 8.000 pessoas.

Figura 35 – Anúncio da Romaria da Terra e da Água, 2011



Fonte: Capa do jornal Diocesano Chapeco. Edição de setembro de 2011.

A Romaria da Terra e da Água de Irani possuiu um evidente apelo pelo social, marcada pela luta por reforma agrária, preservação do meio ambiente e também a motivação religiosa dos participantes. A Romaria é uma movimentação eminentemente religiosa conforme encontramos no Jornal Diocesano de Joaçaba (2011), “A Romaria da Terra e da Água encontra seus fundamentos na Bíblia, onde o povo, movido pela fé e pelo desejo de sair da escravidão, caminha rumo à Terra Prometida”.

Os registros mostram um grande número de pessoas em volta das duas cruzes e visualizamos uma imagem formando um contexto em que ambas representam as lutas do povo por justiça social e também uma expressão de religiosidade. Vicente Telles (2013, p. 441) afirma que “Um exemplo de reconhecimento da relevância social representada pelo Monumento foi a Romaria da Terra e da Água realizada no Sítio Histórico do Irani em 2011”. Telles, falando para o jornal diocesano de Joaçaba (2011), elogia os cuidados que foram

observados entre os milhares de romeiros participantes da Romaria, com a preservação do meio ambiente do lugar de memória e Irani.

Os exemplos de postura e zelo deixados no solo ocupado pelos integrantes da Romaria, em Irani, nos parecem uma homenagem a Jean Jacques Rousseau, autor da seguinte advertência: “por maiores que sejam nossos pecados, Deus perdoa; por menores que sejam nossos crimes praticados contra a natureza, ele vingará”.

Durante a Romaria em Irani, ocorreu uma procissão em que uma multidão acompanhada por carros de som caminhava pela estrada de chão localizada ao lado da Rodovia 153 e que leva ao Monumento do Contestado. No percurso alguns romeiros carregaram uma grande cruz feita em madeira, conduzindo a peça para compor um dos principais pontos da cerimônia. Ao término da caminhada, a cruz foi cravada em um buraco previamente aberto na terra e erguida ao lado do Monumento Mãos de Cimento. No momento em que a cruz foi levantada o discurso do carro de som⁷⁸ dizia: “a cruz que agora se levanta representa a vitória da vida na ressurreição e não mais um instrumento de tortura do Império Romano”.

Figura 36 – A cruz da Romaria da Terra e da Água, erguida ao lado do Monumento Mão de Cimento



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Xw7mWPZDHCQ>. Imagem capturada em 07/09/2022.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xw7mWPZDHCQ>. Consulta em 07/09/2022.

A realização da Romaria da Terra e da Água em Irani, um lugar de memória da primeira batalha da Guerra do Contestado repetiu o que já havia ocorrido em outras Romarias em Santa Catarina. A primeira Romaria da Terra e da Água foi realizada em Taquaruçu-Fraiburgo-SC, lugar onde ocorreram combates na Guerra do Contestado, conforme afirma a edição de setembro de 2011 do jornal diocesano de Chapecó

As Romarias da Terra ocorrem no Brasil desde 1978, sendo a primeira organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina a primeira Romaria ocorreu em 1986 e fez memória da luta pela terra feita pelas pessoas empobrecidas na Guerra do Contestado.

O teólogo católico, Padre Helcion Ribeiro⁷⁹ (1986) escreveu um texto explicativo direcionado para os leigos da igreja, em que faz um resumo da história do Contestado. O padre escreve também uma explanação dos elementos de convergência entre os objetivos da revolta sertaneja e da primeira Romaria. O religioso afirma que

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Santa Catarina está organizando a “1ª ROMARIA DA TERRA”. Será dia 14 de setembro em Taquaruçu, município de Fraiburgo. Esta Romaria proporá uma ligação com o Contestado. Cinco elementos merecem uma reflexão, a fim de que haja um sentir mais perto dessa realização da CPT: Contestado, Taquaruçu, Terra, a Data e a Romaria.

A vinculação da luta camponesa contra a opressão governamental na Guerra do Contestado encontra eco e assimilação nas Romarias, que surgem em movimentos católicos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), alas da igreja católica, principalmente as influenciadas pela Teologia da Libertação. Pela doutrina e ideal presente na Teologia da Libertação, parcela da igreja católica dos países latino-americanos propõem a aproximação com as discussões e problemáticas do cotidiano dos fiéis, a problemática cristã da salvação da pessoa, passa ser construída pela resolução e atuação nas questões do tempo presente. A base teologia e teórica que compõem a Teologia da libertação é explicada pelo Padre Adair Mario Tedesco (1984)⁸⁰:

O movimento da Teologia da Libertação é justamente registrado em Medellín. Lá ele ganha um “status” eclesial. A análise da realidade já não é mais funcionalista, mais histórico-crítica, sistêmica, estrutural. O mundo latino-americano, fruto da Cristandade Colonial, é um mundo opressor, menos bonito. O desafio da América

⁷⁹ Texto original nos arquivos da Mitra Diocesana em Chapecó. Padre Helcion Ribeiro é professor universitário e autor de diversos livros e artigos, abordando principalmente a antropologia teológica, a escatologia e a teologia da história. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/4399528/helcion-ribeiro>. Pesquisa em 07/09/2022.

⁸⁰ Curso de lideranças da Diocese – Introdução à História da Igreja, um enfoque latino-americano, brasileiro e diocesano. Original compõem o acervo da Secretaria Paroquial de Chapecó.

Latina não é o mundo desenvolvido, mas o mundo pobre, subdesenvolvido, provocado pelos quinhentos anos de dominação europeia.

As novas ideias da igreja, que emergem no Concílio de Medellín⁸¹ realizado em 1962, apresentam um catolicismo menos formal, diferentemente daquele que opôs os padres do início do século XX a religiosidade pregada e vivenciada pelos monges e seguidores. A igreja, que busca se aproximar de um movimento social camponês como foi a Guerra Contestado, concorda com a concepção humanista e popular de catolicismo. Conforme Tedesco (1984), a Teologia da Libertação representa “esperança de que se reforcem os novos sinais dos tempos presentes numa igreja popular, mais leiga, mais desinteressadamente missionária; na luta pelos direitos humanos, pela ecologia, na luta pela terra, pela solidariedade”.

A preocupação com o meio ambiente, a fauna e flora introduzida entre os anseios da igreja latino-americana, aumentam a compreensão e imaginário em que as populações nativas e caboclas atuaram e atuam como agentes de preservação da natureza e vítimas de injustiça social na Guerra e no pós-Guerra. Claitom Márcio da Silva (2018, p. 3) afirma

E se as movimentações sociais católicas compartilham um imaginário na qual as populações caboclas são representadas como “protetoras” do ambiente e dos recursos naturais, a Romaria de 2011 buscou cumprir duas funções: A) Retomar a memória do Contestado enquanto símbolo de lutas e B) Reforçar a ideia de que as populações caboclas exerceram uma influência quase divina na preservação do ambiente.

A Romaria da Terra e da Água realizada no Sítio Histórico de 2011 foi um momento diferenciado em que se evidenciou o patrimônio cultural de Irani e isso ajudou na confirmação daquele espaço enquanto um lugar de memória e história. As milhares de pessoas que celebraram e expressaram suas ambições por um mundo mais justo e igualitário vieram de diferentes movimentos sociais, religiosos, da educação, movimentos culturais e políticos, tiveram a oportunidade de assistir as manifestações culturais de Irani, como a coreografia da Dança de Chica Pelega e ouviram o toque da gaita de Vicente Telles e seus discursos que falam de personagens caboclos e do sofrimento do povo sertanejo na Guerra do Contestado e no pós-conflito.

⁸¹ A Conferência de Medellín foi realizada em 1968. Resultou em duas concepções de uma mesma Igreja, a Europeia e a Latino-americana.

5.5 O “ACORDO DE PAZ” ENTRE O MUNICÍPIO DE IRANI – SC E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ EM 2017 – A MORTE DE VICENTE TELLES EM 2017

O documento que apresentamos foi o resultado de um evento promovido pela Polícia Militar paranaense e o município de Irani. O objetivo principal da cerimônia era comemorar a data de 105 anos da Batalha do Irani, em 22 de outubro de 2017. O local do evento foi o ginásio municipal da cidade de Irani-SC e contou com a participação da prefeitura municipal da cidade e entidades do município, juntamente com efetivos das forças públicas do Paraná e Santa Catarina, incluindo a banda musical da polícia militar do Paraná. Durante o evento foram realizados discursos e desfiles militares alusivos à data de 22 de outubro, feriado municipal em Irani.

A Polícia Militar do Paraná⁸² é a instituição que sucedeu o antigo regimento de segurança. Na prática trata-se da mesma corporação estadual com estatuto próprio e regime de trabalho e hierarquia interna militarizada. Todas as forças públicas estaduais, ou Polícias Militares, são regidas pelas regras militares baseadas na disciplina e hierarquia, inspiradas no Exército Brasileiro e apenas algumas nomenclaturas são diferentes. A destinação final das Forças Públicas é baseada em outras duas premissas com status constitucional: a manutenção da ordem pública e a vinculação como força auxiliar do Exército Brasileiro.

Os antigos regimentos de segurança e as atuais polícias estaduais possuem, na prática, a mesma função constitucional prevista no Art. 144 da Constituição Federal de 1988. São forças estaduais, subordinadas aos governadores dos estados, destinadas à manutenção da ordem pública. O próprio conceito do que é ordem pública é controverso e existem discussões jurídicas a respeito, autores apresentam diferentes interpretações do que seria o momento em que pode ser considerada a quebra da ordem pública. Um conceito comumente aceito é exposto por Cristina Maria Zackseski, (2016, p. 01) que afirma

Interesse público e bem comum são duas referências constantes em tentativas de se definir o que é ordem pública; também são frequentes as menções à convivência harmoniosa e pacífica. Trata-se, pois, de um conceito com conteúdo indeterminado, que se tenta explicar a partir de outros, igualmente indeterminados, e que, portanto, só são passíveis de explicitação pela observação de práticas políticas.

Sendo a natural sucessora do Regimento de Segurança, a atual Polícia Militar paranaense tem na batalha de 22 de outubro de 1912 em Irani um marco em sua história. Apesar

⁸² As forças públicas estaduais passaram a ser denominadas Polícia Militar após a constituição federal de 1946. Fonte: <https://www.pm.sc.gov.br/paginas/historia>. Consulta em 28/09/2021.

de o lugar ter sido o palco de um evento trágico, que resultou em baixas para o regimento de segurança do Paraná, é evidente que a cidade catarinense, principalmente o local da batalha com seus patrimônios culturais, (incluindo a vala onde se supõem estarem os restos de nove praças) desperta interesse nos atuais integrantes da corporação. A Força Pública paranaense conserva a memória da Batalha do Irani, quer seja pelos patrimônios em acervos de museus, pelo destaque do evento ocorrido em Irani registrado em sua própria história ou pelas várias visitas oficiais de membros da corporação a Irani.

A Batalha do Irani faz parte da história da Polícia Militar do Paraná. Uma amostra clara desse interesse por essa história comum que existe entre a corporação e o município catarinense, pode ser visualizado em um dos eventos que marcaram a passagem dos 166 anos da força pública paranaense. Em 2020 foi organizado um roteiro com vários modelos de jogos no formato virtual para que todo efetivo pudesse participar, o nome do desafio virtual foi: Batalha do Irani.

Figura 37 – Cartaz do evento comemorativo dos 166 anos da PMPR



Fonte: <http://www.avmpmpr.com.br/site/pmpr-promove-desafio-virtual>. Consulta em 31/08/2022.

O município de Irani, representado pelas administrações e as entidades culturais criadas na cidade, assimilou a memória da batalha pelo viés dos sertanejos/caboclos liderados pelo monge José Maria. Nessa perspectiva, o município de Irani que nem existia oficialmente na data da batalha, mas foi edificado no mesmo território, incorporou a história da Batalha do Irani

à sua própria trajetória. Esse é o lugar onde se supõem estarem enterrados os doze sertanejos e seu líder, Miguel Lucena de Boaventura. Como um dos efeitos da efetivação do Acordo de Limites, a região onde Irani está localizada foi definitivamente incorporada ao território do estado de Santa Catarina. Mesmo com a decisão política de fazer a partilha do território do Contestado entre os dois estados, nas fronteiras ainda restaram arestas do conflito, conforme afirma Paulo Roberto Hapner (2012, p. 47)

Teria cessado a guerra? O acordo de limites assinado em 20 de outubro de 1916 entre o Paraná e Santa Catarina não foi aceito pacificamente. Gerou manifestações contrárias – no Contestado Paranaense, em novembro de 1916. E em maio de 1917, uma sublevação popular leva ao assassinato de um monge, Jesus Nazareno. Afinal, a homologação do acordo em agosto de 1917 e a criação de novos municípios permite o reinício da colonização, em 1918.

O manifesto interesse institucional da PMPR por Irani é constatado também nas palavras do próprio Vicente Telles, que, falando para Pereira (2016, p. 159) sobre as visitas que recebeu no Memorial do Contestado, assim falou da Polícia Militar daquela unidade federativa:

Além deste, posso dizer que também a Escola da Polícia Militar de Curitiba, que já mais de uma vez aqui esteve, sendo a última com 60 alunos e 4 ou 5 oficiais e sargentos. Da mesma forma que as escolas civis, oficiais e alunos exaltam o viés do nosso trabalho histórico-folclórico, reconhecendo a eficácia das mensagens de cunho cívico, ético e moral que aliás, faz parte da formação militar.

O Combate do Irani foi o princípio da Guerra do Contestado, mas essa não foi uma guerra parecida com aquelas que muitas vezes são retratadas em filmes e livros de história, ficando no imaginário o enfrentamento entre grandes exércitos e multidões de soldados uniformizados utilizando equipamentos com enorme potencial de destruição. Na Guerra do Contestado não foi assim. O conflito foi uma resposta governamental, na forma de repressão bélica contra grupos de civis, que não estavam aceitando passivamente a brutal mudança de seu modo de vida, imposto sobretudo pelo avanço capitalista e a colonização imposta de fora, eventos que entre outros prejuízos causou a destruição de considerável parte da flora na região em disputa por Paraná e Santa Catarina. Delmir Valentini (2000, p. 20) afirma que

Para os primitivos habitantes da região e também para os sertanejos, que posteriormente habitam essas terras, a floresta representava a sobrevivência. Já, para os colonizadores vindos mais tarde, era necessário eliminá-la para cultivar o solo com outras variedades. Para as empresas estrangeiras, as florestas nativas não passaram despercebidas como objeto de cobiça e, em poucos anos, ou seja, no início deste século, áreas enormes com suas madeiras de lei foram devastadas.

Na Guerra do Contestado, o Exército Brasileiro e forças policiais combatem contra civis do próprio país e esses civis brasileiros, identificados como caboclos ou sertanejos, não lutavam para que a questão de fronteiras entre os estados se resolvessem, essa questão não estava nos objetivos do movimento de revolta sertaneja, no entanto, após a derrota dos sertanejos, o Acordo de Limites é o marco oficial de encerramento da Guerra do Contestado. Sabemos que esse acordo foi feito entre as elites do lado vencedor, os caboclos não participaram porque para os sobreviventes, o que restou foi a Rendição Incondicional.

Na história do encerramento das guerras encontramos as palavras: armistício, rendição condicional, rendição incondicional, vitória, tratados, acordo de paz, entre outras expressões. As soluções para o cessar fogo, para a pausa nos combates, são decididas por lideranças das forças envolvidas no conflito. No geral, os acordos de paz foram feitos pelos governantes ou oficiais militares mais graduados dos países conflagrados por guerras, mesmo os acordos podem também ser demonstrações de poder. Assim foi no mais famoso acordo já assinado por estados nacionais, o Tratado de Versalhes, documento que encerrou a Grande Guerra ou o conflito que envolveu diversas nações e que ficou mais conhecido por Primeira Guerra Mundial (1914-1918). David Stevenson (2016, p. 4), especialista na história da Grande Guerra, assim afirma

Os tratados de paz foram proeminentemente um legado político do conflito. A luta para impô-los foi a questão essencial na política internacional do pós-guerra e quase igualmente fundamental para os acontecimentos domésticos. O eventual fracasso do tratado decisivo – o assinado em Versalhes com a Alemanha – levantou questões fundamentais quanto à eficácia do uso da força nas relações entre Estados.

O “Acordo de Paz” assinado em Irani foi o resultado de um evento em que o cerimonial foi planejado e executado por oficiais integrantes do P5⁸³ da Polícia Militar do Paraná e contou com a participação de funcionários do setor cultural da prefeitura municipal do município. Durante a pesquisa localizamos registros de associações militares estaduais do Paraná, (entre elas a AVM – Associação da Vila Militar, que possui mais de 20.000 sócios) divulgando que no início do mês de Junho de 2017, especificamente dia 05 de junho de 2017, uma delegação composta por vários oficiais (coronéis, capitães e tenentes) e praças (sargentos e subtenentes), além de pesquisadores e jornalistas civis vieram em missão oficial a Irani para preparar o evento que foi realizado no aniversário de 105 anos da Batalha do Irani, em 22 de outubro de 2017⁸⁴.

⁸³ P5 são as sessões de comunicação corporativa e social das policias militares estaduais.

⁸⁴ Fonte: Disponível em: <http://www.avmpmpr.com.br/site/comitativa-de-militares-se-prepara-para-os-105-anos-do-combate-do-irani>. Consulta em 10/07/2021.

As tratativas para o cerimonial foram feitas pelos oficiais da PMPR, por setores da prefeitura de Irani e pelo próprio Vicente Telles.

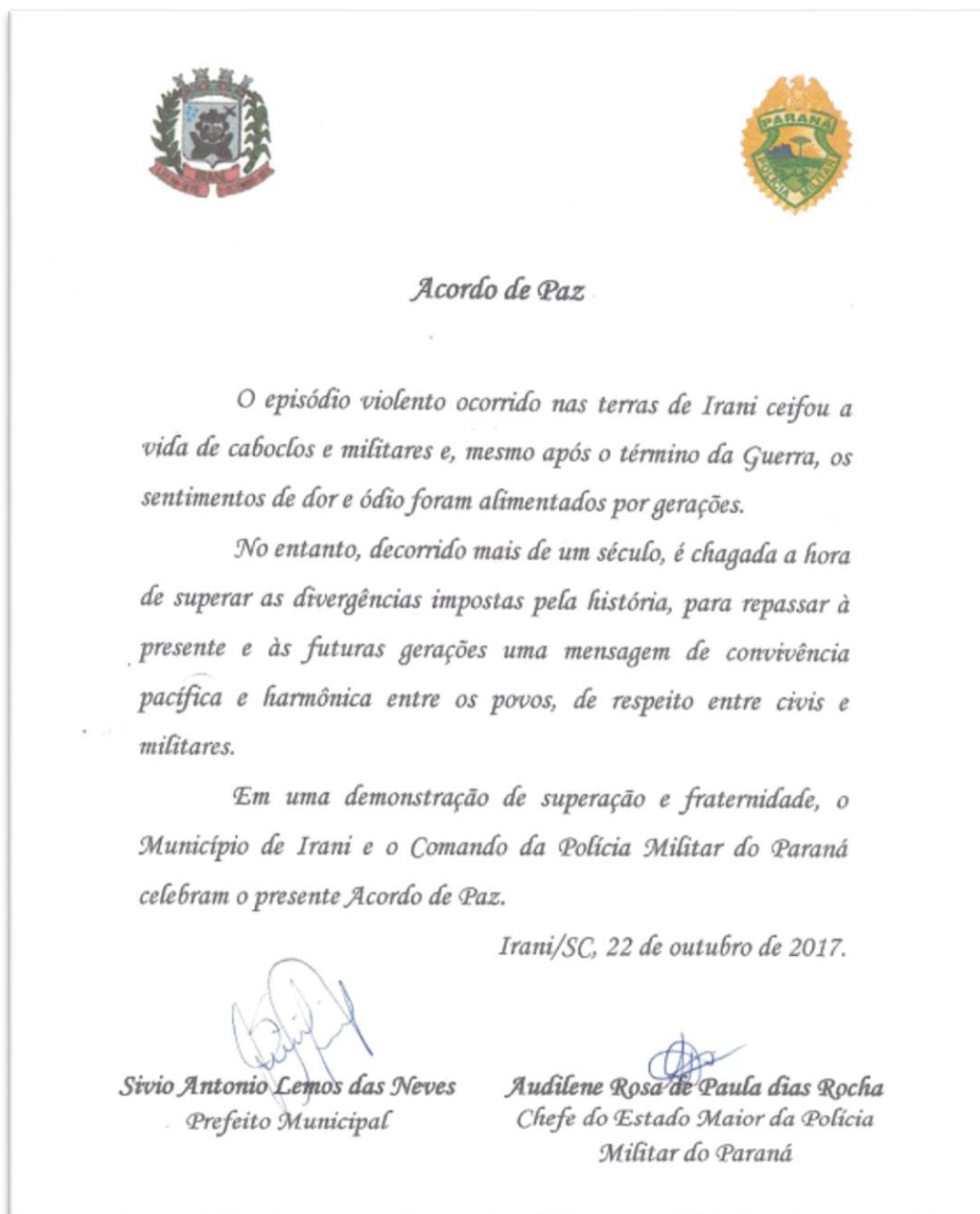
O texto do “Acordo de Paz” mostra uma narrativa de pacificação, um discurso de amizade, de superação das desavenças que teriam restado da Batalha do Irani. Os representantes das duas partes fazem o acerto, um pacto para esquecerem o conflito e seguirem juntas rumo a um futuro de paz. O documento foi assinado pela oficial mais graduada da Polícia Militar do Paraná, coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha e pelo prefeito municipal de Irani, Sílvio Antônio Lemos. No mesmo dia uma placa com os nomes dos civis e militares mortos na Batalha do Irani foi colocada na Vala dos 21.

Numerosos registros fotográficos do evento mostram que a força pública paranaense acompanhada da Polícia Militar catarinense desfilou em ordem unida na cidade onde o monge José Maria é considerado herói municipal⁸⁵, justamente por ter liderado a resistência ao regimento do Paraná em 1912. A Polícia Militar do Paraná realizou uma ampla cobertura do evento em suas redes de comunicação institucionais e no Boletim Geral, publicado em 23 de outubro de 2017. A força pública catarinense não repercutiu o evento em seus Boletins Internos⁸⁶, apesar de que os registros mostram que foi enviado um grande efetivo para o evento.

⁸⁵ Lei municipal de Irani-SC, número 1664, de 11 de junho de 2013.

⁸⁶ Na polícia catarinense os relatórios são denominados Boletins Internos e são equivalentes aos Boletins Gerais da coirmã paranaense.

Figura 38 – Documento do Acordo de Paz entre Irani e a Polícia Militar



Fonte: Documento original chamado Acordo de Paz está arquivado no acervo da Secretaria de cultura de Irani.

Enquanto para a cidade de Irani, a batalha de 22 de outubro de 1912 pode ser uma oportunidade de propaganda institucional, inclusive para o incentivo ao turismo, para a Polícia Militar do Paraná, a instituição de segurança pública equivalente atual do antigo regimento de segurança, esse local é de reverência e lembranças aos seus mortos, que são admitidos oficialmente em dez baixas no local de combate. Dos militares baixados, apenas o oficial que comandava a expedição, o Coronel João Gualberto, teve o corpo resgatado e foi sepultado com

honras militares em Curitiba, onde recebeu um mausoléu e diversas outras homenagens como nome de batalhão, nome de avenidas etc. Os corpos das praças⁸⁷ que baixaram no combate do Irani permaneceram anônimos no local onde teriam sido enterrados, junto com seus opositores no combate, os sertanejos/caboclos de Irani.

As organizações militares no geral formalizam e informam suas ações oficiais e administrativas em documentos chamados boletins gerais ou boletins internos. A Polícia Militar do Paraná publicou a autorização de viagem, a vinda de policiais militares e uma jornalista civil de Curitiba para Irani, a fim de participarem da cerimônia do dia 22 de outubro de 2017. O Boletim Geral da Polícia Militar do Paraná⁸⁸ de número 195, de 19 de outubro de 2017, apresenta a ordem de movimentação 007/2017, autorizando as despesas de viagem de uma viatura oficial, saindo de Curitiba para a cidade de Irani.

O Boletim Geral da Polícia Militar do Paraná – Curitiba apresenta os dados, incluindo os nomes de quatro policiais militares e da jornalista civil Márcia Santos, funcionária da instituição. Os policiais e a jornalista viajaram na viatura, fazendo um deslocamento de aproximadamente 648 quilômetros, via Rodovia BR476 e BR153⁸⁹, porém isso é a amostra de apenas um boletim geral emitido no período, sendo que ocorreram outros deslocamentos de militares de vários batalhões da Polícia Militar do Paraná para participarem do evento em Irani-SC, incluindo a logística para o transporte dos instrumentos musicais da banda da Polícia Militar do Paraná. Os discursos do cerimonial estão disponíveis na página oficial da Polícia Militar paranaense e no Boletim Geral editado no dia 23 de outubro de 2017. Reproduzimos parte da matéria do documento que disponibilizamos na íntegra nos anexos deste trabalho.

Uma placa foi descerrada na praça central da cidade de Irani (SC) no último domingo (23/10) em homenagem aos policiais militares do Paraná e sertanejos mortos no combate que marcou o início da Guerra do Contestado (1912-1916), na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, há 105 anos. A cerimônia foi uma iniciativa das polícias militares do Paraná e Santa Catarina, da prefeitura de Irani e do Conselho Estadual de Cultura catarinense para reforçar a harmonia entre os paranaenses e catarinenses. Os restos mortais dos envolvidos estão na Vala dos 21, um sítio histórico sobre a batalha havida na cidade. De acordo com a Chefe do Estado Maior da PM do Paraná, coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, o conflito ceifou a vida de muitas pessoas, militares estaduais e moradores, que lutaram por ideais que julgavam ser o interesse maior do grupo da qual pertenciam, mas agora o tempo é de celebrar a harmonia e a

⁸⁷ Praças são as graduações formadas por combatentes, para as atividades fins de “rua”. Oficiais são formadas pelos postos de comando que gerenciam os recursos humanos, logísticos e materiais das corporações militares.

⁸⁸ Documento original encontrasse no acervo da biblioteca online da Polícia Militar do Paraná. Os boletins internos dos órgãos de segurança pública necessitam de senhas para acesso, ou consulta pública mediante solicitação prévia do interessado/pesquisador. A cópia encontra-se nos anexos deste trabalho e foi fornecida ao autor por ser Militar Estadual em Santa Catarina e pela comprovação da relevância para a pesquisa.

⁸⁹ Pela Rodovia Federal BR153, a divisa entre os Estados de Paraná e Santa Catarina está localizada entre os municípios de General Carneiro-PR e Água Doce-SC.

paz. A parada contou com policiais militares do Paraná e de Santa Catarina, bombeiros voluntários, alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), bem como de estudantes de escolas da cidade. A cerimônia foi no ginásio de esportes da cidade foi prestigiado pela comunidade local. “A importância deste evento para nós é como um selo de paz da Guerra do Contestado. Diante de uma situação com um historiador é muito válido este evento que repercutirá no Paraná e em Santa Catarina”, disse o prefeito de Irani, Sílvio Antônio Lemos. (BOLETIM GERAL DA PMPR, 23 DE OUTUBRO DE 2017).

Não foi possível avançar e saber com exatidão os custos do evento para a Prefeitura de Irani e a Polícia Militar paranaense, no entanto, a administração pública do Paraná deve ter empenhado um valor considerável em despesas de combustível, material publicitário, placas e principalmente as diárias⁹⁰ de viagem para os oficiais, praças e componentes da banda musical.

O Acordo de Paz foi criado para fazer parte da mídia e divulgação de um cerimonial comemorativo, visando a lembrança de um evento comum que instituições envolvidas se apropriaram. O caráter de informalidade do documento fica claro porque nenhuma referência a ele foi encontrada nas leis municipais em Irani, propostas ou aprovadas pela câmara de vereadores (já demonstramos que em Irani praticamente todo o movimento de lembrar o Contestado é acompanhado por leis). Os representantes das duas entidades que assinam o acordo fazem parte de uma mesma elite, que já estava unida no conflito, o opositor era o caboclo/sertanejo que habitava a região como posseiro, sem a posse formal da terra. As vítimas da Batalha do Irani, os soldados e civis sertanejos, são até citadas, mas nenhuma letra vai ser destinada aos eventos que levaram à batalha: os interesses capitalistas e políticos, a perseguição e expropriação estatal contra os sertanejos em Santa Catarina e Paraná, somado às atitudes errôneas do oficial que comandava o regimento de segurança, conforme afirmou Vinhas de Queiroz (1966, p. 101),

João Gualberto mandou tocar oficiais para ler ao seu estado-maior esse bilhete. No dia seguinte, enquanto aguardava o regresso dos emissários, ficou numa agitação emocional que não pode esconder. Acerta altura, supondo que os fanáticos tivessem prendido o coronel Soares, chegou a propor ao tenente Busse atacar logo o acampamento. Enfim, caiu em si, confessando “eu ando mesmo a fazer loucuras”.

Sertanejos/caboclos foram vítimas da batalha porque estavam em seu lugar comum e ao serem atacados procuravam defender a si próprios e seus visitantes: o monge José Maria e seguidores. Pensar que as praças foram vítimas também é plausível, porque soldados são elementos de execução⁹¹ e não de planejamento e decisão, ou seja, para os soldados do Paraná

⁹⁰ Forma de remuneração fora do salário mensal, destinada a cobrir os custos de servidores em viagem a trabalho, cursos e estudos de interesse das corporações.

⁹¹ No estatuto da PMSC consta que: Art. 39. Os cabos e soldados são essencialmente elementos de execução. Fonte: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1983/6218_1983_lei.html

convocados para a expedição em outubro de 1912 em Irani, não havia escolha, além da baixa por pedido ou deserção que é um crime militar. Os soldados entraram em combate porque superiores hierárquicos e políticos decidiram.

Outro ponto que pode ser analisado e pensado criticamente é a legalidade atual das polícias militares estaduais e os limites de atuação fora de suas “fronteiras ou jurisdição”. Afinal a atuação dessas instituições está baseada em regramentos semelhantes, que definem a atuação social e jurídica conforme as regras da constituição e o código penal. Portanto, a atuação e a presença ostensiva das polícias militares podem, ou devem, ser pensadas pelo caráter social/humano, de legalidade e limites geográficos. Para fazer essa análise, questionando a presença ostensiva dos militares paranaenses em Irani-SC, consideramos as fronteiras estabelecidas entre os estados, no caso a linha divisória específica de Santa Catarina e Paraná, cujo limites e fronteiras foram definitivamente definidas pelo Acordo entre os respectivos governadores em 1916. E nossa análise encontra-se similaridade com o texto de Priscila Faulhaber (2001, p.108), que afirma

Na geografia política moderna entende-se fronteira como uma linha precisamente definida no mapa, marcando a exata divisão entre dois Estados adjacentes. Essas fronteiras, no entanto, são resultado, muitas vezes, de decisões políticas arbitrárias ou fruto de acidentes militares.

A situação constitucional das policiais militares estaduais (incluindo a brigada militar gaúcha) é regulada pelo Art. 144 da constituição de 1988, dizendo genericamente que essas instituições têm a missão de preservar a ordem pública⁹². Todas as instituições possuem regulamentos e estatutos próprios e atuam apenas dentro de suas fronteiras, com exceção da Força Nacional⁹³ que pode atuar a nível federal.

Os desfiles militares são sinônimos de organização, comando, controle e ordem. É comum que, após as vitórias em guerras, os exércitos vencedores desfilem no território conquistado, isso tem a simbologia do domínio do lugar. Durante o evento do “Acordo de paz” em Irani, a Polícia Militar do Paraná desfilou em ordem unida⁹⁴ juntamente com a Polícia Militar de Santa Catarina, ambas comandadas por oficiais dos respectivos estados. A Polícia Militar do Paraná homenageou os mortos no episódio, citando soldados e caboclos, mas sua legitimidade representativa alcança apenas os soldados do antigo regimento de segurança.

⁹² Artigo 144 Constituição Federal de 1988. Fonte: <https://www.senado.leg.br>. Consulta em 07/06/2021.

⁹³ Força de segurança pública com atuação nacional formada por polícias de todos os Estados, atua sob o controle do ministério da justiça. A força nacional foi criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo decreto número 5.289/2004. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br>. Consulta em 07/06/2021.

⁹⁴ Desfile organizado sob comando de superior hierárquico, com ordens de comando e movimentos padronizadas.

Fato é, que o município de Irani-SC se apropriou do evento Batalha do Irani e, essa premissa fica manifesta nos monumentos e nas propagandas oficiais do município, visando o aproveitamento da história do lugar para incentivar o turismo e a divulgação do município. O principal personagem caboclo/sertaneja da Batalha do Irani, o monge José Maria é considerado herói municipal, justamente por ter liderado a resistência dos civis contra a força pública do Paraná, considerando esse fato, um desfile em ordem unida da corporação paranaense⁹⁵, no lugar de memória da Batalha do Irani, parece ser uma contradição. A presença ostensiva da PMPR e os numerosos registros de desfiles em ordem unida em Irani é contraproducente para um lugar que de forma oficial, busca a heroicização do monge José Maria.

Os numerosos registros do evento, realizado no lugar de memória caboclo, mostram que o que ocorreu foi uma cerimônia militar, marcada pela ordem unida de policiais militares fardados com uniformes operacionais e equipamentos, pelos discursos de comandantes oficiais e de músicas executadas pela banda militar. Alunos de escolas públicas participam com vestimentas simulando um sertanejo, porém essa participação é secundária, o público predominante é formado por homens e mulheres com uniformes militares e também havia civis uniformizados, integrantes do Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani. Nossa percepção de que o evento organizado pela PMPR e prefeitura de Irani é passível de questionamento encontra similaridade com a análise de Ana Paula Mota, que chama o acordo de “estranho” (2021, p. 152).

Os participantes foram até o Ginásio Municipal de Esportes Modesto Tortelli. Nesse espaço, tendo a comunidade local como público, discursaram Telles e oficiais do Estado Maior da PMPR. Na sequência houve apresentações musicais e ocorreu a assinatura de um estranho Acordo de Paz entre a PMPR e o município de Irani. O evento foi finalizado com um desfile cívico no qual participaram representantes caracterizados dos dois grupos antagonistas em 1912, isto é, a polícia estadual fardada e alunos de escolas, mais munícipes vestidos como sertanejos.

⁹⁵ Registros do acervo na secretaria de cultura de Irani mostram que após o evento de 2017, houveram outros desfiles da PMPR, em ruas centrais de Irani.

Figura 39 – Desfile em Ordem Unida no Acordo de Paz



Fonte: Acervo da Secretaria de cultura de Irani.

A PMPR, ao propor a realização de uma cerimônia que marcasse a passagem dos 105 anos da Batalha do Irani, no local de memória sertaneja e ao realizar esse evento segundo suas próprias tradições e costumes, demonstra uma forma de apropriação cultural, a imposição de seus elementos de identidade. Essa aparente imposição à tentativa repete a invisibilidade relegada aos sertanejos no antes e pós-Guerra.

Além do material fotográfico e a cópia do próprio documento gerado na cerimônia, fornecidos pelos servidores públicos de Irani, fomos informados por eles que durante o ano de 2017, quando a Batalha do Irani completaria 105 anos, os representantes do governo e Polícia Militar do Paraná estiveram em Irani, estabelecendo contatos com integrantes da Fundação Contestado (que ainda não havia sido extinta) e na prefeitura municipal e de fato, isso pode ser confirmado nos registros das associações militares paranaenses e por muitos registros fotográficos que foram produzidos. No dia 22 de outubro de 2017, o evento foi realizado, Vicente Telles estava presente, em que fez um breve e emotivo discurso.

Figura 40 - Vicente Telles discursando no Acordo de Paz



Fonte: Acervo da Secretaria de cultura de Irani.

Telles repetiu os argumentos que sempre fizeram parte de sua metodologia de ensino, baseada na exposição do sofrimento do povo que foi expropriado no Contestado e alguns elementos de sua espiritualidade. Após a fala, Vicente passou a tocar sua gaita e cantar no evento, acompanhado por seu filho e sua nora. Todo o cerimonial foi registrado pela empresa Signus Comunicações e o vídeo promocional com a fala de Vicente Telles ainda está disponível na página da empresa na internet⁹⁶. Reproduzimos a fala de Vicente Telles na íntegra

Expulsavam das suas entranhas a sombra da morte e fazia renascer no solo vermelho pelo sangue de seus homens. Um pequeno foco de luz, a luz da esperança por um dia que ainda não clareou. A luz da esperança, por uma vitória que ainda não veio. Mas veio sim, a luz do universo para mostrar cadáveres de homens, mulheres e crianças, crematórios e traumas. Para mostrar o caminho dos monges e as multidões sem identidade, descalças, maltrapilhas, escorraçadas de seus paraísos ecológicos. Veio à luz do universo, para mostrar que a história, imagem da nossa própria alma, não se apaga. Veio para mostrar que o Contestado nos deixou um legado perverso, mas Santa Catarina, 'pela' unção do próprio nome, une-se ao Paraná nessa hora, para trocar as armas pela música. (TELLES, IN SIGNUS COMUNICAÇÕES, 2017).

O documento que foi assinado por membros da cúpula do poder executivo municipal e da Polícia Militar paranaense. A presença de descendentes dos sertanejos/caboclos é

⁹⁶ COMUNICAÇÕES, Signos. Guerra do Contestado. Irani 23 de outubro de 2017. Facebook: Signos Comunicações. Disponível em: <https://www.facebook.com/signoscomunicacao/> Consulta em 28/09/2021.

secundária. No entanto, incluímos essa análise nesse trabalho porque a relevância para a memória do Contestado em Irani é que em 22 de outubro de 2017 marcou o último evento público que Vicente Telles participou. Vicente Telles adoece em dezembro de 2017 e morre aos 86 anos no hospital de Concórdia no dia 28 de dezembro daquele ano. As homenagens póstumas foram muitas e o falecimento muito noticiado, também os adjetivos são vários⁹⁷.

Vicente Telles foi enterrado no Cemitério do Contestado. O cemitério estava (e ainda está) desativado e há muitos anos ninguém havia sido enterrado no local, a exceção foi o folclorista que pediu em vida que assim procedessem em relação ao seu corpo. Ao ser enterrado no Sítio Histórico de Irani, Vicente Telles que tanto falou e cantou o Contestado em Irani, foi definitivamente incorporado aos Patrimônios Históricos do lugar, porque sua sepultura, agora faz parte do Cemitério do Contestado. Ao lado da lápide de Vicente existem placas onde junto a uma fotografia dele com sua vestimenta típica, estão escritas homenagens pela historiadora Elenita Ribeiro e pelo arquiteto Leonardo Gazzoni. Reproduzimos os textos para encerrar a presente dissertação

Homem de garra, de coragem, inteligente, criativo. Possuía muitas qualidades em valia. Mantinha vivas as memórias da Guerra do Contestado. Sempre acompanhado de sua gaita esbanjava conhecimento e alegria, valorizando a diversidade cultural do homem do Contestado. Através de sua imaginação transmitia a esperança. Cultivava a gloriosa saga dos personagens da guerra e assim transmitia a realidade do mundo vivida por eles. De forma poética e folclórica mostrava a todos aquilo que o encantava. Com altivez e nobreza ensina crianças, jovens, adultos e anciãos. Criou músicas, versos, hinos, fez a sua história. Sua posição demonstrava firmeza e segurança naquilo que falava. Determinado, sempre lutou em prol da cultura local e regional. Irani foi a cidade que Vicente Telles escolheu para viver, para deixar sua marca, seu legado. Somos gratos pela oportunidade de conviver com esse homem lendário. Lhe homenageamos, recordando suas apresentações com gratidão, carinho e saudade. Receba essa homenagem Vicente Telles dos cidadãos iranienses. (ELENITA, 2017).

Não há gesto maior que permanecer. Vicente Telles permanece no clarão de sua arte, na bravura de seu olhar sobre o Contestado. Permanece com voz altiva no vento do passado e chama firme pelo caminho que resta. Na nobreza de ser gentil com a memória e lutar por ela. Ser eterno é permanecer na memória até que não haja mais tempo. (GAZZONI, 2017).

⁹⁷ Fonte: <https://radiator.com.br/noticias/27576-morre-vice-telles-historiador-da-guerra-do-contestado>. Consulta em 03/10/2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, visando entender como um antigo campo de batalha se transformou em um lugar de memória, apresentamos e analisamos as políticas de desenvolvimento do patrimônio cultural de Irani, ações que partiram de indivíduos, de organizações sociais e do poder público municipal. As políticas patrimoniais incluíram a conservação do espaço, onde se supõem ter sido o lugar que em 22 de outubro de 1912 ocorreu a Batalha do Irani e que constituiu o Sítio Histórico, fragmento singular que caracteriza Irani como um lugar onde ocorreu uma batalha da Guerra do Contestado – 1912-1916.

Nesse sentido, considerando que a introdução é o primeiro capítulo, a dissertação foi dividida em três capítulos que intencionaram relacionar o tema da pesquisa com a bibliografia existente, notavelmente no segundo capítulo, onde abordamos a formação histórica do atual município de Irani e a batalha de mesmo nome. Nos demais capítulos apresentamos a atual cidade e seus patrimônios culturais e analisamos fontes documentais que permitiram uma exposição cronológica do desenvolvimento da história patrimonial de Irani, onde visualizamos as políticas culturais de iniciativa público/privadas.

As consequências da batalha ocorrida nas terras do Irani não tiveram apenas resultados imediatos e, somado a outros fatores políticos/sociais, vão ter repercussões amplas na forma de lutas duradouras, que atingiram outras regiões do estado de Santa Catarina. A única batalha ocorrida em 1912 em Irani foi apenas a primeira de muitas outras que aconteceram a partir de 1913 na Guerra do Contestado. Da guerra, em que o exército brasileiro combateu contra uma parcela organizada da população sertaneja e que foi encerrada em 1916, para Irani, o que restou foram os patrimônios culturais e a memória que relaciona Irani ao movimento sertanejo.

No período pós-Guerra, a região de Irani deixa a jurisdição do estado do Paraná e passa a fazer parte do território de Santa Catarina. A colonização é implantada seguindo os planos governamentais da época, ou seja, a destinação das melhores áreas para imigrantes, em detrimento das populações indígenas e caboclas/sertaneja, que habitavam o território.

Iniciamos a pesquisa considerando que os restos patrimoniais herdados da Guerra, conferem a Irani um *status* de lugar de memória, apesar de que uma das primeiras percepções é de que essa memória de guerra pode ter sido, em parte, prejudicada. Constatamos que existe um período de aparente esquecimento do Contestado, ou, um tempo em que não houve registros de ações de conservação patrimonial e da memória. O atual município de Irani se emancipou de Joaçaba no início da década de 1960 e somente no final da década de 1970 iniciaram as

políticas de desenvolvimento do patrimônio cultural e de rememoração do Contestado em Irani. Portando, visualizamos um lapso, uma lacuna temporal entre o término da Guerra em 1916 ao ano de 1978, quando Vicente Telles influencia e dá início público ao movimento de rememoração do Contestado, que resulta na atual configuração sócio/cultural do município catarinense.

Devido às limitações impostas pela pandemia, a busca por fontes foi concentrada na região, basicamente em três cidades: Irani, Xanxerê e Chapecó. O objetivo inicial era uma pesquisa mais ampla, incluindo a ida ao museu da PMPR na academia militar de Guatupé em São José dos Pinhais-PR e tínhamos também mantido contato com familiares do Coronel João Gualberto, onde teríamos acesso ao acervo familiar, no entanto, a viagem não foi realizada, restando essa possibilidade de pesquisa para o porvir.

Para analisarmos o desenvolvimento do patrimônio cultural em Irani, dividimos a discussão em outros dois momentos, onde no primeiro ato, como capítulo quatro, são descritas as ações iniciais de Vicente Telles e da patrimonialização no período compreendido entre os anos 1978 a 2000. O segundo ato, ou capítulo quinto, engloba a exposição das fontes documentais produzidas entre o ano 2000 a 2021. Nos dois períodos, aparece com frequência o nome do político Esperidião Amim que se aproxima de Vicente Telles e ambos falam da rememoração do Contestado enquanto um fator decisivo para criação do sentimento de pertencimento do catarinense ao lugar, o que chamam de “catarinismo”.

O desenvolvimento do patrimônio cultural e da rememoração do Contestado em Irani, no primeiro período, foi marcado por desfiles cívicos no dia 7 de setembro, pelo início das comemorações da Festa do Contestado, realizada anualmente na semana do dia 22 de outubro, pela incorporação de terras para compor o Sítio Histórico e pelas construções na década de 1980 do Monumento Mãos de Cimento e do Museu do Contestado. Essas ações, as construções dos dois patrimônios e a Festa do Contestado são exemplos que podemos interpretar como reforço, ou de afirmação de que Irani é um lugar de memória.

As construções dos dois patrimônios, muito próximos ao cemitério que já existia, são intervenções na paisagem que circunda a principal via de acesso à cidade, de modo que a chegada na área urbana do município é precedida pela visão dos patrimônios culturais ligados ao Contestado. A Festa do Contestado, comemorada anualmente em outubro, foi o princípio para a criação de uma lei municipal em 1993, que decretou feriado municipal na data da Batalha do Irani. O feriado, muito além ser um período de realizações de eventos culturais por pessoas e entidades afins, é também um fator social. O dia 22 de outubro, feriado alusivo à Batalha do

Irani, é um dia de celebrações para interessados e de descanso para o conjunto da população, que nesse dia tem uma significativa alteração em seu cotidiano, devido a um acontecimento presente na história do lugar e esse é um exemplo de atuação do poder público para a rememoração do Contestado em Irani.

As discussões do segundo período de nossa análise abrangem principalmente os anos 2000 e 2017, porém, na análise da Fundação Contestado, avançamos até o ano 2021. Em 2000 o movimento de rememoração do Contestado em Irani se aglutina em torno da Fundação que, conforme demonstramos pelas atas de reuniões, fazia o planejamento das ações culturais no município. A existência da Fundação possibilitou a legalidade para a captação de recursos públicos e novas áreas de terras são destinadas ao Sítio Histórico, no entanto, é possível constatar que havia um grupo relativamente pequeno de participantes das reuniões da Fundação, em que pese, a importância política desses mesmos componentes.

Com a extinção da Fundação Contestado em 2019, ocorre um ponto de ruptura do modelo de administração do Sítio Histórico, que combinava a participação de pessoas da comunidade, com integrantes da prefeitura municipal. As ações de desenvolvimento e manutenção patrimonial em Irani ficam sob a responsabilidade da Secretaria de cultura do município, que já vinha realizando essa atividade antes da extinção da Fundação.

A partir dos anos 2000 também surgiram diversas leis municipais específicas do Contestado e o projeto do Parque Temático do Contestado foi iniciado, mas nunca concluído. Foi criada também uma confraria para estudos do Contestado e da população cabocla e o nome do arquiteto Ires Lopes da Silva passa a aparecer com frequência no desenvolvimento patrimonial em Irani: as ruínas do anfiteatro, construído entre os anos de 2001 e 2005, são uma amostra de intervenção na natureza do lugar de memória e isso mostra o risco que grandes intervenções podem causar em espaços de memória já consolidados pelo tempo e pelos patrimônios culturais.

A condição do Sítio Histórico/Arqueológico de Irani é sensível. Ao mesmo tempo em que é necessária a existência de políticas que evitem o abandono e esquecimento do lugar, é necessário o cuidado para que as intervenções no espaço de memória não provoquem alterações que tirem o objetivo a que o local de memória se destina. O projeto de revitalização que apresentamos em complemento à apresentação do projeto Parque Temático é um exemplo onde, apesar dos cuidados com a utilização dos materiais, se propõem um perigoso e, talvez, excludente comercial.

Em 2011 um grande público visita o Sítio Histórico na Romaria da Terra e da Água e é reforçada a importância social desempenhada pelo local de memória, enquanto símbolo das populações tradicionais por sua luta por justiça social e seu cuidado com a natureza e essa convergência de símbolos, a luta sertaneja no Contestado e as causas sociais contemporâneas, já foram uma prática desde a primeira Romaria da Terra realizada no campo de batalha de Taquaruçu.

A descrição da trajetória das ações de desenvolvimento patrimonial em Irani sob a liderança de Vicente Telles e a própria pesquisa se encerram com a apresentação do documento chamado “Acordo de Paz”, realizado em 22 de outubro de 2017, pela prefeitura de Irani e Polícia Militar do Paraná. O “Acordo e paz”, que resultou da cerimônia que marcou 105 anos do Combate do Irani, possui diferentes significados para os participantes. Para Irani, além da memória do Contestado, a realização de um grande evento é um fator de divulgação da cidade como um destino para o turismo histórico/cultural.

Para a instituição paranaense o evento foi uma forma de homenagear seus mortos que participaram e morreram em um dos mais marcantes episódios registrados na trajetória da corporação. Os soldados enterrados no Sítio Histórico e o oficial João Gualberto, enterrado em Curitiba, fazem parte da memória da instituição, portanto, Irani compõem uma parte da história da Polícia Militar paranaense, o que justificaria o interesse no lugar de batalha, fato que fica claro nas fontes que apresentamos, notavelmente nas comemorações dos 166 anos da instituição, das visitas oficiais, no texto expresso no documento assinado em 2017 e nas placas colocadas no Sítio Histórico de Irani.

Registros encontrados na página da AVM – Associação Vila Militar apontam que após 2018⁹⁸ outros policiais militares paranaenses voltaram para visitas oficiais a Irani. Os militares participaram de uma festa chamada Expo Irani a convite do município. Essa constatação mostra que a presença ostensiva da PMPR em Irani é aceita e de certa forma incentivada pelo próprio município e essa perspectiva produz questões para futuros estudos em Irani: em qual nível e por quais objetivos a PMPR estaria intervindo, no lugar de memória da resistência sertaneja? O município, ao permitir que a PMPR coloque placas e desfile em solo iraniense, estaria sendo negligente com a memória cabocla ou esse movimento visa o atrativo ao turismo do lugar e sua consequente repercussão econômica?

⁹⁸ Disponível em: <http://www.avmpmpr.com.br/site/associados-avm-participam-da-expoirani/> Consulta em 30/09/2022.

Ponderamos que, pelas análises das fontes documentais, cumprimos em parte com o objetivo do trabalho, ou seja, mostramos elementos que contribuiriam para a criação e estabelecimento da atual configuração dos patrimônios culturais e das contribuições que essas fontes representaram para a memória do Contestado em Irani, no entanto, muito conteúdo presente no material coletado restou para ser explorado em outras abordagens. Em parte, pois não localizamos para essa pesquisa, fontes ou citações tratando da memória e patrimônio em Irani, em períodos anteriores ao ano de 1978. O que não quer dizer que elas não existam, uma vez localizadas poderiam fundamentar um novo estudo da temática.

A história oral é outra forma metodológica que poderíamos utilizar para cobrir as lacunas de falta de informações em anos anterior a 1978 e também para complementar as informações do período mais recente, encontradas nos documentos que apresentamos. A oralidade e o conhecimento popular sobre o Contestado em Irani são muito presentes. Durante a pesquisa, encontramos pessoas que nos passaram informações pertinentes, falando do Contestado ou informando a localização de outras pessoas e entidades que de alguma forma contribuiriam para a cultura patrimonial e memória do Contestado.

Diversas pessoas de diferentes estratos sociais poderiam fornecer dados, sendo fonte: Os prefeitos municipais dos anos 1980 e 1990, os funcionários da prefeitura e os integrantes da Fundação Contestado, pessoas que participaram da construção e da manutenção dos patrimônios, além de integrantes da própria comunidade. Contemplamos uma real possibilidade de explorar essa oralidade em novos trabalhos, oralidade que, no geral, procura reforçar o fator de que Irani é um lugar de preservação da memória cabocla.

Os “restos” de memória de guerra conservados em Irani foram a base para o desenvolvimento do patrimônio cultural na cidade, isso é fatídico e comprovado pelas fontes que apresentamos, no entanto, muito mais pode ser explorado. Pierre Nora afirmou que memória se liga ao objeto e, em Irani, esse pressuposto pode ser contemplado e também sentido, afinal, ao instituir o feriado no dia 22 de outubro, o legislador municipal propiciou uma possibilidade a mais de estabelecer a memória coletiva, ligando o município ao Contestado. A dualidade, patrimônio cultural e memória coletiva, vão se constituindo no lugar de memória.

Assim, neste trabalho mostramos algumas das diversas ações, que nas últimas quatro décadas, formaram as políticas de desenvolvimento do patrimônio cultural em Irani. Procuramos mostrar a parte física/estrutural e a escrita dessa construção (os projetos, as propagandas, a música, os patrimônios). Considerando que a memória está continuamente em construção, em processos de esquecimentos e lembranças, a presente pesquisa termina

apontando para outra linha de análise, sugerindo que uma continuidade seria contemplada pelo estudo específico da memória coletiva em Irani, o sentimento de pertencimento dos moradores com a cidade “Berço do Contestado”.

Apesar de já existirem vários trabalhos citando Vicente Telles, não é possível mensurar a amplitude de sua obra, a trajetória de Telles se confunde com o movimento cultural em Irani, que resultou em um município que divulga o lugar como o “Berço do Contestado”, conforme demonstramos no capítulo três. O desenvolvimento do patrimônio cultural em Irani teve a participação de variadas pessoas e do poder público municipal, no entanto, é inegável que Vicente Telles exerceu o protagonismo das principais ações, o que ficou demonstrado pelas fontes que pesquisamos e, essa atuação pode ter sido possível pelo seu interesse pessoal pelo Contestado, vindo de suas origens familiares e que, pode ter sido facilitada por ser ele um proprietário de terras em Irani, propriedade anexa ao Sítio.

A morte de Vicente Telles em 2017 não significou o fim da ligação da família Telles com a cultura do Contestado em Irani. O Memorial do Contestado e seu acervo é um dos legados assumidos por Vicente de Paula Telles (Vicentinho) e sua esposa Nancy Lima que, utilizando o nome “Os Guardiões do Mensageiro”, continuam realizando trabalhos com músicas temáticas em Irani e região. No dia 05 de outubro do corrente ano, uma apresentação foi realizada pelos Guardiões do Mensageiros na escola de educação básica Isabel da Silva Telles intitulada Celebração à Vida e Obra de Vicente Telles.

Na semana do feriado alusivo à Batalha do Irani (22 de outubro) de 2022, a administração municipal de Irani, através da Secretaria de cultura vai realizar uma programação cultural liberada para a presença do público. Agora, em 2022, além das ações de rememoração do Contestado e do desenvolvimento do patrimônio cultural, parece surgir uma nova fase, em que os envolvidos no movimento cultural em Irani tentam incorporar também o componente da memória e obra de Vicente Telles, ou seja, as possibilidades de novos estudos são sempre possíveis para o Contestado, no âmbito da história regional.

E o papel dos historiadores? Vicente Telles (2013, p. 441) escreveu que o monumento Mãos de Cimento nasceu de “calorosos debates entre historiadores, artistas plásticos, críticos de arte, folcloristas”, portanto, o movimento de rememoração teve historiadores na sua concepção e essa especialidade poderia continuar contribuindo com a presença, a pesquisa e também a proposição de ideias ou, talvez, leis para que o lugar que foi campo de batalha seja sempre um lugar de memória cabocla /sertaneja.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Esperidião. Cadernos da Cultura Catarinense. In: TELLES, Vicente (org). **Folclore Itinerante da Epopeia do Contestado**: história em música. (Encarte do CD Epopéia do Contestado – História em Música). Irani: [s.n.], 2002.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, Ed, UFSC, Assembleia Legislativa, 1984. 204 p.
- BORGES Maria Elizia. **O Cemitério Como “Museu a Céu Aberto”**. VII Congresso internacional imagens da morte: tempos e Espaços na Sociedade. São Paulo, 2016.
- BORGES, Vany Pacheco. In: PINSK, Carla Bessanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto, 2008, p. 212-230.
- BRIGHENTI, Clóvis Antônio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. Artigo disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Consulta em 05 abril 2021.
- CASADEI, E. B. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva**. Revista Espaço Acadêmico, 153-161, 2010. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678>.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias, Dados para a História do Brasil**. Rio de Janeiro, 1950.
- CAUDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 3ª Ed. São Paulo. Contexto, 2016.
- CAMPOS, Ricardo de. **Caboclos Rebeldes**: Uma Aventura pela Guerra do Contestado. Ricardo de Campos. Canoinhas. 2016.
- CEOM. **Para uma história dos Índios do Oeste de Santa Catarina**. Cadernos do Ceom. Ano 4 nº 6. Chapecó. Nov. 1989.
- CHUVA, Márcia. **Por Uma história da Noção do Patrimônio Cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2012.
- DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade**: o movimento do Contestado. Curitiba: SAMP, 2014. 236 p. (Coleção Teses do Museu Paranaense; v.8). ISBN 978-85-67310-17-6.
- FILHO, Wilson Trajano. **Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos**. In: Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades / Livio Sansone, organizador. - Salvador: EDUFBA, 2012, 264 p.
- FAULHABER, Priscila. **A Fronteira na Antropologia Social**: As Diferentes Faces de um Problema. BIB, São Paulo, nº 51, I o semestre de 2001, p. 105-125.
- FELIPPE, Euclides J. **O último Jagunço**: folclore na história do Contestado. Curitiba: Ceom, 2001. 100 p.

Universidade do Contestado, 1995.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na Rede Viária do Contestado:** Uma abordagem acerca da formação territorial do sul do Brasil. Tese de doutorado. UFPR, Curitiba, 2006.

GAZZONI, L. **Recuperação e Reabilitação Arquitetônicas do Anfiteatro De Imagem, Luz e Som de Irani/SC.** Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Xanxerê, 2019.

GAZZONI, L.; SANTO, R. E.; FERREIRA, A. S. **Recuperação e Reabilitação Arquitetônica do Anfiteatro de Imagem, Luz e Som de Irani - SC.** Seminário De Iniciação Científica E Seminário Integrado De Ensino, Pesquisa E Extensão. 2019. Recuperado de <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/22035>.

GONÇALVES, Janice. **Lugares de Memória, Memórias Concorrentes e Leis Memoriais.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015 – ISSN- 2177-4129.

HASS, Mônica. **O Linchamento que muitos querem esquecer.** Chapecó: Grifos, 1999.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. **Vozes da imprensa:** A Batalha do Irani pelas páginas dos jornais “O Dia” (SC) e “A República” (PR) no final de 1912. Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 201.

LINO, Jaisom Teixeira. In: **História da Fronteira Sul.** / Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini, Paulo A. Zarth. Chapecó: Ed. UFFS. 2016, 352 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LINO, Jaisom Teixeira. **Os Cemitérios da Guerra do Contestado (1912-1916):** Aspectos Historiográficos e Arqueológicos. Revista HABITUS, Goiânia, v. 10, n.2, p. 187-201, jul./dez. 2012.

LITTLE, Paul. **Territórios e Povos Tradicionais do Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MARTINS, Celço. **Mato de Tigre Campo e Gato.** Florianópolis: Ed Insular, 2007.

MAURICE, Halbwachs. **A memória Coletiva.** São Paulo, Ed Centauro, 2003.

MENDES, Rosa Antonio. **O Que é Patrimônio Cultural.** Editora Olhão Gente Singular, 2012.

MOTTA, Ana Paula. **Mãos de cimento:** as Representações da Guerra do Contestado no

Imaginário de Irani. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.5, p. 25-54, dezembro, 2016.

MOTTA, Ana Paula Ferreira. **Da Derrota e Morte na Batalha do Irani (1912) ao Culto Cívico a João Gualberto pela PMPR: O Heroísmo como Missão.** UFPR, Curitiba, 2021.

MUNSLOW, Alun. **Descobrimo a História.** Tradução de Renata Gaspar Nascimento – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória.** A Problemática dos Lugares. PROJETO HISTÓRIA: Revista do programa de estudos pós graduados em História e do departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP- Brasil, 1981.

OLIVEIRA Neto, Godofredo. **O Bruxo do Contestado.** Rio de Janeiro, Editora Record. 2012.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em Pé de Guerra.** O movimento político dos subalternos militares no Brasil 1912-1916 e a revolta dos sargentos de Brasília/ Paulo Eduardo Castello. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

PEIXOTO, Demerval. **A campanha do Contestado** – Episódios e Impressões. Ed. Segundo Milheiro, Rio de Janeiro, 1920.

PEREIRA, Moacir. **Vicente Telles** – O Mensageiro do Contestado. Ed Insular, Florianópolis. 2016.

RADIN, José Carlos. In: **História da Fronteira Sul.** / Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini, Paulo A. Zarth. – Chapecó: Ed. UFFS, 2016. 352 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio** – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

RICHTER, Fábio Andreas. **Coleção Garibaldina: Intermediações e Construções em Um Patrimônio Catarinense.** Cadernos NAUI Vol. 5, n. 9, jul. - dez 2016.

SANTOS, Milton. **Por Uma Nova Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro. Ed. Record, RJ. 2003.

SANTOS, Milton. **A construção do espaço.** São Paulo: Ed. Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo – SP. Editora Hucitec, 1993.

SETEMBRINO DE CARVALHO, F. **Relatório apresentado ao General da Divisão José Caetano de Faria.** Ministro da Guerra – 1915. Imprensa Militar. Rio de Janeiro. 1916, p. 3.

SILVA, Luiz Carlos da. **Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer a Guerra Sertaneja do Contestado (1912 – 2016).** 2017. 320 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, V. R. F. **Patrimônio, Memória e Mercadoria**: uma reconstrução arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais. Pelotas: 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural).

SILVA, Claiton Marcio da. **“Da Luta pela Terra” “À Luta pela Terra”**: Romarias, Mudanças climáticas e a apropriação simbólica da Guerra do Contestado (Santa Catarina, Brasil). *Revista Inclusiones*. Volumen 5/Enero-Marzo. 2018. p. 202-213.

SORENSEN, M. L. S.; VIEJO-ROSE, D. **War and Cultural Heritage: Biographies of place**. New York: Cambridge University Press, 2015.

TELLES, Vicente. In: **Cem anos do Contestado**: Memória, História e Patrimônio/organizado por Arno Wehling et al. Florianópolis MPSC, 213, 446 p.

TOTA, Antônio. Pedro. **Contestado: A Guerra do Novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983, Coleção Tudo é História, n. 70.

VALENTINI, D.J.; RADIN, J.C. **A guerra do Contestado e a expansão da colonização**. Anais do Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional 1912-2012. Pelotas, Editora e Gráfica Universitária, 2012.

VALENTINI, D. J.; WITTE, G. **O Combate do Irani nas Páginas dos Jornais**: Olhares da Imprensa. In: TOMPOROSKI, A. A. e ESPIG, M. J. *Tempos de Muito Pasto e Pouco Rastro*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

VINHAS DE QUEIROZ, Mauricio. **Messianismo e Conflito Social**: A guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

VIDAL, Laurent. **Acervos Pessoais e Memória Coletiva-Alguns Elementos de Reflexão**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007. Disponível em: [https://pem.assis.unesp.br > article > download](https://pem.assis.unesp.br/article/download).

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho**: 1850-1920. Ijuí, UNIJUI, 1997, 207 p.

ZACKSESKI, Cristina Maria et al. **O que é ordem pública no sistema de justiça criminal brasileiro?** *Rev. bras. segur. Pública*. São Paulo v. 10, n. 1, 108-125, Fev/Mar 2016.

ANEXOS

Acessíveis pelo link: <https://drive.google.com/drive/folders/1hI81e-yd9H6cVF-k6xzRqmDNQrYxNI3j?usp=sharing>